



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 11ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**14/08/2024
QUARTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 14/08/2024.**

11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA

quarta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 26/2024 - Não Terminativo -	SENADORA PROFESSORA DORINHA SEABRA	8
2	MSF 24/2024 - Não Terminativo -	SENADOR CHICO RODRIGUES	62
3	MSF 25/2024 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	120

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, UNIÃO)			
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB 3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(PT)(3)(6)	AP 3303-6777 / 6568	2 Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR 3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261 / 2262 / 2268	3 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE 3303-3522	4 André Amaral(UNIÃO)(25)(3)(6)	PB 3303-5934 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)(14)(16)	ES 3303-6747 / 6753	5 Carlos Viana(PODEMOS)(3)(14)(16)	MG
Cid Gomes(PSB)(3)(8)	CE 3303-6460 / 6399	6 VAGO(23)(3)(8)	
Alessandro Vieira(MDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	7 Izalci Lucas(PL)(3)	DF 3303-6049 / 6050
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)			
Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-3172 / 1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	2 Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)(20)(19)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391	5 Beto Faro(PT)(2)	PA 3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR 3303-2281	7 Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613
Rosana Martinelli(PL)(24)(22)(21)(1)(15)(11)(17)(18)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Wilder Morais(PL)(1)(11)	GO 3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS 3303-2431	3 Magno Malta(PL)(10)(5)(13)(11)	ES 3303-6370
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- (5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- (8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- (10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
- (13) Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).
- (14) Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
- (15) Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
- (16) Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).
- (17) Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
- (18) Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG).
- (19) Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
- (20) Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).
- (21) Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
- (22) Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).
- (23) Em 06.06.2024, a Senadora Leila Barros deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. 54/2024-BLDEM).

- (24) Em 13.06.2024, a Senadora Rosana Martinelli foi designada membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 31/2024-BLVANG).
- (25) Em 21.06.2024, o Senador André Amaral foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 70/2024-BLDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
OL=54](https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?CODC=OL=54)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 14 de agosto de 2024
(quarta-feira)
às 10h

PAUTA

11ª Reunião, Extraordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão dos Relatórios. (13/08/2024 13:11)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 26, DE 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Professora Dorinha Seabra

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 24, DE 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 25, DE 2024

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação.

Textos da pauta:[Avulso inicial da matéria](#) (PLEN)[Listagem ou relatório descritivo](#) (CRE)[Relatório Legislativo](#) (CRE)

1

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL **ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME**

CPF: informações pessoais
ID.: informações pessoais

informações Filha de informações pessoais e informações pessoais, nasce em informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1975	Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Santa Maria/RS
1977	Curso da Associação dos Diplomados na Escolha Superior de Guerra - Adesg
1983	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio-Branco, Brasília
2001	MBA em Direito Econômico e de Empresas - Fundação Getúlio Vargas FGV Management Brasília
2004	47º Curso de Altos Estudos, Instituto Rio-Branco, Brasília, com o tema "O Sequestro Interfamiliar de Crianças para Países de Direito Islâmico"

Cargos:

1977	Terceira-secretária
1980	Segunda-secretária
1987	Primeira-secretária
1998	Conselheira
2005	Ministra de segunda classe
2011	Ministra de primeira classe

Funções:

1977-1979	Divisão de Cooperação Intelectual, assistente
1979-1982	Embaixada em Nairóbi, terceira-secretária e segunda-secretária
1982-1985	Embaixada em Paris, segunda-secretária
1985-1986	Departamento de Assuntos Consulares e Jurídicos, assessora
1986-1991	Divisão de Europa II, assistente
1991-1994	Embaixada em Atenas, primeira-secretária
1994-1996	Divisão de Organismos Internacionais Econômicos, chefe, substituta
1996-1999	Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços, chefe, substituta
1999-2000	Consultoria Jurídica, coordenadora-geral de Direito Internacional
2000-2003	Consulado-Geral em Montevideú, cônsul-adjunta
2003-2008	Consulado em Rivera, cônsul
2008-2014	Consulado-Geral em Caiena, cônsul-geral
2014-2016	Corregedoria do Serviço Exterior, corregedora
2016-2020	Consulado-Geral em Toronto, cônsul-geral
2020-	Consulado-Geral em Rivera, cônsul-geral

Publicações:

1997	Publicação livro "Uma Introdução ao Regime do GATS - Comércio Internacional de Serviços"
------	--

Condecorações:

1990	Ordem Nacional do Mérito, França, Cavaleiro
2014	Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
2015	Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SÃO VICENTE E GRANADINAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024
DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	São Vicente e Granadinas
CAPITAL	Kingstown
ÁREA	389 km ² (184º maior país do mundo; menor que o DF – 5.760 km ²)

POPULAÇÃO (2022)	103.948 habitantes
IDIOMA	Inglês, inglês creole e francês patois
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar do Caribe Oriental
RELIGIÃO	Protestantes 74,4%; católicos 6,7%; rastafáris 1,7%; testemunhas de Jeová 1,3%; outros (7,6%); nenhuma (5,2%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia constitucional parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Legislativa unicameral
CHEFE DE ESTADO	Rei Charles III, representado pela Governadora-Geral Susan Dougan
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves
MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES	Keisal Peters
PIB (preços correntes, out 2023, FMI)	US\$ 1,04 bilhões
PIB PPP (out 2023, FMI)	US\$ 1,98 bilhões
PIB <i>per capita</i> (out 2023, FMI)	US\$ 9.360
PIB PPP <i>per capita</i> (out 2023, FMI)	US\$ 17.840
VARIAÇÃO PIB (FMI)	6,2% (2023); 5,5% (2022); 0,8% (2021); - 3,7% (2020); 0,7% (2019); 3,2% (2018); 1,5% (2017)
IDH (2021, PNUD)	0,751 (alto)/ 89º lugar (Brasil: 0,754 / 87º lugar)
EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (2023)	US\$ 4,08 milhões (sem informação sobre posição no ranking de exportações)
PRINCIPAIS PRODUTOS EXP. (2023)	Sem informação no ComexVis
TOTAL IMPORTAÇÕES BR (2023)	0
PRINCIPAIS PRODUTOS IMP. (2023)	Sem informação no ComexVis
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Vera Lucia dos Santos Caminha Campetti - embaixadora residente em Bridgetown (Barbados)
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Não há

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: MDIC)

Brasil - SVG	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	1,79	3,28	2,05	1,58	2,24	2	1,94	5,9	-	5,089

Exportações	1,79	3,28	2,05	1,58	2,24	1,97	1,94	5,9	8,76	5,089 (-42%)
Importações	0	0	0	0	0,03	0,3	0	-	-	0
Saldo	1,79	3,28	2,05	1,58	2,21	1,94	1,94	5,9	-	5,089

PERFIS BIOGRÁFICOS**SUSAN DOUGAN
GOVERNADORA-GERAL**

Nasceu em 1955, em Colónarie, São Vicente. Graduou-se em Química, pela Universidade de Londres. Dedicou toda a sua carreira à docência. Em agosto de 2019, tornou-se a primeira mulher a alcançar o posto de Governadora-Geral de São Vicente e Granadinas

RALPH GONSALVES
PRIMEIRO-MINISTRO



Nasceu em 1946, em Colinarie, São Vicente. Formou-se em Economia pela Universidade das Índias Ocidentais e obteve doutorado em Assuntos Governamentais na Universidade de Manchester, Reino Unido. É líder do Partido da União Trabalhista desde 1998. Cumpre atualmente seu quinto mandato como primeiro-ministro, tendo vencido as eleições de 2001, 2005, 2010, 2015 e 2020.

KEISAL PETERS
MINISTRA DAS RELAÇÕES EXTERIORES E
COMÉRCIO INTERNACIONAL



Graduou-se em 2009, em Direito, pela Universidade das Índias Ocidentais de Barbados. Em 2011, completou seu treinamento profissional na *Hugh Wooding Law School*, em Trinidad e Tobago. Iniciou sua atuação como advogada em 2011, tendo-se especializado em Direito de Família e de Propriedade. Em novembro de 2020, Peters ingressou no parlamento (House of Assembly) como senadora. Assumiu o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior em 2022.

APRESENTAÇÃO

São Vicente e Granadinas é um país insular situado nas Pequenas Antilhas (ao leste do mar do Caribe). Compõe-se da ilha principal, São Vicente, e da cadeia de ilhas menores, Granadinas, que se estendem para o sul em direção a Granada. O país faz parte do arco das ilhas vulcânicas das Pequenas Antilhas.

Inicialmente, o nome de São Vicente se aplicava ao conjunto do arquipélago. Após a conquista da independência, em 1979, as ilhas foram renomeadas para São Vicente e Granadinas. A capital, Kingstown, está localizada na ilha de São Vicente.

Antes da ocupação europeia, São Vicente era habitada pelos *ciboney*, conquistados posteriormente pelos *arawak*. Cerca de um século antes da chegada dos exploradores europeus, os *arawak* foram deslocados pelos *caribes*.

Os *caribes* resistiram às frequentes tentativas britânicas, francesas e holandesas de se estabelecerem em São Vicente, mas acabaram por permitir, no início do século XVIII, a instalação de assentamento francês na costa oeste. Em 1763, com o Tratado de Paris, a Grã-Bretanha obteve o controle da ilha e deu início à ocupação. A resistência contínua dos *caribes* à presença britânica levou a duas guerras (1772-1773 e 1795-1796). Os indígenas foram expulsos após a segunda guerra, e a Coroa britânica assumiu total controle.

O século XX foi caracterizado por lutas em prol da substituição do sistema de governo colonial por sistema representativo. Em 1925, foi estabelecido um conselho legislativo.

Como consequência do impacto econômico da Grande Depressão, a década de 1930 foi marcada por levantes que abriram caminho para novas reformas. Em 1951, foi introduzido o sufrágio universal.

Entre 1958 e 1962, São Vicente fez parte da Federação das Índias Ocidentais. Em 1960, foi adotada nova constituição. São Vicente tornou-se membro da Área de Livre Comércio do Caribe em 1968 e Estado associado ao Reino Unido em 1969. Ingressou na Comunidade e no Mercado Comum do Caribe (CARICOM) em 1973 e na Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) em 1981.

A independência de São Vicente foi declarada em 27 de outubro de 1979, ocasião em que se adotou o nome oficial de São Vicente e Granadinas e o país tornou-se membro da *Commonwealth*

POLÍTICA INTERNA

Estrutura governamental

São Vicente e Granadinas é uma democracia parlamentar sob monarquia constitucional. O rei Charles III é o chefe de Estado, representado localmente por um governador-geral, cargo atualmente exercido por Susan Dougan.

O parlamento do país tem como modelo o parlamento britânico, mas, em lugar de duas casas (Câmara dos Comuns e Câmara dos Lordes), o sistema são-vicentino é unicameral, composto apenas por Assembleia Legislativa (*House of Assembly*).

A Assembleia conta com 23 membros, entre 15 deputados, 6 senadores, o procurador-geral e um presidente. Os senadores são nomeados pelo governador-geral (quatro indicados pelo primeiro-ministro e dois pelo líder da oposição). Após as eleições legislativas, o líder do partido majoritário na assembleia torna-se o primeiro-ministro. Os principais partidos políticos são o Novo Partido Democrático (*New Democratic Party* - NDP) e o Partido da Unidade Trabalhista (*Unity Labour Party* - ULP).

Líder político do ULP, Ralph Gonsalves exerce seu quinto mandato como primeiro-ministro. Nas eleições nacionais de 2020, o ULP conquistou a quinta vitória consecutiva. Entretanto, pela primeira vez desde 1998, a ULP não alcançou a maioria nas eleições, obtendo apenas 49,59% dos votos. Ainda assim, a ULP aumentou sua maioria parlamentar para 9 assentos no Parlamento. O NDP obteve 6 assentos, apesar de ter obtido 50,33% dos votos nas eleições.

As próximas eleições gerais estão previstas para novembro de 2025.

POLÍTICA EXTERNA

São Vicente e Granadinas procura manter-se alinhado aos esforços de integração da região caribenha. O país mantém relações diplomáticas com 145 Estados, é membro da CARICOM, da Associação dos Estados do Caribe (AEC), da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS) e da *Commonwealth*. Também participa do grupo dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e da CELAC. Em 2003, foi admitido como membro do Movimento de Países Não Alinhados; em 2009, o país tornou-se membro da Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA).

Enquanto cultiva relacionamento próximo com países desenvolvidos como o Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Taiwan, o governo são-vicentino tem buscado, também, estreitar relações com novos parceiros, entre os quais o Brasil.

No âmbito multilateral, o país também é favorável à reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O primeiro-ministro Gonsalves defende o multilateralismo e a reforma de suas instituições. Em pronunciamento na Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2023, Gonsalves ressaltou a urgência em promover atualizações no sistema multilateral, além de ter destacado a falta de urgência com que temas como desenvolvimento sustentável e mudança do clima têm sido tratados. Sobre esse assunto, Gonsalves enfatizou as dificuldades enfrentadas pelos pequenos estados insulares em desenvolvimento, sobretudo em razão da intensificação das tempestades tropicais, bem como da elevação da temperatura e do nível dos oceanos.

Eleição de São Vicente e Granadinas para assento não-permanente no CSNU (mandato 2020-2021)

São Vicente e Granadinas conquistou assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), na vaga reservada ao GRULAC, para o biênio

2020-21, de modo que se tornou o menor e menos populoso Estado membro a ser eleito para assento não-permanente no CSNU.

Apesar da limitação em tamanho e população, São Vicente e Granadinas tem papel importante no processo de reforma do CSNU. O país, assim como o Brasil, é membro do L.69, grupo composto por nações em desenvolvimento de diversas regiões que defende a expansão do Conselho de Segurança nas duas categorias de membros e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho do órgão. Além disso, a porta-voz do grupo, criado em 2007, é a embaixadora são-vicentina Rhonda King, representante permanente do país na ONU.

Relações com Taiwan

São Vicente e Granadinas mantém intenso intercâmbio político e de cooperação técnica com Taiwan, país com o qual mantém relações diplomáticas desde 1981 e do qual recebe diversos tipos de financiamento ao desenvolvimento.

Atualmente, dos doze países que seguem reconhecendo Taiwan, quatro estão localizados no Caribe: Haiti, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, e São Vicente e Granadinas. Com efeito, São Vicente e Granadinas, juntamente com São Cristóvão e Neves, integram o grupo dos países que enviaram carta conjunta ao Secretário-Geral das Nações Unidas, em 2017, apoiando o pleito de ingresso da ilha na organização.

Também em 2017, o vice-ministro taiwanês de Relações Exteriores realizou visita a Kingstown, ano de celebração de 36 anos de relações ininterruptas.

Em 2022, Gonsalves fez sua 11ª visita oficial a Taiwan. Em pronunciamento oficial, na oportunidade, instou a China a desistir de realizar exercícios militares nas proximidades de Taiwan.

Atualmente, em Kingstown, há embaixadas de Taiwan, Cuba e Venezuela.

Cuba e Venezuela

São Vicente e Granadinas também mantém relações históricas com Cuba e Venezuela. De Cuba, recebe, tradicionalmente, cooperação em saúde. A Venezuela, por outro lado, afirmou-se como fornecedor de combustíveis. A percepção dos vicentinos sobre as relações com Cuba e Venezuela é, portanto, baseada em fundamentos pragmáticos. Para a população, em geral, os resultados práticos da associação com a ALBA – como a inauguração da planta de armazenamento de combustíveis "Hugo Chávez", em 2015, ou o fornecimento de petróleo subsidiado pela Venezuela – são os principais motivos que levam o governo a permanecer na aliança.

No âmbito da CARICOM, o chefe de governo de São Vicente e Granadinas tem tido papel de destaque na mediação da questão de Essequibo, entre Venezuela e Guiana.

Em 14/12/2023, a partir de iniciativa do presidente Lula, o primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas, Ralph Gonsalves, sediou, em Kingstown, reunião à qual compareceram os presidentes da Guiana e da Venezuela. Na ocasião, Ralph Gonsalves, o Primeiro-Ministro de Dominica, Roosevelt Skerrit (então presidente da CARICOM), e o Assessor-Chfe da Assessoria Especial da Presidência da República, embaixador Celso Amorim, atuaram como principais interlocutores. Estiveram presentes, ademais, os primeiros-ministros das Bahamas, Barbados, Granada, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis e Trinidad e Tobago.

A “Declaração Conjunta de Argyle para o Diálogo e a Paz entre Guiana e Venezuela” que resultou da reunião, criou a Comissão Conjunta de Chanceleres e Técnicos da Guiana e Venezuela, que se reuniu em Brasília, em 25/1. O ministro Mauro Vieira acompanhou os trabalhos como interlocutor e facilitador principal, ao lado do embaixador Gareth Bynoe, de São Vicente e Granadinas, país então no exercício da presidência *pro tempore* da CELAC.

Grupo de Amigos em Defesa da Carta da Nações Unidas

Em 2021, São Vicente e Granadinas tornou-se parte de iniciativa que estabeleceu o “Grupo de Amigos em Defesa da Carta das Nações Unidas”. O grupo de países afirma que se trata de uma plataforma para promover a prevalência da legalidade sobre a força nas relações internacionais.

Além de São Vicente e Granadinas, também fazem parte do grupo Argélia, Angola, Belarus, Bolívia, Camboja, China, Cuba, Eritreia, Irã, Laos, Nicarágua, Palestina, República Popular Democrática da Coreia, Rússia, Síria e Venezuela.

CELAC

Em janeiro de 2023, São Vicente e Granadinas foi escolhido, por consenso, para a Presidência *pro tempore* (PPT) da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos CELAC durante o ano de 2023, tornando-se, portanto, o primeiro país caribenho a assumir a presidência do mecanismo.

Em julho de 2023, foi realizada a III Cúpula CELAC-UE, em Bruxelas, após 8 anos de hiato. O evento, organizado pelas presidências são-vicentina e espanhola, contou com a participação de 60 delegações de países latino-americanos, caribenhos e europeus.

Como preidência *pro tempore*, o governo vicentino organizou a VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Kingstown, em 1º de março de 2024. O encontro propiciou oportunidade para a realização de balanço da evolução da CELAC e para promover debate sobre prioridades para a próxima PPT, a cargo de Honduras.

Além dos chefes de Estado e de Governo dos países membros, participaram do encontro representantes de organismos regionais, como o Sistema Econômico Latino-Americano e Caribenho (SELA), a Comunidade do Caribe (CARICOM), e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Ao final da Cúpula, foi adotada a Declaração de Kingstown.

A Cúpula de Kingstown ocorreu em contexto de revitalização da CELAC, iniciado a partir das presidências *pro tempore* do México (2020-2021) e da Argentina (2021-2022).

A PPT de São Vicente e Granadinas (2023-2024) procurou dar seguimento aos esforços de fortalecimento da CELAC, com ênfase na promoção de iniciativas como a Agência de Medicamentos e Dispositivos Médicos da América Latina e Caribe (AMLAC) e o Fundo de Adaptação Climática e Resposta Integral a Desastres Naturais (FACRID).

ECONOMIA

Com a economia local fortemente dependente do turismo, São Vicente e Granadinas beneficiava-se, até a eclosão da pandemia do coronavírus, da retomada econômica dos Estados Unidos, principal emissor de turistas para o país. A entrada em operação do aeroporto internacional de Argyle havia ampliado o fluxo de turistas, com efeito multiplicador positivo sobre a rede hoteleira e a economia local. Ademais, o aumento da chegada de navios de cruzeiro vinha também contribuindo para o bom desempenho do setor.

Em linhas gerais, antes da pandemia, o país apresentava desafios econômicos vinculados à ampliação de sua base produtiva e à redução do endividamento, que estava próximo a 80% do PIB. Além disso, a taxa de desemprego estava na ordem de 25%; na faixa entre 15 e 35 anos de idade, porém, aproximava-se de 50%.

Em face a esse cenário, o Governo vinha priorizando investimentos no setor de turismo e na retomada da produção de cacau e chocolate, bem como no cultivo e beneficiamento de café de alta qualidade. O setor financeiro apresentava aparente estabilidade, uma vez que a legislação vicentina inviabiliza, na prática,

operações de empresas offshore no país, o que lhe tem granjeado menções favoráveis no combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.

Despesas sociais e com saúde impostas pela pandemia do coronavírus, somadas à repentina redução na atividade econômica, elevaram o endividamento público de São Vicente e Granadinas a seu ponto máximo, em 2021. Em 2023, já em ritmo decrescente, o país possuía relação dívida/PIB de 87%. Ainda que se trate de nível muito acima do pré-pandemia, as autoridades são-vicentinas têm demonstrado, segundo o FMI, orientação em favor de manter a trajetória de redução do endividamento, por meio da expectativa de resultados fiscais positivos a partir de 2025, quando deverão estar em fase final os principais projetos de infraestrutura no país.

Para fazer frente às dificuldades no período pandêmico, São Vicente e Granadinas recorreu à ajuda do Fundo Monetário Internacional – FMI (US\$ 16 milhões, para cobertura do balanço de pagamentos), do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (US\$ 50 milhões para apoiar os países membros, incluindo São Vicente e Granadinas), e da Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS).

Em 2023, a economia de São Vicente e Granadinas apresentou melhora significativa, com PIB retornando aos níveis pré-pandemia. O crescimento deveu-se a investimentos privados e públicos significativos, e à retomada do setor de turismo. A ocupação dos quartos de hotel aproximou-se dos níveis pré-covid-19, graças a avanços no setor de transporte aéreo, que permitiu a chegada de mais turistas. Entre os principais setores da economia, a agricultura foi o único com desempenho negativo, com quebra de produção, decorrente de atividade vulcânica no arquipélago.

Para 2024, o FMI projeta que o índice de desemprego fique abaixo dos números anteriores à covid-19, puxado, sobretudo, por investimentos em infraestrutura. Na avaliação do Fundo, os principais riscos para a economia vicentina decorrem, no curto prazo, do cenário externo, dado que a economia do país é particularmente vulnerável a eventuais choques oriundos do exterior.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se por cooperação e diálogo fluido nos planos bilateral e multilateral. A intensificação no relacionamento insere-se em processo mais abrangente de aproximação política e econômica com o Caribe, iniciada no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A abertura da embaixada brasileira em Kingstown (2009) contribuiu, por sua vez, para a ampliação da agenda bilateral.

O governo de São Vicente e Granadinas, sobretudo por meio do primeiro-ministro Ralph Gonsalves, tem reconhecido a crescente atuação internacional do Brasil, demonstrando interesse em estreitar o relacionamento com o país. Em diferentes ocasiões e comunicações dirigidas ao governo brasileiro, autoridades granadinas salientaram interesse em receber cooperação do Brasil. Ralph Gonsalves visitou o Brasil em 2011, quando manteve, em São Paulo, encontros empresariais, e sinalizou interesse no estabelecimento de representação permanente no Brasil, o que não chegou a ocorrer. Em 2012, Ralph Gonsalves participou da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

O patrimônio do relacionamento bilateral compõe-se de acordos bilaterais em vigor nos setores de cooperação técnica em agricultura, cooperação educacional e cooperação cultural.

Recentemente, a relação entre Brasil e São Vicente e Granadinas tem sido marcada por maior aproximação, sobretudo em nível político, o que pode ser verificado pelas visitas de autoridade de ambos os países. Em 2023, Ralph Gonsalves esteve em Brasília, para a posse do Presidente Lula e, os mandatários encontraram-se, em janeiro do mesmo ano, em Buenos Aires, à margem da Cúpula da CELAC.

Em agosto 2023, o PR Lula da Silva estendeu convite ao Primeiro-Ministro são-granadino para a IV Reunião de Presidentes dos Estados Partes no Tratado de Cooperação Amazônica-Cúpula da Amazônia, na qualidade de presidente pro tempore da CELAC, embora Ralph Gonsalves não tenha podido participar.

Em 2024, foi a vez de o Presidente Luís Inácio Lula da Silva comparecer à VIII Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC), em Kingstown, após participar do encerramento da Conferência de Chefes de Governo da CARICOM, em Georgetown, em 28 de março, consolidando o claro interesse brasileiro em reativar a agenda e retomar os canais de cooperação não só com São Vicente e Granadinas, mas com os demais países do Caribe.

Também faz parte desse contexto de retomada da estratégia diplomática brasileira para o Caribe Oriental, a decisão de reabrir a Embaixada do Brasil em Kingstown, plasmada no decreto Decreto nº 11.810, de 29 de novembro de 2023. A embaixada havia sido encerrada oficialmente em 2020. De 2020 ao presente momento, a representação junto ao governo são-vicentino passou a ser exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados.

Visita de navios-patrolha

Entre 5 e 8 de maio de 2018, a operação CARIBEX 2018, constituída pelos navios-patrolha Macau, Bocaina e Graúna, realizou visita a São Vicente e Granadinas. Da programação, constaram reuniões protocolares com autoridades do país e atividades de cunho social, além da visita pública aos navios. Recepção oferecida a bordo do navio Bocaina contou com a presença do primeiro-ministro Ralph Gonsalves.

Cooperação para o Desenvolvimento

O Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, celebrado em 7 de junho de 2017, entrou em vigor em abril de 2023. Esse acordo provê as bases jurídicas para a

cooperação técnica e humanitária entre os países e permitirá a intensificação das iniciativas entre os dois países.

São Vicente e Granadinas indicou à Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Itamaraty responsável pela cooperação humanitária e cooperação técnica internacional do Brasil, ter interesse nos seguintes temas de interesse em desenvolver ações de cooperação técnica bilateral em agricultura, nas áreas de cultivo de frutas, vegetais e flores de corte tropicais; medicamentos fitoterápicos; e agricultura familiar. A ABC tem buscado avançar no processo de negociação das demandas são-vicentinas.

A Agência Brasileira de Cooperação também tem executado iniciativas de cooperação trilateral com a participação de São Vicente e Granadinas envolvendo organismos internacionais, de que são exemplo as atividades de intercâmbio na área de alimentação escolar, executadas na parceria do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação) com a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

O Brasil prestou assistência humanitária a São Vicente Granadinas em algumas oportunidades. Entre elas, destacam-se a doação de seis mil doses da vacina dupla para adultos; de duas mil doses da vacina contra a poliomielite; de mil doses da vacina pentavalente; além de cinco mil doses da vacina pneumocócica, em 2023.

Vale destacar, ainda, a participação de técnicos de São Vicente e Granadinas nos treinamentos regionais realizados pelo Governo brasileiro, dos quais se destaca o workshop "Brasil - Caribe: Direito ao Leite Humano como Salvaguarda da Vida - Um Direito Fundamental", realizado em maio de 2024.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1498	Na sua terceira viagem ao Caribe, Cristóvão Colombo visita a ilha.
1783	Os Tratados de Versalhes reconhecem São Vicente como colônia britânica.
1834	Abolição da escravatura, com a liberação de mais de 18.000 escravos pelos proprietários das plantações. Trabalhadores estrangeiros foram contratados.
1951	Adotado o sufrágio universal para adultos.
1958	São Vicente se torna membro da Federação das Índias Ocidentais.
1962	Dissolução da Federação das Índias Ocidentais.
1969	Concedido o direito ao autogoverno, com o Reino Unido mantendo a responsabilidade pelos assuntos externos e de defesa.
1979	São Vicente e Granadinas se torna independente, com Milton Cato, do Partido Trabalhista de São Vicente, como primeiro-ministro.
2019	São Vicente e Granadinas é eleito para ocupar um assento como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU.
2024	São Vicente e Granadinas sedia a VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1980	Os interesses brasileiros em São Vicente e Granadinas são representados pela embaixada em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago.
2004	Os interesses brasileiros passam a ser representados pela embaixada em Bridgetown, Barbados.
2008	Participação do primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas na I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauipe.
2009	Abertura da embaixada em São Vicente e Granadinas, com sede em Kingstown.
2010	Participação do primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas na I Cúpula Brasil-CARICOM, em Brasília.
2011	Visita do primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas a São Paulo.
2012	Participação do primeiro-ministro de São Vicente e Granadinas na Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).
2018	Participação do ministro dos Negócios Estrangeiros de São Vicente e Granadinas na Reunião de Consultas Regionais da América Latina e Caribe para o Pacto Global sobre Refugiados, em Brasília.
2020	O decreto 10.348, de 13 de maio de 2020, determina seja a representação do Brasil junto ao governo são-vicentino exercida pela embaixada em Bridgetown, Barbados.
2023	O decreto 11.813, 29 de novembro de 2023, determina a criação da Embaixada do Brasil em Kingstown, São Vicente e Granadinas.
2024	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva participa da VIII Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em Kingstown, São Vicente e Granadinas.

ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Assuntos	Data	Status da Tramitação
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	Cooperação Técnica	07/06/2017	Em Vigor
Entendimento Recíproco, por Troca de Notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas, para o Estabelecimento de Isenção de Vistos para Nacionais de Ambos os Países	Vistos e Imigração	15/10/2014	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	Vistos e Imigração	26/04/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	Agricultura	26/04/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	Cooperação Educacional e Esportiva	26/04/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	Cooperação Artístico-cultural	26/04/2010	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo de São Vicente e Granadinas	Cooperação Técnica	26/04/2010	Superado



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 26, DE 2024

(n° 394/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 394

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em São Vicente e Granadinas.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de junho de 2024.

EM nº 00119/2024 MRE

Brasília, 24 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto a São Vicente e Granadinas, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 461/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil em São Vicente e Granadinas.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 27/06/2024, às 20:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5853823** e o código CRC **3ACD96F3** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003755/2024-31

SEI nº 5853823

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM KINGSTOWN,
SÃO VICENTE E GRANADINAS**

Candidata: ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME

Julho de 2024

PERFIL DA CANDIDATA

Nascida em 2 de maio de 1952, em Santa Maria, Rio Grande do Sul, Ana Lélia Benincá Beltrame é bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria, UFSM (1975) e possui pós-graduação *latu sensu* em Direito Econômico pela Fundação Getúlio Vargas (2001). Ingressou no Ministério das Relações Exteriores em 1977. Em 2004, foi aprovada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio-Branco, com a tese “O Sequestro Interfamiliar de Crianças para Países de Direito Islâmico”.

Em Brasília, foi assessora na Divisão de Cooperação Intelectual (1987), assistente no Departamento de Assuntos Consulares e Jurídicos (1985) e na Divisão de Europa II (1986), chefe, substituta, na Divisão de Organismos Internacionais Econômicos (1994), e na Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços (1996), Coordenadora-Geral de Direito Internacional da Consultoria Jurídica (1999) e Corregedora do Serviço Exterior (2014). Foi, ainda, diretora dos Pavilhões do Brasil nas Feiras Internacionais de Zagreb (1987), Leipzig (1988), Poznan (1989). Também atuou como professora de Direito Internacional Privado I no curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, em 1999. E publicou, em 1997, o livro “Uma Introdução ao Regime do GATS – Comércio Internacional de Serviços”.

No exterior, serviu nas embaixadas brasileiras em Nairóbi (1979), Paris (1982) e Atenas (1991). Serviu, ainda, nos Consulados-Gerais em Montevideu (2000), Rivera (2003), Caiena (2008), Toronto (2016) e, novamente, Rivera (2020).

Foi agraciada com a Ordem Nacional do Mérito, na França (1990). No Brasil, foi condecorada com a Medalha do Pacificador, do Exército Brasileiro (2014), e a Grã Cruz da Ordem do Rio-Branco (2015), além de ter recebido primeiro lugar do Prêmio Samuel Benchimol e Banco da Amazônia sobre Empreendedorismo Consciente, categoria intermediária, tema “Observatório para o Empreendedorismo Sustentável e Integração Bilateral Espontânea entre o Brasil e a Guiana Francesa – Região fronteira Oiapoque-Oyapock”, em 2009.

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES BILATERAIS COM KINGSTOWN
(ELABORADO PELA ATUAL EMBAIXADORA)

I - Relações diplomáticas

Remontando aos antecedentes históricos que se encontram na base do relacionamento fluido e entendimento fácil do Brasil com São Vicente e Granadinas, destaca-se que as relações diplomáticas formais bilaterais foram estabelecidas em 1980, no ano seguinte à independência daquele país (27 de outubro de 1979), a partir da atribuição da representação dos interesses brasileiros junto ao Governo de Kingstown à Embaixada do Brasil em Port-of- Spain.

Em 2004, essa representação passou à Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados, até o momento da abertura da Embaixada residente do Brasil em Kingstown, que se deu em 2009. Contudo, em processo de reestruturação da rede de missões diplomáticas, em 2020, a Embaixada foi fechada e a representação cumulativa do Brasil junto a São Vicente e Granadinas voltou à Embaixada do Brasil em Bridgetown, pelo Decreto n. 10.348, de 13/05/2020, onde se encontra até o presente momento, quando se prepara a reinstalação de embaixada residente em Kingstown.

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas sempre tiveram por eixo central as atividades de cooperação técnica e humanitária, assim como a coordenação de posições políticas no plano multilateral. Contudo, nesse processo tradicional das relações bilaterais, a pandemia de COVID-19 alastrou-se ao Caribe nos anos de 2020 e 2021, prejudicando as atividades em curso ou planejadas para dinamizar o relacionamento diplomático e consular bilateral, principalmente tendo em vista o isolamento geográfico natural das ilhas caribenhas.

Controlada a pandemia, retomou-se a facilidade de diálogo, que resulta da convergência de interesses entre Brasil e São Vicente e Granadinas, tanto no plano bilateral, quanto no multilateral, eventuais variações sendo devidas às diferenças decorrentes das respectivas condições geográficas, dimensões econômicas, focos regionais e alianças com terceiros países.

Ao longo do relacionamento histórico, registraram-se momentos importantes de entendimento e aproximação bilateral, marcados por visitas de autoridades de ambos os países. No ano que precedeu à abertura da Embaixada do Brasil em Kingstown, o Primeiro-

Ministro Ralph Gonsalves participou da I Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), na Costa do Sauípe.

No presente momento, a reabertura da Embaixada em Kingstown se segue à nova visita do Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves ao Brasil, para a posse presidencial, em janeiro de 2023, e à visita do Presidente Luís Inácio Lula da Silva a Kingstown, no contexto da VIII Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e Governo da Comunidade dos Estados da América Latina e do Caribe (CELAC), em março último. O Brasil, inclusive, designou diplomata brasileiro para apoiar o Secretariado da Conferência.

O Primeiro-Ministro Ralph Gonsalves, que governa desde 2001 e está em seu quinto mandato consecutivo, tem demonstrado grande interesse em estreitar o relacionamento bilateral e tem muita simpatia pelo Brasil e pelo atual governo brasileiro. Além das ocasiões supramencionadas, Gonsalves também visitou o Brasil em 2011, quando manteve encontros empresariais em São Paulo, e em 2012, quando participou da Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

Outro grande evento que contribuiu para a aproximação bilateral, foi a I Cúpula Brasil - Comunidade do Caribe (CARICOM), realizada em Brasília em 2010, quando foram assinados diversos acordos bilaterais nas áreas de cooperação técnica, cooperação cultural e cooperação educacional, além de memorando de entendimento sobre cooperação técnica na área de agricultura, e de Entendimento Recíproco por troca de notas estabelecendo isenção de vistos em geral, assim como o Acordo para Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço.

Em 2017 foi assinado novo acordo de cooperação técnica para substituir o acordo de 2010. Em 2018, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Vicente e Granadinas compareceu à Reunião de Consultas Regionais da América Latina e Caribe para o Pacto Global sobre Refugiados, em Brasília.

Registra-se histórico positivo também quanto ao apoio de São Vicente a diversas candidaturas do Brasil e de candidatos brasileiros em organismos internacionais, embora muitos tenham sido anunciados ou concedidos, mas nem sempre foram formalizados. O Governo de São Vicente e Granadinas concedeu apoio formal à candidatura brasileira ao Conselho de Segurança das Nações Unidas. Do lado brasileiro, houve apoio à candidatura vicentina à Presidência *Pro-Tempore* da CELAC.

Ainda no tema das relações políticas e diplomáticas, o Brasil concedeu em 2023 *agrément* ao Embaixador Gareth Bynoe, como Embaixador não-residente do país no Brasil.

II - Relação econômico-comercial

O comércio bilateral Brasil-São Vicente e Granadinas sofre as limitações naturais das pequenas dimensões do país caribenho e da maior facilidade de acesso aos mercados dos Estados Unidos e Reino Unido e ao comércio inter-regional, dada a proximidade geográfica e a existência de rota de transporte regular. Os Estados Unidos são os principais parceiros comerciais de São Vicente. Contudo, a aproximação recente com a China, assim como laços tradicionais com Reino Unido e Canadá, incluem esses países como principal origem de suas importações, segundo dados do Banco Mundial.

Com o Brasil, o comércio é pequeno e a balança bilateral absolutamente favorável ao Brasil. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), em 2023, o comércio bilateral foi de US\$ 4,08 milhões, dos quais a totalidade correspondeu a exportações brasileiras. A redução foi significativa diante do total vendido pelo Brasil no ano anterior, que foi de US\$ 8,76 milhões.

Na base de dados das Nações Unidas "COMTRADE" (*Brazil Exports to St Vincent and the Grenadines - 2024 Data 2025 Forecast 1989-2023 Historical* (tradingeconomics.com)), foi divulgado o valor de US\$ 5,09 milhões para as exportações brasileiras a São Vicente e Granadinas, em 2023. Como principal produto foram relacionados os combustíveis minerais, óleos e produtos de destilação, no valor de US\$ 2,32 milhões. Completam a lista dos cinco principais produtos: (i) madeiras e artigos de madeiras, inclusive carvão de madeira; (ii) maquinaria, reatores e aquecedores; (iii) produtos cerâmicos; (iv) carne, peixe e preparações de pescado.

O posto tem prestado assistência oferecendo informações sobre o mercado vicentino a potenciais exportadores brasileiros, em resposta a consultas recebidas. Destaca-se nesse sentido, em 2023, a manifestação de interesse de exportadores brasileiros na venda de carne suína, bovina e de frangos, assim como declaração de interesse de importação, por parte de empresários vicentinos, de metais de terras raras em 2022. Não foi recebida delegação empresarial brasileira para comércio ou investimento naquela ilha caribenha.

III - Cooperação Técnica

O oferecimento de cooperação técnica pelo Brasil constitui elemento central no relacionamento com o Governo de São Vicente e Granadinas. A Agência Brasileira de Cooperação tem desenvolvido várias iniciativas bilaterais e regionais com os países membros da CARICOM, com a participação de representantes de São Vicente e Granadinas.

Esse é o caso das diversas edições do Workshop virtual "Brasil - Caribe: Direito ao Leite Humano como Salvaguarda da Vida - Um Direito Fundamental", iniciativa brasileira de grande sucesso no Caribe e que tem contado com a participação incondicional das autoridades vicentinas. Nesse sentido, foi realizado Congresso sobre o tema em maio último.

Uma área de grande interesse de São Vicente para cooperação é a produção agrícola. Está pendente de resposta proposta brasileira de suporte ao setor produtivo de São Vicente por via de entendimentos no nível de pontos focais técnicos.

Em oportunidade anterior, São Vicente tinha indicado interesse em cooperação para o cultivo de frutas, vegetais e flores, ervas medicinais e agricultura familiar.

A título de cooperação humanitária, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) tem oferecido gratuitamente diversos medicamentos com custos de transporte cobertos pela parte brasileira. Foi o caso da doação de nevirapina, droga antirretroviral para o tratamento de HIV, outros medicamentos antirretrovirais, vacinas contra a COVID-19, vacinas contra a influenza, medicamentos para o tratamento de hepatite viral, vacinas contra poliomielite, vacina pneumocócica, contraceptivos, oseltamivir e outras vacinas como, por exemplo, contra sarampo, assim como a vacina MMR e a DTP.

IV - Cooperação em outras áreas (educação, defesa, ciência e tecnologia e esporte)

Na área da educação, o posto vem divulgando junto aos meios estudantis as oportunidades oferecidas pelos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e de Pós-Graduação (PEC-PG), bem como pelo Programa de Mobilidade do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras ("GCUB-MOB").

Com referência ao setor de defesa, registra-se convite feito ao Governo de São Vicente para participar do Curso de Operações de Paz para mulheres, promovido por parceria entre a ABC e a Marinha do Brasil. O país também tem sido convidado para participar das

edições do Programa Anual de Cursos de Curta Duração para Aquaviários Estrangeiros (PACCD).

Outra iniciativa para a qual o Brasil vem endereçando convite a São Vicente é para a participação no Programa de Ensino Profissional Marítimo para Estrangeiros (PEPME), que prevê a concessão de bolsas de estudo a alunos estrangeiros nos cursos de Formação de Oficial de Náutica (FONT) e de Máquinas (FOMQ), bem como nos cursos de Aperfeiçoamento para Oficial de Náutica (APNT) e para Oficial de Máquinas (APMA), todos de Marinha Mercante.

V - Temas culturais

Não há registro de iniciativas ao amparo do Acordo de Cooperação Educacional e do Acordo de Cooperação Cultural com São Vicente e Granadinas.

VI - Temas consulares (assistência a comunidade brasileira)

Segundo dados obtidos junto ao governo de São Vicente e Granadinas, as estimativas locais são de que 123 brasileiros visitaram o arquipélago em 2023, sem recorrer à Embaixada. Pôde-se apurar, também, que não há registro de nacionais do Brasil em instituições penais locais e que, de acordo com a imigração vicentina, residem nas 32 ilhas do país apenas 10 cidadãos brasileiros.

MAPA ESTRATÉGICO DO MRE (PEI MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Defender e promover a imagem e a cultura do Brasil no exterior.
3. Assegurar informação, análise e assessoramento diplomático de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção das oportunidades de negócios e investimentos, dos interesses científicos e culturais, dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está sendo elaborado.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Fortalecer as relações entre o Brasil e São Vicente e Granadinas, favorecendo a interlocução construtiva, com vistas a promover o desenvolvimento de agenda bilateral pragmática e diversificada, correspondente ao alto potencial dos dois países e aos laços de amizade entre as duas sociedades, e assim gerar contribuições efetivas para o desenvolvimento sustentável de ambas as nações.

MISSÃO DO POSTO

Auxiliar no planejamento e execução da política externa definida pelo Presidente da República, em linha com os princípios definidos pela Constituição Federal, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com São Vicente e Granadinas; fomentar a cooperação bilateral em todas suas dimensões, por meio de parcerias com o governo são-vicentino e com outros atores locais relevantes; e prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros e a outros nacionais no território sob a jurisdição da Embaixada.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Eficiência. Integridade. Diversidade e Inclusão social. Solidariedade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar a interlocução regular com agentes do governo local, da sociedade civil e do setor empresarial, com vistas a fortalecer os canais de diálogo e assim assegurar fluidez na realização de gestões e iniciativas de interesse para a política externa brasileira.
2. Prover tempestivamente a Secretaria de Estado de informações e análises fundamentadas sobre o cenário político interno e a ação internacional de São Vicente e Granadinas, bem como sobre a conjuntura econômica doméstica e a inserção regional e internacional do país.

3. Desenvolver ações junto aos órgãos governamentais competentes e atores econômico-empresariais, em favor do aumento do intercâmbio comercial bilateral e da identificação de oportunidades de investimentos.
4. Prestar as informações necessárias e o apoio devido às empresas e entidades empresariais brasileiras interessadas em iniciar ou aprofundar o comércio com São Vicente e Granadinas ou em investir no país.
5. Prestar apoio na definição e execução da cooperação técnica, em áreas de interesse mútuo, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação.
6. Executar e promover ações de difusão cultural e de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, mediante iniciativas em parceria com órgãos governamentais, universidades, instituições culturais locais, atores da comunidade brasileira e do setor empresarial.
7. Fortalecer a cooperação técnica, visando à plena implementação do no Acordo de Cooperação Técnica bilateral de 2017, por meio também do apoio à definição de áreas de interesse mútuo, junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e, subsidiariamente, de demais prestadores nacionais de cooperação.
8. Garantir serviços de excelência em matéria de atendimento consular e de assistência a brasileiros, residentes, a turismo ou em trânsito, por meio do diagnóstico atualizado das necessidades do posto e da adequação e aperfeiçoamento do pessoal consular, dos métodos de trabalho e dos sistemas empregados.
9. Prestar serviços consulares de qualidade aos cidadãos são-vicentinos ou estrangeiros em São Vicente e Granadinas, conforme as diretrizes e marcos legais do governo brasileiro em matéria migratória.
10. Zelar pela gestão eficiente de recursos humanos, materiais e orçamentários da Embaixada em Kingstown.

11. Cuidar da integridade e do bem-estar dos funcionários do Serviço Exterior Brasileiro lotados no posto e de suas famílias, em linha com as diretrizes da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE (Alinhados ao PEI-MRE e aos objetivos estratégicos do Posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO****1. Ampliação e diversificação do comércio bilateral e dos investimentos.**

- a) Promover o aumento das exportações brasileiras de forma a buscar diversificação e maior equilíbrio da balança comercial.
- b) Trabalhar para permitir o ingresso de exportações de carne vacuna e de frango do Brasil.
- c) Colaborar com a Agência Brasileira de Promoção de Comércio e Investimentos (ApexBrasil) e com outras entidades brasileiras relevantes, para a divulgação da oferta exportável brasileira de bens e serviços, favorecendo a participação de número crescente de empresas brasileiras, em especial de pequenas e médias empresas, em feiras e eventos internacionais realizados em São Vicente e Granadinas.
- d) Apoiar missões de empresas do Brasil a São Vicente Granadinas, com foco na prospecção comercial e de investimentos;
- e) Apoiar as iniciativas de diálogo e cooperação entre governos e entidades subnacionais, sindicais e patronais brasileiras com congêneres em São Vicente e Granadinas, quando em benefício do conjunto da relação bilateral.

2. Produzir informações sobre o ambiente de negócios em São Vicente e Granadinas para apoiar decisões de empresários e investidores brasileiros.

- a) Acompanhar a conjuntura e as políticas econômicas implementadas em São Vicente e Granadinas, com vistas a informar o governo, bem como entidades e empresas brasileiras;
- b) Identificar novas oportunidades abertas para investimentos brasileiros em São Vicente e Granadinas, tendo em conta o marco normativo são-vicentino sobre inversões estrangeiras;
- c) Desenvolver atividades de inteligência comercial, por meio da elaboração. Atualização e distribuição, pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) do posto, de publicações de interesse de empresários e investidores brasileiros.

- d) Elaborar, em caráter periódico, análise sucinta da situação do intercâmbio comercial bilateral entre Brasil e São Vicente e Granadinas, com vistas a manter adequadamente informados o governo brasileiro e as entidades brasileiras interessadas.
- e) Responder às demandas dos exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores locais de produtos brasileiros;
- f) Produzir estudos setoriais e de mercado, em conformidade com programa de trabalho autorizado pela Secretaria de Estado.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de demandas atendidas pelo SECOM de promoção e inteligência comercial.
- b) Número de ações de promoção comercial organizados com participação da Embaixada.
- c) Número de oportunidades comerciais identificadas e de guias e de estudos de inteligência comercial elaborados.
- d) Número de participações de entidades brasileiras em seminários, eventos, rodadas de negócios e feiras.
- e) Número de reuniões sobre temas econômico-comerciais com empresas brasileiras e parceiros do arquipélago vicentino;
- f) Número de respostas a consultas de empresas brasileiras sobre oportunidades comerciais e de investimento em São Vicente Granadinas;
- g) Número de telegramas sobre a economia e ambiente de negócios em São Vicente Granadinas.

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- 1. Acompanhar a situação interna do país em temas de relevância para as relações bilaterais e para os interesses da política externa brasileira.**
 - a) Preparar, em bases regulares, informações e análises sobre fatos e tendências das políticas interna em São Vicente e Granadinas, inclusive em matéria de economia, comércio, finanças e investimentos, saúde, energia, meio ambiente, segurança, direitos humanos e fluxos migratórios, entre outros.

- b) Acompanhar e informar sobre a política externa de São Vicente Granadinas, inclusive no que diz respeito à Comunidade do Caribe (CARICOM), à Associação dos Estados do Caribe (AEC) e à Organização dos Estados do Caribe Oriental (OECS);
- c) Preparar informações sobre as relações do governo de São Vicente e Granadinas com países de maior projeção em sua agenda de relações exteriores
- d) Manter interlocução fluida com os principais atores de São Vicente e Granadinas, com o objetivo de fazer avançar temas e iniciativas de interesse para as relações bilaterais.
- e) Trabalhar pela regularidade de reuniões dos foros bilaterais de diálogo, consultas e cooperação, segundo as prioridades do conjunto da relação bilateral.

2. Promover e apoiar a realização de visitas oficiais, missões e encontros para discussão de temas prioritários da agenda bilateral, regional e multilateral.

- a) Favorecer a realização de visitas recíprocas de alto nível para consolidar avanços concretos no relacionamento bilateral, por meio de resultados substantivos.
- b) Apoiar as visitas de alto nível de autoridades brasileiras a São Vicente e Granadinas e de autoridades são-vicentinas ao Brasil, segundo as prioridades e interesses identificados por ambos os lados.
- c) Promover a realização de visitas de delegações em nível técnico de parte a parte, segundo as prioridades e o andamento da agenda bilateral.

3. Apoiar a política multilateral brasileira por meio de gestões junto ao governo de São Vicente e Granadinas.

- a) Informar sobre a atuação de São Vicente e Granadinas e seus interesses em foros multilaterais e regionais.
- b) Contribuir para a aproximação e, se possível, a concertação bilateral em foros multilaterais e regionais, em temas de interesse prioritário para a política externa brasileira.
- c) Realizar gestões para obter o apoio de São Vicente Granadinas a candidaturas brasileiras em organismos e foros multilaterais e regionais.

4. Estimular e apoiar o diálogo interparlamentar entre os dois países

- a) Incentivar e apoiar a realização de visitas recíprocas de delegações dos grupos parlamentares de amizade, com o objetivo de valorizar e dinamizar as relações entre as duas sociedades.

- b) Estimular e prestar apoio às visitas de autoridades parlamentares brasileiras a São Vicente e Granadinas e vice-versa.

5. Fortalecer o marco normativo do relacionamento entre Brasil e São Vicente e Granadinas

- a) Identificar áreas em que entendimentos bilaterais seriam necessários para adensar o marco normativo bilateral.
- b) Segundo as diretrizes da Secretaria de Estado, apoiar a negociação de futuros acordos para o fortalecimento das relações bilaterais em geral e para a implementação e iniciativas de cooperação nas distintas áreas do relacionamento.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de documentos produzidos sobre política interna e política externa e regional de São Vicente e Granadinas.
- b) Número de reuniões e eventos oficiais com autoridades governamentais.
- c) Número de visitas ministeriais, de autoridades subnacionais e de delegações técnicas de parte a parte e de missões de autoridades são-vicentinas ao Brasil e de autoridades brasileiras a São Vicente e Granadinas.
- d) Número de instrumentos concluídos.
- e) Número de gestões junto à chancelaria local.
- f) Número de notas oficiais trocadas com a chancelaria de São Vicente e Granadinas.

III – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

1. Intensificar e diversificar as ações de promoção da cultura brasileira e do turismo junto à sociedade são-vicentina.

- a) Ampliar e diversificar as iniciativas de difusão da cultura brasileira;
- b) Fortalecer a interlocução com entidades de São Vicente e Granadinas para avaliar formas de conferir maior visibilidade ao Brasil e à cultura brasileira;
- c) Apoiar presença brasileira em eventos culturais de São Vicente e Granadinas;
- d) Explorar a possibilidade de engajar entidades subnacionais na realização de eventos culturais que realcem aspectos regionais brasileiros;

- e) Fortalecer a divulgação das iniciativas de promoção da cultura e do turismo brasileiros por meio das redes sociais da Embaixada;
- f) Promover destinos turísticos no Brasil junto à sociedade vicentina.

2. Desenvolver atividades de promoção da língua portuguesa

- a) Ampliar as atividades de promoção da língua portuguesa;
- b) Promover a participação de alunos de língua portuguesa em eventos culturais organizados pela Embaixada;
- c) Promover eventos comemorativos do Dia da Língua Portuguesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões com autoridades/entidades são-vicentinas;
- b) Número de eventos e atividades de promoção da cultura e da imagem do Brasil e da língua portuguesa (seminários, palestras, publicações, difusões mediáticas, atividades gastronômicas, etc);
- c) Número de reuniões e contatos com empresas de turismo em São Vicente Granadinas para promoção dos destinos brasileiros;
- d) Número de ações de promoção da língua portuguesa junto a órgãos oficiais de educação, universidade e escolas;
- e) Número de participantes em atividades culturais promovidas pelo Posto.

IV – COOPERAÇÃO JURÍDICA, EM EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E SAÚDE²

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- a) Aperfeiçoar os canais de interlocução com as autoridades competentes de São Vicente e Granadinas, para o adequado encaminhamento de eventuais solicitações de cooperação jurídica por parte do Brasil.
- b) Promover a divulgação anual dos programas de estudantes-convênio de graduação (PEC-G) e de pós-graduação (PEC-PG), bem como prestar apoio aos candidatos são-vicentinos no âmbito das mencionadas iniciativas.

² A cooperação cultural foi tratada no item anterior

- c) Fortalecer a cooperação educacional entre os dois países, por meio da identificação de possíveis oportunidades de especialização para estudantes brasileiros interessados em São Vicente e Granadinas e facilitação das informações a respeito.
- d) Ampliar as atividades de divulgação, para estudantes são-vicentinos, das ofertas de estudo em instituições brasileiras.
- e) Acompanhar e informar sobre os avanços em matéria de direitos humanos no âmbito da sociedade e das instituições de São Vicente e Granadinas.
- f) Examinar a viabilidade de estabelecer o diálogo bilateral específico em matéria de direitos humanos e promoção da diversidade.
- g) Difundir políticas públicas brasileiras na área de direitos humanos, especialmente aquelas que possam ser relevantes para a situação local.
- h) No setor de saúde, avaliar se há possibilidades de cooperação bilateral entre institutos e centros de pesquisa brasileiros e congêneres em São Vicente e Granadinas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de reuniões e contatos para fomento de novas parcerias entre instituições brasileiras e são-vicentina;
- b) Número de eventos com o apoio ou a participação do Posto;
- c) Número de candidaturas vicentinas no âmbito do PEC-G;
- d) Número de estudantes enviados ao Brasil para graduação e pós-graduação em universidades brasileiras, assim como de estudantes brasileiros para formação em instituições locais;
- e) Número de visitas de delegações e missões técnicas;
- f) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre os mencionados temas.

V – COOPERAÇÃO PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Apoiar a definição e a implementação da agenda da cooperação técnica e humanitária bilateral.

- a) Auxiliar, em coordenação com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e em consulta às autoridades nacionais, no levantamento das prioridades do governo de São

Vicente e Granadinas quanto à cooperação técnica e humanitária bilateral, favorecendo aqueles que possam gerar benefícios mútuos.

- b) Auxiliar na plena implementação Acordo de Cooperação Técnica bilateral de 2017.
- c) Apoiar entidades estaduais e municipais brasileiras em ações junto a órgãos governamentais de São Vicente e Granadinas, em favor do desenvolvimento e execução de projetos de cooperação, bem como de ações de aproximação nas diversas dimensões do relacionamento bilateral.
- d) Apoiar, por meio do diálogo com as entidades brasileiras de excelência em formação técnica (SEBRAE, SESC, SESI, entre outros) e os órgãos governamentais relevantes de São Vicente e Granadinas, o desenvolvimento de iniciativas de formação, capacitação e treinamento, no campo das micro, pequenas e médias empresas.
- e) Fortalecer os mecanismos de ajuda humanitária brasileira, por meio da manutenção de canais regulares entre instituições nacionais e congêneres em São Vicente e Granadinas.

2. Cooperar na área de políticas de promoção da diversidade e inclusão social.

- a) Produzir informações sobre os avanços da legislação e das políticas públicas em São Vicente e Granadinas em matéria de inclusão social e promoção dos direitos de grupos vulneráveis.
- b) Facilitar contatos bilaterais sobre a matéria e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais e não governamentais brasileiras e são-vicentinas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de projetos de cooperação técnica;
- b) Número de iniciativas de assistência humanitária;
- c) Número de informes elaborados pela Embaixada sobre a situação em matéria de direitos humanos, de políticas de inclusão social e de combate à desigualdade e à discriminação;
- d) Número de reuniões, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos;
- e) Número de reuniões com representantes governamentais para definição de áreas prioritárias;
- f) Número de missões técnicas para prospecção e elaboração de projetos.

VI – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- a) Identificar possíveis áreas de convergência de interesses em matéria ambiental para a concertação de posições.
- b) Promover a cooperação, em especial no que se refere a zonas costeiras e ambientes marinhos.
- c) Difundir informações sobre iniciativas e soluções brasileiras em matéria de proteção ambiental e de desenvolvimento sustentável.
- d) Trabalhar pela divulgação e difusão de tecnologias limpas produzidas e utilizadas no Brasil, em especial no setor energético.
- e) Acompanhar e relatar iniciativas de São Vicente e Granadinas em matéria de prevenção, mitigação e resposta a emergências climáticas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de encontros sobre cooperação em matéria de proteção ao meio ambiente, de desenvolvimento sustentável e de promoção de tecnologias limpas.
- b) Número de comunicações produzidas pela Embaixada sobre iniciativas em matéria de proteção ambiental e biodiversidade.
- c) Número de ações promovidas pela Embaixada sobre tecnologias limpas brasileiras.

VII – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- a) Manter canais de diálogo fluido com a comunidade brasileira residente em de São Vicente e Granadinas, também por meio de redes sociais e do portal consular do Itamaraty.
- b) Assegurar a prestação eficiente de serviços consulares de qualidade aos brasileiros residentes ou em trânsito em São Vicente e Granadinas.
- c) Garantir a prestação rápida e eficiente de assistência consular a brasileiros em situação emergencial.
- d) Dar conhecimento à comunidade brasileira de direitos e obrigações como cidadãos brasileiros residentes no exterior.

- e) Manter interlocução regular com autoridades locais, de modo a facilitar a solução de eventuais problemas migratórios que afetem nacionais brasileiros.
- f) Prestar assistência consular a brasileiros detidos na jurisdição do Posto.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de atendimentos ao público para providências de passaportes, registros civis, procurações, entre outros.
- b) Número de assistências consulares e repatriações realizadas.
- c) Número de visitas a nacionais detidos na jurisdição do posto.
- d) Número de iniciativas voltadas para a comunidade brasileira na jurisdição do Posto.

IX – PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL DE CARÁTER ECONÔMICO, POLÍTICO, SOCIAL E CULTURAL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- a) Conferir prioridade à busca de posições comuns no plano bilateral que ajudem na consolidação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).
- b) Fortalecer a cooperação técnica, visando à plena implementação do no Acordo de Cooperação Técnica bilateral de 2017, por meio também do apoio à definição de áreas de interesse mútuo, junto à Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- a) Número de gestões e reuniões realizadas.
- b) Número de informações e expedientes preparados.



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 26, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto a São Vicente e Granadinas.*

Relatora: Senadora **PROFESSORA DORINHA SEABRA****I – RELATÓRIO**

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz da Senhora ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAME, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil junto a São Vicente e Granadina .

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o *curriculum vitae* da diplomata, do qual extraímos as informações que seguem.

A Sra. ANA LÉLIA BENINCÁ BELTRAM graduou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria em 1975. Foi aprovada no Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1983 e no Curso de Altos Estudos (CAE), em 2004, ambos do Instituto Rio Branco, tendo neste último apresentado a tese: "O Sequestro Interfamiliar de Crianças para Países de Direito Islâmico".

Iniciou sua carreira diplomática como Terceira-Secretária em 1977. Ascendeu a Segunda-Secretária em 1980 e a Primeira-Secretária em 1987; a Conselheira em 1998, e a Ministra de Segunda Classe em 2005. Em 2011, tornou-se Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial.

Foi assistente da Divisão de Cooperação Intelectual (1977-1979); assessora do Departamento de Assuntos Consulares e Jurídicos (1985-1986); assistente da Divisão de Europa II (1986-1991); chefe substituta na Divisão de Organismos Internacionais Econômicos (1994-1996) e na Divisão de Transportes, Comunicações e Serviços (1996-1999); Coordenadora-geral de Direito Internacional da Consultoria Jurídica (1999-2000); e Corregedora na Corregedoria do Serviço Exterior (2014-2016).

No Exterior, serviu nas Embaixadas em Nairóbi (1979-1982), na Embaixada em Paris (1982-1985), na Embaixada em Atenas (1991-1994), no Consulado-Geral em Montevideú como Cônsul-Adjunta (2000-2003), e nos Consulados-Gerais de Caiena, Toronto e Rivera como Cônsul-Geral.

Em 1990, a diplomata em apreço recebeu a Ordem Nacional do Mérito, da França. Já em 2014 foi condecorada com a Medalha do Pacificador (Brasil), ao passo que em 2015 foi agraciada com a Ordem do Rio Branco (Brasil), no grau Grã-Cruz.

Em 1997, a indicada publicou o livro "Uma Introdução ao Regime do GATS – Comércio Internacional de Serviços".



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Além do currículo da indicada, o Itamaraty fez constar da Mensagem documento informativo sobre São Vicente e Granadinas, do qual extraímos informações para subsídio aos membros da Comissão.

A nação caribenha é uma democracia parlamentar sob monarquia constitucional. O rei Charles III é o chefe de Estado, representado localmente por um governador-geral.

Enquanto cultiva relacionamento próximo com países desenvolvidos, o governo são-vicentino tem buscado estreitar relações com novos parceiros, entre os quais o Brasil. Destaco, ademais, que a nação caribenha compartilha com o Brasil a posição em defesa da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

As relações entre Brasil e São Vicente e Granadinas caracterizam-se por cooperação e diálogo fluido nos planos bilateral e multilateral. A intensificação no relacionamento insere-se em processo mais abrangente de aproximação política e econômica com o Caribe.

Também faz parte desse contexto de retomada da estratégia diplomática brasileira para o Caribe Oriental, a decisão de reabrir a Embaixada do Brasil em Kingstown, em novembro de 2023. A embaixada havia sido encerrada oficialmente em 2020. De 2020 ao presente momento, a representação junto ao governo são-vicentino passou a ser exercida, em caráter cumulativo, pela Embaixada do Brasil em Bridgetown, Barbados.

No âmbito regional, o chefe de governo de São Vicente e Granadinas tem tido papel de destaque na mediação da questão de Essequibo, entre Venezuela e Guiana.

O governo de São Vicente e Granadinas, sobretudo por meio do primeiro ministro Ralph Gonsalves, tem reconhecido a crescente atuação internacional do Brasil, demonstrando interesse em estreitar o relacionamento com o país. Em diferentes ocasiões e comunicações dirigidas ao governo brasileiro, autoridades granadinas salientaram interesse em receber cooperação do Brasil.

**SENADO FEDERAL**

Gabinete da Senadora PROFESSORA DORINHA SEABRA

Recentemente, a nação caribenha indicou à Agência Brasileira de Cooperação (ABC) ter interesse em desenvolver ações de cooperação técnica bilateral em agricultura, especialmente nas áreas de cultivo de frutas e vegetais; medicamentos fitoterápicos, além de agricultura familiar.

O Brasil prestou assistência humanitária a São Vicente e Granadinas em algumas oportunidades. Entre elas, destacam-se a doação de seis mil doses da vacina dupla para adultos; de duas mil doses da vacina contra a poliomielite e de mil doses da vacina pentavalente.

O patrimônio do relacionamento bilateral compõe-se de acordos bilaterais em vigor nos setores de cooperação técnica em agricultura, cooperação educacional e cooperação cultural.

No que se refere ao intercâmbio comercial com São Vicente e Granadinas, dados de 2023 apontam para um fluxo comercial de cerca de US\$ 5 milhões de dólares, valor esse composto pelo total de exportações do Brasil ao país caribenho, não havendo registro de fluxos de importações significativas.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão, de agosto de 2024.

Senador Renan Calheiros, Presidente

Senadora Professora Dorinha Seabra, Relatora

2

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE FLÁVIO SOARES DAMICO

CPF: [REDACTED]

ID.: [REDACTED]

1960 Filho de [REDACTED], nasce em 5 de março, em Porto Alegre/RS

Dados Acadêmicos:

1982 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 1984 Especialista em Economia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
 1987 Curso de Preparação à Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco (IRBr)
 1996 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas – IRBr
 2007 Curso de Altos Estudos - IRBR, tese: "O G-20 de Cancún a Hong Kong: interações entre as diplomacias pública e comercial"

Cargos:

1987 Terceiro-secretário
 1993 Segundo-secretário
 1999 Primeiro-secretário, por merecimento
 2004 Conselheiro, por merecimento
 2007 Ministro de segunda classe, por merecimento
 2014 Ministro de primeira classe, por merecimento

Funções:

1988-90 Divisão de Ciência e Tecnologia, assistente
 1990-91 Secretaria-Geral de Controle, assessor
 1991-92 Secretaria-Geral Executiva, assessor
 1992-95 Missão junto à ONU, Nova York, terceiro e segundo-secretário
 1995-98 Embaixada em Montevidéu, segundo-secretário
 1998-00 Divisão das Nações Unidas, assistente
 2000-01 Departamento de Organismos Internacionais, assessor
 2001-04 Delegação Permanente em Genebra, primeiro-secretário
 2004-08 Divisão de Agricultura e Produtos de Base, chefe
 2008-11 Delegação junto à Organização Mundial do Comércio, ministro-conselheiro
 2011-16 Departamento de Mecanismos Inter-Regionais, diretor
 2016-19 Embaixada em Singapura, embaixador
 2019-22 Embaixada em Assunção, embaixador
 2022- Representação do Brasil junto à Conferência do Desarmamento, representante especial

Publicações:

1985 "A Lei de Say". Ensaios FEE, volume 6, número 1, pp 105-120
 2007 "O G-20 nas negociações agrícolas na OMC". Revista PONTES, volume 3, número 3, junho de 2007
 2007 "Agricultural Expansion and Policies in Brazil", co-autor, in Kaush, A; Josling, T.; Thompson, B.H. (org.), U.S. Agricultural Policy and the 2007 Farm Bill. Woods Institute for the Environment, Stanford, California/EUA
 2012 BRICS: o novo "lugar" do conceito, in "O Brasil, os BRICS e a agenda internacional", FUNAG

2015 "Antecedentes: do acrônimo de mercado à concertação político-diplomática" in "BRICS: estudos e documentos", FUNAG

Condecorações:

2001 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro
2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2015 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial
2019 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2020 Medalha "Amigo da Marinha"
2020 Medalha Mérito Tamandaré
2021 Medalha "Exército Brasileiro"
2021 Grã-Cruz da "Orden Nacional del Mérito" da República do Paraguai
2022 Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial
2022 Medalha Mérito Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
2023 Medalha da Vitória



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 24, DE 2024

(n° 351/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 351

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **FLÁVIO SOARES DAMICO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **FLÁVIO SOARES DAMICO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de junho de 2024.

EM nº 00108/2024 MRE

Brasília, 19 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **FLÁVIO SOARES DAMICO**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República do Equador, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **POMPEU ANDREUCCI NETO**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **FLÁVIO SOARES DAMICO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 446/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior, Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 26/06/2024, às 18:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

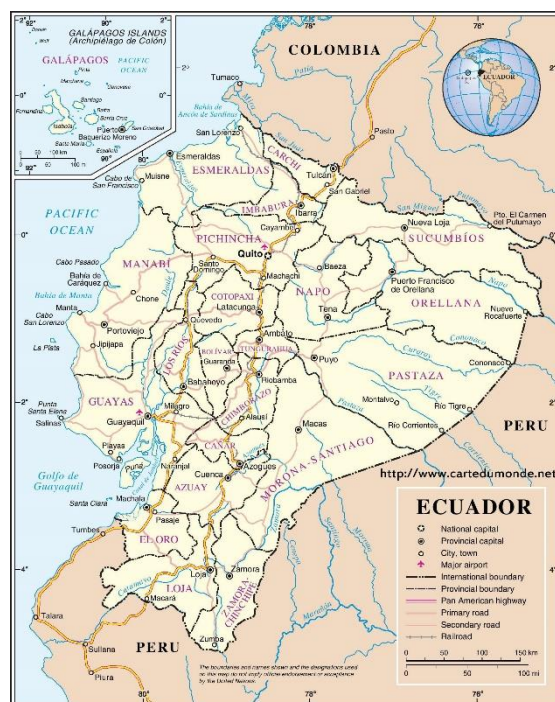


A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5850824** e o código CRC **6B23280B** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

EQUADOR



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2024

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República do Equador
GENTÍLICO	Equatoriano
CAPITAL	Quito
ÁREA	256.370 km ²
POPULAÇÃO (Instituto Nacional de Estatísticas e Censos, 2022)	17,63 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Espanhol
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral, com 137 parlamentares; mandatos de quatro anos, coincidindo com o presidencial.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Daniel Noboa (desde 23/11/2023).
CHANCELER	Gabriela Sommerfeld (desde 23/11/2023).
PIB (FMI, 2023)	USD 118,69 bilhões
PIB PPP (FMI, 2023)	USD 242,58 bilhões
PIB <i>per capita</i> (FMI, 2023)	USD 6,5 mil
PIB <i>per capita</i> PPP (FMI, 2023)	USD 13,29 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI, 2023)	0,4% (2023), 2,9% (2022); 4,2% (2021); -7,8% (2020); 0% (2019); 1,3% (2018).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH, PNUD, 2021/2022)	0,740 (95ª posição)
ALFABETIZAÇÃO (PNUD, 2020)	92,8%
EXPECTATIVA DE VIDA (PNUD, 2021)	73,7 anos
ÍNDICE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO (PNUD, 2022)	0,371 (89ª posição). Ref. Brasil: 0,391 (94ª posição)
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar estadunidense
EMBAIXADOR EM QUITO	Pompeu Andreucci Neto
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Carlos Alberto Velástegui Calero
BRASILEIROS NO PAÍS (MRE, 2022)	Cerca de 3,5 mil

INTERCÂMBIO BILATERAL (USD MILHÕES FOB) – Fonte: Comex Stat

Brasil– Equador	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 (jan-abr)
Intercâmbio	964,9	782,6	797,6	968,4	1.016,9	915,7	686,6	1.014,2	1.232,9	1.214,4 (-1,5%)	349,9 (-19%)
Exportações	822	664,9	653,6	836,7	904,7	832,8	599,4	895,4	1.123,1	1.110,2 (-1,1%)	311,7 (-22,4%)
Importações	142,9	117,7	144,0	131,8	112,3	82,9	87,2	118,8	109,8	104,2 (5,1%)	38,2 (+25,7%)
Saldo	679,1	547,2	509,5	704,9	792,3	749,9	512,2	776,6	1.013,3	1.006	273,5

Principais exportações para o Equador em 2023: veículos automóveis de passageiros (11%); papel e cartão (8,7%); trigo e centeio não moídos (7,5%); demais produtos – indústria de transformação (4,2%); calçados (4%).

Principais importações do Equador em 2023: chumbo (23%) resíduos de metais de base não ferrosos e de sucata (13%); outros pescados, crustáceos, moluscos, preparados ou preservados (12%); chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos (6,5%); artigos de confeitaria (6,5); cacau em pó, manteiga ou pasta de cacau (6%).

PERFIS BIOGRÁFICOS**DANIEL NOBOA****Presidente da República**

Nascido em 30 de novembro de 1987, em Miami/EUA, tem dupla cidadania (equatoriana e norte-americana). Formou-se em Ciências Públicas e tem títulos de especialização em Governança e Administração Pública e em Comunicação Política pelas universidades Harvard/EUA e George Washington/EUA, respectivamente. Em 2021, foi eleito parlamentar pela província de Santa Elena. Durante seu mandato, Noboa presidiu a Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembleia Nacional. É filho de Álvaro Noboa, um dos empresários mais ricos do Equador e dono de um conglomerado de empresas que se dedica especialmente à exportação de bananas. Álvaro Noboa foi candidato presidencial em 1998, 2002, 2006, 2009 e 2013, e chegou ao segundo turno em três ocasiões, sendo a última delas em 2006, quando perdeu para Rafael Correa.

GABRIELA SOMMERFELD**Ministra das Relações Exteriores e Mobilidade Humana**

É empresária, graduada em Finanças e Marketing pela Universidade San Francisco de Quito e mestre em Administração de Empresas pelo Instituto Tecnológico de Monterrey. Foi CEO da empresa de aviação Equair, gerente-geral do Le Parc Hotel em Quito, membro do Diretório da Câmara de Comércio de Quito, na qual atuou como vice-presidente e responsável pelas Relações Internacionais, da Junta Diretiva de Movich Hotels, grupo hoteleiro colombiano, e do Diretório da Cervejaria Nacional – ABInBev no Equador. É reconhecida no meio equatoriano por sua carreira nas áreas de turismo, aviação e empreendimento.

APRESENTAÇÃO

A República do Equador está localizada na porção noroeste da América do Sul. Tem seu litoral banhado pelo Oceano Pacífico a oeste e noroeste. Faz fronteira ao norte com a Colômbia e, ao leste e ao sul, com o Peru. Além do território continental, o Equador tem soberania sobre as ilhas Galápagos, localizadas a cerca de 1000 km da costa sul-americana.

O território equatoriano é dividido pela Cordilheira dos Andes, que corta o país de norte a sul. Do lado ocidental, ficam planícies extensas e o golfo de Guayaquil, enquanto do lado oriental está a Amazônia. O Equador é um dos países com maior diversidade biológica do mundo e dispõe de recursos minerais abundantes.

Com território de 283.561 km², o Equador é o 73º país mais extenso do mundo. A população equatoriana é de aproximadamente 17,6 milhões de habitantes, fazendo do país o sétimo mais populoso da América do Sul.

Durante o Império Espanhol, a história equatoriana esteve relacionada à Real Audiência de Quito, jurisdição pertencente ao Vice-Reino do Peru. O Equador teve sua independência declarada da Grã-Colômbia, em 1830, após quase duas décadas de um processo iniciado pela adoção da primeira Constituição de Quito.

POLÍTICA INTERNA

A República do Equador é um estado unitário e descentralizado. Administrativamente, o país é dividido em 24 províncias, subdivididas em cantões e paróquias.

Politicamente, o Equador é uma república presidencial dotada de sistema multipartidário. Sob a atual Constituição, o presidente é o chefe de Estado e de Governo, eleito para um mandato de quatro anos, podendo ser reeleito uma única

vez. O presidente é a máxima autoridade das Forças Armadas e tem amplas capacidades legislativas: pode apresentar leis, tem capacidade de veto total e parcial a projetos legislativos e a faculdade exclusiva de apresentar e conformar leis em matéria econômica e tributária.

O Poder Legislativo é representado pela Assembleia Nacional, unicameral e composta de 137 parlamentares divididos em doze comissões permanentes. Os membros da Assembleia Nacional são eleitos para mandatos de quatro anos, coincidindo com o mandato presidencial.

O Poder Judiciário tem como seu órgão máximo a Corte Nacional de Justiça, com competência sobre todo o território nacional e sede em Quito. A Corte Nacional tem como funções, entre outras: conhecer os recursos de cassação, de revisão e os demais estabelecidos pela lei; desenvolver o sistema de precedentes jurisprudenciais; e julgar as causas iniciadas contra servidores públicos que gozem de prerrogativa de foro. A Corte é composta de 21 juízes, designados para períodos de nove anos e que, em conjunto, formam o Pleno. Já a Corte Constitucional do Equador é o órgão supremo de interpretação e controle da constitucionalidade. É composta por nove juízes com mandato de nove anos, sem direito a reeleição imediata, renovados três a três, a cada três anos.

Além dos três poderes convencionais, o sistema político do Equador conta com mais dois poderes, chamados de “Funções”: a de Transparência e Controle Social, que tem como prerrogativa promover o controle das entidades e organismos do setor público e das pessoas naturais ou jurídicas do setor privado que prestem serviços ou desenvolvam atividades de interesse público; e a Eleitoral, que tem o objetivo de garantir o exercício dos direitos políticos que se expressam por intermédio do sufrágio, assim como dos referentes à organização política da cidadania.

Em 17 de maio de 2023, o então presidente equatoriano Guillermo Lasso, ameaçado de afastamento do cargo por denúncias de corrupção em empresas públicas, ativou, por meio de decreto, a cláusula constitucional chamada “morte cruzada”, alegando “grave crise política e comoção interna”. O instituto, nunca aplicado desde a sua introdução na constituição de 2008, prevê a dissolução do parlamento e convocação de eleições antecipadas para o Executivo e o Legislativo.

Com a decretação da “morte cruzada”, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) convocou, em 18 de maio de 2023, novas eleições gerais, cujo primeiro turno realizou-se em 20 de agosto e o segundo turno em 15 de outubro daquele ano. Todos os eleitos completam o período remanescente dos mandatos de seus antecessores (um ano e seis meses).

Daniel Noboa foi eleito presidente do Equador, no segundo turno, com 51,89% dos votos válidos, à frente de Luisa González, que obteve 48,11%. No Legislativo, o Movimento “Revolución Ciudadana”, vinculado ao ex-presidente Rafael Correa, obteve 40% dos votos, o que lhe garantiu representação forte, com 51 parlamentares, de um total de 137 cadeiras na assembleia unicameral. Agremiações de centro-direita também alcançaram bons resultados, como o “Movimiento Construye” (25 parlamentares) e o Partido Social Cristão (18 eleitos), além da própria ADN, de Noboa (também com 25 parlamentares eleitos). O movimento indígena foi um dos grandes derrotados nas eleições legislativas. Sem candidato para liderar chapa presidencial, o Pachakutik (PK), segunda força política na legislatura anterior, conta com apenas 4 representantes na Assembleia Nacional.

Em novembro de 2023, foi anunciado “acordo consolidado” entre o Movimento “Revolución Ciudadana” (RC), o Partido Social Cristão (PSC) e a ADN, do Presidente eleito Daniel Noboa. Parlamentares do RC asseguraram o apoio ao Executivo, frisando, contudo, haver limites a esse apoio em temas caros ao correísmo, tais como a objeção a privatizações e à deterioração das relações trabalhistas.

Crise de Segurança Pública

O Equador atravessa crise de segurança pública associada à expansão do narcotráfico internacional, com significativo crescimento dos índices de crimes violentos nos últimos 8 anos.

Em 8 de janeiro passado, o presidente Noboa decretou estado de exceção e reconheceu, por decreto, a existência de conflito armado interno, mobilizando as forças armadas para o combate à criminalidade. No decreto, foram identificados 22

grupos criminosos como “organizações terroristas e atores não estatais beligerantes”.

Segundo o governo equatoriano, desde a decretação do estado de exceção, houve redução significativa na taxa de homicídios, mas persistem ações de grande visibilidade do crime organizado, incluindo assassinatos de autoridades públicas.

Invasão da Embaixada do México em Quito

Em 5 de abril passado, a embaixada mexicana em Quito foi invadida por forças policiais do Equador, que prenderam o ex-vice-presidente equatoriano Jorge Glas Espinal, que havia recebido asilo político do México. A ação constituiu grave descumprimento da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas, da Convenção Americana sobre Asilo Diplomático e do direito costumeiro regional e motivou manifestações de condenação pela grande maioria dos países das Américas, bem como de organismos regionais. Em nota do dia 6 de abril, o governo brasileiro condenou, nos mais firmes termos, a invasão da embaixada mexicana.

O governo equatoriano afirma que a ação se justificaria devido ao alegado uso indevido, pelo México, do local de sua missão diplomática, em contradição com as determinações da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas; a alegadas violações pelo México, das convenções sobre asilo diplomático; pela situação de “conflito interno” vivido pelo Equador; e pelo alegado risco iminente de fuga de Glas. A invasão da embaixada mexicana em Quito é objeto de processo apresentado pelo México junto à Corte Internacional de Justiça (CIJ). O Equador, por sua vez, apresentou demanda contra o México junto à Corte pelas alegadas violações da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas e das convenções sobre asilo diplomático. O caso na CIJ encontra-se em andamento.

ECONOMIA E COMÉRCIO EXTERIOR

A economia do Equador é caracterizada pela presença de importantes reservas de petróleo, que representam parcela considerável das exportações do país e das receitas governamentais.

Outro elemento central a ser considerado é o uso do dólar estadunidense como moeda oficial, desde 2000. No plano econômico-comercial, houve certa retração na inserção internacional equatoriana durante os mandatos de Rafael Correa, com a denúncia de todos os acordos bilaterais de investimento. Mais recentemente, o Equador voltou a buscar maior integração, em âmbito regional, tendo celebrado, ao lado de Colômbia e Peru, acordo com a União Europeia e com a EFTA.

A economia equatoriana passa, atualmente, por momento desafiador. No final de novembro de 2023, o ministro de Economia e Finanças, Juan Carlos Vega, reconheceu a "grave situação econômica" do Equador e afirmou que o país está "extremamente empobrecido", tendo sofrido queda de 9% na renda per capita ao longo da última década.

Um dos principais desafios econômicos a curto prazo será lidar com o crescente déficit público sem cortar gastos sociais. A dívida pública do país monta a USD 63 bilhões, equivalente a 54,7% do PIB. Em 2024 e 2025, o Equador terá de desembolsar o total de USD 5,38 bilhões apenas em amortizações, equivalentes a mais de um terço da arrecadação em 2023, de USD 14,29 bilhões. As reservas internacionais do Equador, que iniciaram 2023 em USD 8,36 bilhões, terminaram o ano em USD 4,45 bilhões.

Relatório de prestação de contas relativo ao ano de 2023, apresentado em março passado, expõe a delicada situação econômica e das contas públicas do Equador. O PIB equatoriano cresceu 0,4%, muito abaixo da estimativa de 3,1% em que se baseara a proposta orçamentária apresentada no início daquele ano. As receitas fiscais foram 6,5% inferiores às registradas em 2022; as despesas foram 6,1% superiores. O déficit fiscal foi de USD 5,752 bilhões, equivalente a 4,8% do PIB.

Para 2024, o governo prevê aumento de 15,8% nos gastos públicos, com USD 508 milhões a mais em pagamento de juros da dívida. Projeta, entretanto, aumento de cerca de 25% das receitas tributárias e redução do déficit fiscal para USD 4,809 bilhões (4% do PIB). Para a elevação das receitas, foi aprovada, em fevereiro, a Lei para Enfrentar o Conflito Armado, que aumentou, a partir de 1º de abril, a alíquota do imposto sobre valor agregado (IVA) de 12% para 15%, pelos próximos dois anos e, posteriormente, para 13%. A nova lei também elevou o imposto sobre divisas de 3,5% para 5% e criou o imposto sobre lucros de bancos e cooperativas bancárias. Eliminaram-se, ainda, desonerações tributárias que beneficiavam bancos privados.

Com relação às perspectivas econômicas para 2024, o Banco Central do Equador (BCE) divulgou, em abril passado, estimativa de crescimento do PIB de 1% no ano. A previsão considera aumentos modestos para: consumo das famílias (0,7%), despesas públicas (1,1%), formação bruta de capital fixo [investimentos em construção e aquisição de maquinaria e equipamento] (1,3%) e acréscimo das exportações (4,2%).

As projeções relativas ao aumento do PIB do Equador em 2024, tanto do Fundo Monetário Internacional (FMI), quanto do Banco Mundial (BM) são mais modestas. O FMI, em relatório divulgado em meados de abril, estima o crescimento do Equador em 0,1%, em 2024, e 0,8%, em 2025. O BM é menos pessimista e avalia o crescimento do Equador em 0,7% em 2024 e 1,7% em 2025. Esses valores estão abaixo das projeções dessas instituições para o crescimento na América Latina. O FMI estima crescimento na região de 2%, em 2024, e de 2,5%, em 2025. Já o BM prevê crescimento para América Latina e Caribe, em 2024, de 1,6%.

Em 31 de maio passado, o Conselho Executivo do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou empréstimo equivalente a USD 4 bilhões ao Equador, ao longo de 48 meses, ao abrigo do Serviço Ampliado do Fundo (SAF), previsto para países que enfrentam graves dificuldades em sua balança de pagamentos, em médio ou longo prazo, e necessitam adotar reformas estruturais em suas economias. O acordo prevê o desembolso imediato de USD 1 bilhão.

Comércio Exterior

Conforme informações do Banco Central do Equador (BCE), as exportações equatorianas somaram USD 31,12 bilhões em 2023 (contração de 4,69% em relação a 2022), e as importações, USD 29,12 bilhões - montante inferior (3,97%) ao adquirido em 2022. Como resultado, o superávit comercial foi de USD 1,99 bilhão, 14,03% menor do que o registrado em 2022 (USD 2,32 bilhões).

Petróleo e derivados figuraram como principais itens da pauta exportadora do país, respondendo por 28,75% (USD 8,95 bilhões) do total vendido ao exterior, a despeito de se terem contraído em 22,74% na comparação com 2022. O pior desempenho do setor petrolífero, durante o ano de 2023, deveu-se às quedas de 4,07% no volume exportado e de 20,74% no preço médio do barril de petróleo no mercado internacional, cuja cotação média passou de USD 85,80 para USD 68,00 no período analisado.

Além de petróleo e derivados, os produtos mais vendidos pelo Equador em 2023 foram: camarão, com USD 7,20 bilhões ou 23,15% do total e 1,15% a menos na variação interanual; banana, com USD 3,77 bilhões (12,11% do total, ou +15,4%); minérios, com USD 3,32 bilhões (10,68% do total, ou +19,8%); conservas de peixes, com USD 1,32 bilhão (4,25% do total, ou -2,8%); e cacau e elaborados, com USD 1,32 bilhão (4,25% do total, ou +31,5%).

Os dez principais mercados de destino das exportações equatorianas no ano de 2023 foram: Estados Unidos, com USD 7,40 bilhões (23,78% do total); China, com USD 5,67 bilhões (18,22% do total); Panamá, com USD 4,47 bilhões (14,37% do total); Chile, com USD 978,4 milhões (3,14% do total); Peru, com USD 974,8 milhões (3,13% do total); Rússia, com USD 923,6 milhões (2,96% do total); e Espanha, com USD 854 milhões (2,74% do total)

As importações equatorianas no ano de 2023 registraram contração de 3,97% em relação a 2022. Os principais produtos importados foram: gasolinas, com USD 3,95 bilhões (13,57% do total e queda de 9,8% na comparação interanual); naftas dissolventes e outros óleos de petróleo, com USD 2,16 bilhões (7,42% do total, ou -9,4%); automóveis de passageiros, com USD 1,24 bilhão (4,26% do total, ou +13,2); tortas e outros resíduos sólidos da extração de óleo de soja, com USD 916,4 milhões (3,14% do total, ou +8,5%); e medicamentos para uso humano ou veterinário, com USD 951,4 milhões (3,26% do total, ou +12,4%).

Os maiores fornecedores para o Equador no ano de 2023 foram: Estados Unidos, com USD 6,60 bilhões (22,68% do total); China, com USD 5,15 bilhões (17,68% do total); Panamá, com USD 2,55 bilhões (8,77% do total); Colômbia, com USD 2,34 bilhões (8,05% do total); Peru, com USD 1,14 bilhão (3,94% do total); e Brasil, com USD 1,14 bilhão (3,93% do total).

Quanto ao saldo da balança comercial, os cinco mais expressivos superávits registrados pelo Equador durante 2023 ocorreram no comércio com Panamá (USD 1,91 bilhão), Rússia (USD 847,6 milhões), Estados Unidos (USD 796,2 milhões), Emirados Árabes Unidos (USD 578,9 milhões) e Países Baixos (USD 551 milhões). Os cinco déficits mais significativos, por sua vez, ocorreram no comércio com Colômbia (USD 1,57 bilhão), Brasil (USD 1,03 bilhão), Coreia do Sul (USD 670,1 milhões), México (USD 459,3 milhões) e Japão (USD 397,6 milhões).

RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-EQUADOR

As relações bilaterais entre Brasil e Equador caracterizam-se por coincidência de posições em temas como a promoção do desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente e o fortalecimento da integração regional; distinguem-se, também, pela cooperação em foros multilaterais e pela intensidade da corrente de comércio.

A importância mutuamente atribuída à relação pode ser constatada pela frequência das visitas de alto nível de parte a parte. As mais recentes incluíram visita do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores a Quito no dia 3 de maio de 2023 e também de seu antecessor, em outubro de 2022. Em ambas as ocasiões, os chanceleres brasileiros foram recebidos por seus homólogos e também pelo então presidente do Equador. O senhor Vice-Presidente, Geraldo Alckmin, representou o Brasil na cerimônia de posse do Presidente Daniel Noboa e com este manteve reunião em 23 de novembro último. O ex-Presidente equatoriano Guilherme Lasso, por sua vez, compareceu à cerimônia de posse do Presidente Lula, com quem manteve reunião em 2 de janeiro de 2023. Lasso participou também da Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, em

30 de maio do ano passado. O então Ministro das Relações Exteriores e Mobilidade Humana, Gustavo Manrique, representou o Equador na Cúpula da Amazônia, em Belém do Pará, em agosto do ano passado.

Países em desenvolvimento que compartilham o espaço sul-americano e a Bacia Amazônica, Brasil e Equador têm posições coincidentes na defesa do multilateralismo, de soluções pacíficas de controvérsias e na promoção do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente, entre outros temas, nos quais suas delegações nas Nações Unidas e em outros organismos internacionais têm buscado coordenar-se e prestar apoio recíproco. As atuações do Brasil e do Equador durante seus respectivos mandatos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Brasil, 2022-2023; e Equador, 2023-2024) em muito se beneficiaram do diálogo bilateral.

Estimam-se em 3.000 a 3.500 os nacionais brasileiros residentes no Equador e entre 6.500 e 7.000 os equatorianos residentes no território brasileiro. A comunidade brasileira é bem integrada à sociedade equatoriana e compreende elevado número de binacionais.

RELAÇÕES COMERCIAIS COM O BRASIL

O intercâmbio comercial entre Equador e Brasil alcançou USD 1,263 bilhão em 2023, com exportações brasileiras de USD 1,147 bilhão e importações de USD 116 milhões. A balança comercial caracteriza-se por expressivo superávit estrutural brasileiro. Em 2023, o Brasil foi o sexto maior fornecedor para o Equador.

Quanto aos principais produtos da pauta comercial, destacam-se as exportações brasileiras de veículos de transporte de passageiros e de mercadorias, calçados, polímeros de etileno e medicamentos. Observou-se, no ano passado, aumento expressivo das vendas brasileiras de trigo, açúcar de cana e milho. Já as importações de produtos equatorianos concentraram-se em chumbo em formas brutas, preparações e conservas de peixes, partes de aviões ou de helicópteros, produtos de confeitaria, resíduos e sucata de cobre, crustáceos e pasta de cacau.

Os investimentos brasileiros no Equador alcançaram, em 2023, o maior montante nos últimos cinco anos, com USD 4,82 milhões. Empresas brasileiras com operações no Equador ou participação majoritária em empresas equatorianas incluem Vicunha Têxtil S.A., CCR S.A. (acionista principal da empresa Quiport, concessionária do Aeroporto de Quito), WEG Equipamentos Elétricos S.A., AB InBev (proprietária da Cervecería Nacional CN S.A.), Tramontina S.A., Eurofarma Laboratórios S.A., Synergy Group Corp., Brazillink Mobility, Grupo Cutrale e Safra Group (proprietários da empresa Chiquita Brands International, que opera no Equador por meio da Chiquita Banana Ecuador CBBrands S.A.), Grupo Hinode, Camil Alimentos e Helisul Aviação.

COOPERAÇÃO BILATERAL BRASIL-EQUADOR

É variado o escopo da cooperação entre Brasil e Equador, com destaque para os campos militar, policial, educacional, de saúde e humanitário.

Na área de Defesa, é tradicional a cooperação entre as Forças Armadas de ambos os países, sobretudo na formação de militares equatorianos. Academias militares do Equador contam, anualmente, com instrutores do Exército, da Força Aérea e da Marinha do Brasil. Em 2023, 172 militares equatorianos participaram de cursos e outras atividades no Brasil.

Milhares de profissionais equatorianos, sobretudo nas áreas de medicina e odontologia, se formaram no Brasil, e contribuem para a difusão da língua e da cultura brasileiras no Equador, as quais encontram excelente acolhida no país. Os estudantes universitários equatorianos beneficiam-se anualmente das ofertas dos Programas de Estudantes - Convênio de Graduação e Convênio de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), bem como do Programa de Mobilidade do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras ("GCUB-mob").

Programas de cooperação técnica mantidos pela Agência Brasileira de Cooperação com o Equador, em execução ou recentemente concluídos, incluem as áreas de produção de frutas, controle de pragas na agricultura, monitoramento da biodiversidade, defesa civil, vigilância sanitária, banco de leite materno, manejo de

recursos hídricos (em conjunto com o Japão) e redução de incêndios florestais (em conjunto com a Itália).

Solicitações equatorianas de assistência humanitária têm sido prontamente atendidas pelo governo brasileiro, o que sempre enseja reconhecimento das mais altas autoridades daquele país. Doações brasileiras alcançaram aproximadamente USD 9 milhões desde 2006. Mais recentemente, destacaram-se o apoio, por 15 dias, de aeronave da Força Aérea Brasileira para missão de apoio ao transporte de produtos de primeira necessidade (remédios e alimentos), durante as mobilizações populares que paralisaram o Equador em junho de 2022, e doações, em caráter humanitário, de vacinas diversas, medicamentos antirretrovirais, testes para diagnóstico de COVID-19, insulina e equipamentos médicos e hospitalares.

Vertente que se fortaleceu no corrente ano é a cooperação entre autoridades policiais. Após a decretação do estado de exceção, em 8 de janeiro passado, devido ao agravamento da crise de segurança, o governo equatoriano solicitou a cooperação brasileira na área de segurança pública. Em 23 de janeiro, o presidente Lula conversou por telefone com o presidente Noboa, ocasião em que o Senhor PR assegurou ampla cooperação brasileira em segurança pública com o Equador.

Desde então, a cooperação com o Equador tem seguido dois trilhos: um de nível político, coordenado pelo MRE, e outro de nível técnico, levado a cabo pelos órgãos federais competentes pelo tema, em contato direto com suas contrapartes equatorianas.

No trilho político, foi realizada, em 30 de janeiro, reunião por videoconferência coordenada pelas chancelarias de ambos os países, da qual participaram também o MJSP e a Polícia Federal.

No trilho técnico, a Polícia Federal formalizou oferta de ajuda ao governo do Equador em 13 de janeiro. De 25 de fevereiro a 15 de março, a Polícia Federal realizou missão ao Equador, com o objetivo de identificar as necessidades de cooperação das forças de segurança locais. Com base nos resultados da missão, estão sendo organizadas atividades de cooperação com as forças de segurança pública equatorianas.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO EQUADOR

1526	Bartolomé Ruiz chega à costa do atual território equatoriano.
1532	O espanhol Francisco Pizarro conquista a capital sul do império Inca, atual Cusco (Peru).
1534	Os conquistadores espanhóis fundam Santiago de Quito.
1538	É fundada Guayaquil.
1586	Fundação da primeira universidade de Quito.
1812	Após a deposição do governo espanhol e a constituição da Junta Soberana, é redigida a primeira Constituição de Quito.
1819	Fundação da República da Colômbia, que se junta à Venezuela e à Nova Granada.
1822	Após o exército de Sucre derrotar as forças espanholas na Batalha de Pichincha, Quito se anexa à Grã-Colômbia. Logo a seguir, Guayaquil também declara sua anexação.
1830	O Equador declara independência da Grã-Colômbia e redige sua primeira Constituição.
1832	O Equador toma posse das ilhas Galápagos.
1858-60	Guerra com o Peru; governo central equatoriano colapsa em 1859, mas reação preserva unidade territorial.
1863	Guerra com a Colômbia.
1883	Fundação da União Republicana, primeiro partido do Equador (Partido Conservador).
1895	Após golpe de Estado, Revolução Liberal liderada por Eloy Alfaro.
1967	Localizada primeira reserva de petróleo equatoriana.
1968-72	José María Velasco Ibarra (FNV) é eleito e torna-se presidente pela quinta vez (primeiro mandato em 1934-35). Em 1970, após reestatizar a indústria petrolífera, perde apoio legislativo e decide por um autogolpe. Em 1971, Velasco recebe o cubano Fidel Castro, o que acirra tensões políticas.
1972	Golpe de Estado dá início a novo período sob ditadura militar, com o general Guillermo Rodríguez Lara assumindo a presidência de fato até 1976. Os militares administrariam o chamado “auge do petróleo”. Equador começa a exportar o produto em meio a elevação internacional de preços; empréstimos estrangeiros financiam programa de industrialização.
1976	Formada uma junta militar para governar o país e organizar a transição de volta à democracia. Em 1978, eleições gerais vencidas por Jaime Roldós Aguilera (CFP).
1979	O presidente Roldós Aguilera assume o poder como primeiro chefe de Estado civil, após sete anos sob ditadura militar.
1981	Roldós Aguilera morre em acidente aéreo na selva amazônica. Assume seu lugar

	o então vice-presidente Osvaldo Hurtado (DP). País vive contexto de crise econômica crônica, com inflação, déficits fiscais e dívida crescente.
1984	León Febres-Cordero Ribadeneyra (PSC) é eleito presidente e desenvolve política econômica orientada ao livre-mercado, com apoio dos EUA. Terremoto em 1987 suspende produção de petróleo e agrava problemas econômicos.
1988	Rodrigo Borja Cevallos (ID) é eleito presidente e leva a cabo reformas nos campos dos direitos humanos e na abertura comercial, mas problemas econômicos persistem.
1992	Sixto Durán-Ballén (UR) é eleito presidente e impõe medidas econômicas de austeridade, impopulares, mas que obtiveram êxito.
1996	Abdaná Bucaram (POR) é eleito presidente com plataforma populista e promessas de reformas econômicas e sociais.
1997	Bucaram é destituído pelo Congresso sob a alegação de incapacidade mental para governar. Cria-se impasse, com o Legislativo designando como “presidente interino” o presidente do Congresso, Fabián Alarcón, a despeito de a vice-presidente Rosalía Arteaga expedir decreto anunciando que assumiria a presidência. Apesar de acordo mediado pelas Forças Armadas apontar Arteaga como presidente interina, o Congresso manteve a indicação de Alarcón. Arteaga renunciaria após cinco dias e retorna à vice-presidência.
1998	Nova Constituição entra em vigor (julho). Jamil Mahuad Witt (DP) é eleito presidente e toma posse no mesmo dia da entrada em vigor da nova Constituição.
2000	Governo decreta dolarização da economia, com o sucre abandonado e o dólar estadunidense adotado como moeda de circulação legal. Reforma monetária leva a crise entre as populações mais pobres e, em janeiro, após o exército e a polícia se recusarem a reprimir manifestação popular, o presidente Mahuad é forçado a deixar o palácio presidencial. Assume em seu lugar o vice-presidente Gustavo Noboa, que não logra apoio popular por alegação de descuido com problemas sociais.
2003	Lúcio Gutiérrez (PSP), coronel aposentado, é eleito presidente com uma plataforma de combate à corrupção.
2005	Falta de apoio no Congresso faz com que Gutiérrez se isole e declare Estado de Emergência Nacional, destituindo os membros da Corte Suprema. Após protestos populares, o Congresso decide destituir Gutiérrez, por intervir em outro Poder e por “abandono de cargo”. Assume, em seu lugar, o vice-presidente Alfredo Palacio González, que busca avançar políticas progressistas e liberais, apesar de protestos populares. Seu então ministro da Economia, Rafael Correa, abandona o governo defendendo políticas nacionalistas de cunho social.
2007	Rafael Correa (Aliança PAIS) é eleito presidente com a proposta de uma nova Constituição equatoriana. É convocada Assembleia Constituinte, que aprova e promulga nova carta magna para o país.
2008	Nova Constituição entra em vigor e antecipa data das eleições gerais de 2011 para 2009.
2009	Correa é reeleito presidente. Em seu segundo mandato, cria novos ministérios e secretarias. O governo busca maior controle sobre a economia, a educação e o

	desenvolvimento social.
2010	Integrantes da Polícia Nacional do Equador iniciam motim, com bloqueio de ruas, e impedem a entrada ao Parlamento em Quito. Membros da Força Aérea bloqueiam a pista do aeroporto internacional.
2011	Correa envia pacote de questões à Corte Constitucional para convocar um Referendo e uma Consulta Popular para novas reformas na Constituição. Opositores questionam as medidas de Correa como ditatoriais, com a reestruturação do Judiciário e das forças de segurança.
2013	Correa é reeleito presidente. Com maioria absoluta no Congresso, seu terceiro mandato é marcado pelo aprofundamento das reformas, com leis regulando os meios de comunicação, um novo Código Penal, entre outros.
2015	Queda do preço do petróleo leva o governo a aumentar impostos e impor medidas de austeridade, com redução de gastos e pessoal.
2016	Em dezembro, documentos revelam que funcionários do governo equatoriano teriam recebido subornos da Odebrecht desde 2007, em troca de benefícios em contratos para obras públicas.
2017	Lenín Moreno (Aliança PAIS) é eleito presidente, com apoio de Correa. Desde o início do mandato, adota posição mais moderada, com mudança de relação com a imprensa e com o setor privado, além de colocar em prática medidas de austeridade, com grande redução de ministérios, o que leva à ruptura com Correa.
2018	Juíza expede ordem de prisão preventiva contra Correa, que estava na Bélgica desde sua saída da presidência.
2020	Corte Nacional de Justiça condena Correa a oito anos de prisão pelo crime de corrupção, no caso dos alegados subornos entre 2012 e 2016. Ordem não é executada, uma vez que Correa segue na Bélgica.
2021	Eleições gerais são realizadas. Guillermo Lasso, do partido CREO, assume a presidência em 24 de maio.
2022	Presidente Lasso decreta estado de exceção em províncias do país, com toque de recolher, após distúrbios e episódios de violência nas ruas.
2023	Votação desfavorável a propostas de reforma constitucional submetidas pelo governo a consulta popular (fevereiro). Julgamento político, pela Assembleia Nacional, para destituição do chefe do Poder Executivo, após aprovação de acusações de peculato contra o presidente Lasso pelo Tribunal Constitucional (maio). Presidente Lasso invoca cláusula constitucional de “morte cruzada” e antecipa eleições gerais para o Executivo e Legislativo. Daniel Noboa (ADN) é eleito presidente do país para cumprimento do restante do mandato da legislatura anterior – até maio/2025, portanto (novembro).
2024	Crise de segurança pública, decretação de estado de exceção e identificação, pelo Poder Executivo, de 22 grupos do crime organizado transnacional como “organizações terroristas e atores não estatais beligerantes” (janeiro). Aprovação, em consulta popular, de nove de 11 medidas propostas pelo governo

	sobre segurança pública e temas econômicos (abril).
--	---

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1844	Brasil e Equador estabelecem relações diplomáticas; Imperador D. Pedro II designa Manuel Cerqueira Lima como encarregado de negócios junto aos governos de Nova Granada (atual Colômbia) e Equador, com residência em Bogotá (novembro).
1873	Aberta a legação diplomática do Brasil residente em Quito (janeiro).
1904	Tratado de Limites bilateral define a linha Tabatinga-Apapóris como marco divisório, em área ainda disputada com o Peru (maio).
1922	Acordo de limites entre Colômbia e Peru deixa Equador sem fronteira com Brasil.
1942	Assinado o Protocolo do Rio de Janeiro. Brasil é um dos garantes do pacto, que delimita a fronteira em disputa entre Peru e Equador.
1982	O presidente Osvaldo Hurtado protagoniza a primeira visita oficial de um chefe de Estado equatoriano ao Brasil.
1988	O presidente José Sarney realiza a primeira visita de um chefe de Estado brasileiro ao Equador.
1995	Reiniciam-se as hostilidades entre Peru e Equador pela disputa do Vale do Cenepa. Brasil atua como coordenador dos países-garantes do Protocolo de 1942 e patrocina a Declaração de Paz do Itamaraty.
1998	Assinatura dos Acordos de paz de Brasília entre Peru e Equador
2003	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Equador (janeiro). Visita do presidente Lúcio Gutiérrez ao Brasil (maio).
2005	Brasil concede asilo ao ex-presidente Lúcio Gutiérrez, após seu refúgio na Embaixada do Brasil em Quito (abril). Gutiérrez renuncia ao asilo e regressa a seu país (outubro).
2007	Comparecimento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à cerimônia de posse presidencial de Rafael Correa (janeiro). O presidente Rafael Correa realiza visita de Estado ao Brasil (abril). Os presidentes Lula e Correa mantêm encontro em Manaus (setembro).
2008	Visita do presidente Rafael Correa ao Brasil, para angariar apoio na crise de seu país com a Colômbia (março).
2012	O presidente Rafael Correa visita o Brasil para participar da Cúpula Rio+20 (junho). Assinatura de Acordo de Cooperação bilateral (outubro). O presidente Rafael Correa visita o Brasil para participar da Cúpula do MERCOSUL de Brasília (dezembro).

2013	O vice-presidente Michel Temer participa da cerimônia de posse do presidente Rafael Correa (maio)
2014	O presidente Rafael Correa visita o Brasil, para participar da cerimônia de abertura da Copa do Mundo (junho). O presidente Rafael Correa visita o Brasil para participar da Cúpula BRICS-Países da América do Sul e da Cúpula de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). A presidenta Dilma Rousseff visita o Equador por ocasião da Cúpula Extraordinária da UNASUL (dezembro).
2015	Visita do vice-presidente do Equador, Jorge Glas, para a posse da presidenta Dilma Rousseff. O vice-presidente equatoriano mantém encontro com o vice-presidente Michel Temer (janeiro). Viagem do ministro de Estado Mauro Vieira a Quito para reunião extraordinária do Conselho de Ministras e Ministros de Relações Exteriores da UNASUL sobre a situação na Venezuela (março). Viagem do ministro de Estado Mauro Vieira a Quito para reunião de chanceleres da CELAC (maio).
2016	Viagem da presidenta Dilma Rousseff ao Equador para participar da IV Cúpula da CELAC (janeiro).
2018	Visita do chanceler do Equador, José Valencia, ao Brasil (agosto).
2019	Assinatura de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Equador (setembro).
2021	Comparecimento do presidente Jair Bolsonaro à cerimônia de posse presidencial de Guillermo Lasso (maio).
2022	Visita oficial do ministro de Estado Carlos França ao Equador (outubro).
2023	Comparecimento do presidente Guilherme Lasso à cerimônia de posse presidencial do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (janeiro) Visita oficial do ministro de Estado Mauro Vieira ao Equador (março). Participação do presidente Lasso na Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília (maio). Ministro das Relações Exteriores e Mobilidade Humana, Gustavo Manrique, representa o Equador na Cúpula da Amazônia, em Belém do Pará (agosto). Vice-presidente da República Geraldo Alckmin representa o Brasil na cerimônia de posse do presidente Daniel Noboa (novembro).

2024	<p>Governo brasileiro condena ações de violência conduzidas por grupos criminosos organizados em diversas cidades no Equador e manifesta solidariedade ao governo e ao povo equatorianos diante dos ataques (janeiro).</p> <p>Presidente Lula conversa com o presidente Daniel Noboa por telefone e, no contexto da crise de violência no Equador e em atendimento a solicitações daquele país, expressa a disposição do governo brasileiro em cooperar com o Equador na área de segurança pública (janeiro).</p> <p>Governo brasileiro condena, nos mais firmes termos, a invasão da embaixada mexicana em Quito por forças policiais equatorianas (abril).</p>
-------------	--

ACORDOS BILATERAIS BRASIL-EQUADOR

Fonte: Sistema Concórdia (<https://aplicacao.itamaraty.gov.br/concordia>), acessado em 12/6/2024, 12:45.

Título do Acordo	Data Celebração	Status	Dt. Envio Congresso	Data Dec. Legislativo	Data Ratificação Brasil	Data Promulg
Ajuste Complementar ao "Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador" para o Projeto "Produção Integrada de Frutas Tropicais, Andinas e Amazônicas"	14/12/2023	Tramitação MRE				
Ajuste Complementar ao "Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador" para o Projeto "Manejo e Controle de <i>Ralstonia solanaceum</i> Raça 2 (moko da bananeira e plátano)	14/12/2023	Em Vigor				08/05/2024
Ajuste Complementar ao "Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador" para o Projeto "Emergências Aquáticas e Escalada"	14/12/2023	Tramitação MRE				
Ajuste Complementar ao "Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador" para o Projeto "Proteção a Pessoas"	14/12/2023	Em Vigor				14/05/2024
Ajuste Complementar ao "Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador" para o Projeto "Inspeção de Boas Práticas em Laboratórios Farmacêuticos e Dispositivos Médicos"	14/12/2023	Tramitação MRE				
Memorando de Entendimento sobre Diálogo Consular e Temas de Mobilidade Humana entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	24/10/2022	Em Vigor				01/12/2022
Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	25/09/2019	Tramitação Congresso Nacional	26/08/2021			

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto ``Seguridade Não Contributiva e Semi-Contributiva para Populações em Situação de Pobreza e Vulnerabilidade no Equador ``	31/07/2013	Em Vigor				09/12/2014
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República do Equador e o Governo da República Federativa do Brasil	02/05/2013	Em promulgação/Casa Civil	21/10/2016	28/05/2021	11/06/2021	
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Bens Culturais Roubados ou Ilícitamente Exportados	01/10/2012	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)	08/06/2018	31/03/2023	12/04/2023	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Consolidação dos Modelos de Atenção à Saúde Aplicados aos Povos Indígenas”	06/09/2012	Em Vigor				12/11/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Apoio ao Fortalecimento da Promoção da Saúde no Equador”	06/09/2012	Em Vigor				08/10/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Apoio à Restauração Florestal e Monitoramento Hidrológico de Micro bacias Hidrográficas sob Influência Direta de Grandes Reservatórios no Equador	06/09/2012	Em Vigor				08/10/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Fortalecimento do Diálogo Social na Implementação de Políticas Públicas de Erradicação de Trabalho Infantil”	06/09/2012	Em Vigor				08/10/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto “Fortalecimento da Gestão de Empresas Públicas do Poder Executivo”	06/09/2012	Em Vigor				08/10/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto “Fortalecimento Tecnológico da Rede de Bancos de Leite Humano do Equador”.	06/09/2012	Em Vigor				08/10/2012
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto “Apoio a Implementação da Televisão Digital Terrestre no Equador”	15/07/2011	Em Vigor				16/02/2016

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para o Estabelecimento do Mecanismo de Consultas Bilaterais Equador-Brasil	15/07/2011	Em Vigor				16/02/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Apoio Técnico para a Expansão e Consolidação da Rede de Bancos de Leite Humano no Equador"	18/02/2011	Em Vigor			14/04/2011	16/03/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Apoio Técnico para o Fortalecimento das Funções Regulatórias de Pré e Pós Comercialização de Medicamentos no Equador"	18/02/2011	Em Vigor			14/04/2011	12/12/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Políticas Públicas de Assistência Social com Ênfase em Atenção às Famílias e Comunidades"	18/02/2011	Em Vigor			14/04/2011	16/03/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Sistema de Proteção às Crianças e Adolescentes para Contribuir a Erradicação do Trabalho Infantil"	18/02/2011	Em Vigor			14/04/2011	16/03/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Capacitação em Metodologias e Instrumentos para Avaliação de Programas Sociais Integrantes do Plano Nacional de Desenvolvimento Equatoriano"	18/02/2011	Em Vigor			14/04/2011	16/03/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Apoio a Criação de um Sistema de Informação Nacional de Recursos Hídricos e Florestais"	18/02/2011	Em Vigor			14/04/2011	12/12/2011
Memorando de Entendimento para a Promoção e Implementação do Projeto "Exportação por Envios Postais para Médias, Pequenas e Micro Empresas" entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	12/05/2010	Situação especial				
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador "Políticas Públicas de Desenvolvimento Social, de Combate à Fome e de Segurança Alimentar e Nutricional no Equador"	04/04/2007	Em Vigor				18/04/2007

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Fortalecimento do Processo de Planejamento, Formulação, Aprovação e Avaliação das Prioridades do Governo Equatoriano"	04/04/2007	Em Vigor				13/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Fortalecimento dos Sistemas de Inspeção do Trabalho do Equador com Ênfase na Prevenção, no Combate e na Erradicação do Trabalho Infantil"	04/04/2007	Em Vigor				18/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Equador para Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional da Assessoria Internacional do Ministério da Saúde do Equador"	04/04/2007	Em Vigor				11/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Equador para Implementação do Projeto "Fortalecimento dos Modelos Nacionais de Promoção e Proteção da Saúde dos Povos Indígenas do Brasil e do Equador"	04/04/2007	Em Vigor				18/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Processos Agroprodutivos para Biocombustíveis"	04/04/2007	Em Vigor				18/04/2007
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Equador para Implementação do Projeto "Capacitação Técnica e, Produção Integrada, com Ênfase no Manejo de Pragas e Doenças de Frutas Tropicais e de Espécies Amazônicas e Andinas"	04/04/2007	Em Vigor				18/04/2007
Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e a Academia Diplomática do Ministério das Relações Exteriores, Comércio e Integração do Equador	04/04/2007	Em Vigor				
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação Técnica nas Áreas de Energia e de Minas	04/04/2007	Em Vigor				18/04/2007
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação Técnica na Área de Tecnologia da Informação e Comunicação	04/04/2007	Em Vigor				18/04/2007
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação em Matéria de Televisão Digital Terrestre	04/04/2007	Em Vigor				18/04/2007

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Setor de Energia	04/04/2007	Em Vigor				18/04/2007
Acordo de Cooperação Técnica na Área do Turismo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	04/04/2007	Em Vigor	14/08/2007	23/11/2009	02/12/2009	21/05/2010
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Domínio da Defesa	04/04/2007	Em Vigor	30/01/2008	28/08/2009	02/09/2009	12/01/2012
Memorando de Entendimento para a Promoção do Comércio e Investimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	10/09/2006	Em Vigor				05/10/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto "Fortalecimento do Sistema de Vigilância Epidemiológica no Equador"	29/11/2005	Em Vigor				13/12/2005
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Capacitação Técnica em Manejo Agrônomo e Processamento para a Cultura do Cacau no Equador"	29/11/2005	Em Vigor				13/12/2005
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Capacitação Técnica em Manejo da Produção e Processamento Agroindustrial de Frutas Tropicais no Litoral Equatoriano"	29/11/2005	Em Vigor				13/12/2005
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto "Apoio à Implementação do Banco de Leite Humano Isidoro Ayora"	29/11/2005	Em Vigor				13/12/2005
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto "Consolidação e Reprodução de Ações de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia Equatoriana na Luta contra a Pobreza Rural"	29/11/2005	Em Vigor				13/12/2005
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Setor de Telecomunicações	25/08/2004	Em Vigor				08/09/2004
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Setor de Energia	25/08/2004	Substituído				08/09/2004
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação para a Implementação de Banco de Leite Humano	25/08/2004	Em Vigor				08/09/2004

Ajuste Complementar ao Acordo básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Implementação do Projeto Intercâmbio para Fortalecimento dos Sistemas Nacionais de Saúde do Brasil e do Equador	25/08/2004	Expirado				08/09/2004
Declaração Conjunta por ocasião da Visita Oficial à República do Equador do Excelentíssimo Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva	25/08/2004	Em Vigor				
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Equador na Área de Saúde	06/05/2004	Expirado				11/05/2004
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Distribuição de Benefícios Sociais, com uso de Cartão Magnético.	27/05/2003	Expirado				03/06/2003
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área da Educação.	27/05/2003	Expirado				03/06/2003
Memorandum de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Políticas Sociais no Âmbito do Programa de Cooperação Técnica.	27/05/2003	Em Vigor				03/06/2003
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Capacidade de Resposta do Programa de Prevenção e Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis, Vírus de Deficiência Imunológica Humana e a Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (DST/HIV/AIDS) do Equador".	27/05/2003	Em Vigor				03/06/2003
Memorando de Entendimento entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador no Âmbito do Programa de Cooperação Técnica.	01/10/2001	Superado				
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Defesa Civil.	01/10/2001	Expirado	03/11/2003	22/02/2006	23/02/2006	06/07/2006
Ajuste no Campo da Ciência e Tecnologia Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	01/10/2001	Em Vigor				01/07/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do projeto "Cooperação Amazônica para Construção das Capacidades Locais"	01/10/2001	Superado				
Declaração Presidencial de Quito.	01/10/2001	Em Vigor				
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Saúde.	08/10/1999	Em Vigor				29/11/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Campo de Tecnologias Limpas.	08/10/1999	Em Vigor				29/11/1999

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador na Área de Desenvolvimento Tecnológico.	08/10/1999	Expirado				29/11/1999
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para Implementação do Projeto "Conservação e Desenvolvimento Sustentável no Parque Nacional Sangay".	08/10/1999	Expirado				29/11/1999
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Provisão de Apoio às Operações da Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPII).	18/06/1998	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)	28/10/1998	16/03/2000		
Protocolo sobre Consultas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador.	10/08/1996	Em Vigor				23/09/1996
Ajuste Complementar ao Tratado de Amizade e Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Mecanismos e Requisitos Sanitários para o Comércio de Pescado e Produtos de Pescado.	21/05/1996	Em Vigor				05/07/1996
Acordo entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Equador sobre Cooperação entre as Academias Diplomáticas de Ambos os Países.	14/05/1996	Em Vigor			16/10/1996	23/09/1996
Protocolo de Entendimentos entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República do Equador sobre a Realização de Projeto da Via Interoceânica.	05/09/1995	Em Vigor				18/10/1995
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para a Realização do Projeto "Via Interoceânica".	30/08/1994	Em Vigor				09/09/1994
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República do Equador	22/06/1993	Em Vigor	20/07/1993	12/04/1995	17/05/1995	13/09/1995
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Equador de Abril de 1993	30/04/1993	Em Vigor				
Acordo de Cooperação para a Redução da Demanda, Prevenção do Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícitos de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas entre Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	07/11/1990	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)		06/05/1992	20/05/1992	
Convênio Complementar de Cooperação Técnico-Científica na Área Nuclear entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	07/11/1990	Em Vigor				13/11/1990
Ajuste Complementar sobre a Constituição de um Programa de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	07/11/1990	Em Vigor				13/11/1990
Declaração Conjunta entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	07/11/1990	Em Vigor				

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador	26/10/1989	Em Vigor		04/12/1990	19/12/1990	13/09/1995
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador ao Acordo Básico de Cooperação Técnica sobre Modernização dos Órgãos Encarregados da Política Exterior.	26/10/1989	Em Vigor				22/11/1989
Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador no Campo da Indústria Naval e da Construção Civil Correlata.	26/10/1989	Em Vigor				22/11/1989
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador.	26/10/1989	Em Vigor				22/11/1989
Declaração Conjunta Brasileiro-Equatoriana entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador.	26/10/1989	Em Vigor				
Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo de Intercâmbio Cultural e Científico de 12 de Julho de 1973, sobre as Atividades de Cooperação no Campo da Cinematografia, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador.	25/11/1988	Em Vigor				29/12/1988
Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	05/08/1986	Em Vigor				
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador no Campo da Desburocratização.	04/08/1986	Em Vigor				18/08/1986
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, sobre Cooperação no Campo dos Correios.	04/08/1986	Em Vigor				18/08/1986
Convenção para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	26/05/1983	Em Vigor	11/07/1983	21/03/1986		12/02/1988
Acordo, por Troca de Notas, que põe em vigor o Ajuste Específico SENAI/SECAP entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	23/12/1982	Em Vigor				
Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	09/02/1982	Em Vigor				
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador para o Intercâmbio de Experiências no Campo da Formação Profissional.	09/02/1982	Em Vigor				
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador, entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT)	09/02/1982	Superado				

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Cooperação no Campo das Telecomunicações.	09/02/1982	Em Vigor				
Convênio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador sobre Transportes Marítimos.	09/02/1982	Denunciado		31/08/1983		09/03/1984
Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador.	09/02/1982	Em Vigor	14/10/1982	11/06/1984	20/06/1984	13/07/1984
Acordo Básico de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Equador.	09/02/1982	Em Vigor		24/10/1984	04/01/1985	24/01/1985
Tratado de Amizade e Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	09/02/1982	Em Vigor		09/12/1983		21/03/1984
Acordo Operativo sobre Cooperação em Projetos de Desenvolvimento entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	08/04/1981	Em Vigor				
Troca de Notas Constituinte um Entendimento sobre Supressão de Visto em Passaportes Comuns Brasileiros entre a República Federativa do Brasil e República do Equador.	12/07/1973	Em Vigor				
Acordo de Intercâmbio Cultural e Científico entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	12/07/1973	Substituído	09/10/1973	10/12/1973		11/07/1974
Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	12/07/1973	Em Vigor				
Convênio de Empréstimo de um Laboratório e Equipamento de Mecânica de Solos entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério de Relações Exteriores do Equador.	28/10/1971	Em Vigor				
Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	18/06/1971	Em Vigor				16/07/1971
Acordo Modificativo dos Artigos 8º e 10º do Regulamento Interno da Subcomissão Técnica de Transportes entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	12/02/1971	Em Vigor				10/05/1971
Acordo para o Estabelecimento de um Serviço de Malas Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	08/02/1971	Em Vigor				05/03/1971
Acordo para a Construção do Trecho Putumayo - Lago Ágrio da Via Interoceânica entre República Federativa do Brasil e a República do Equador.	19/01/1971	Em Vigor				16/02/1971
Aprovação do Regulamento Interno da Subcomissão de Transportes da Comissão Mista entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	31/08/1970	Em Vigor				09/02/1971
Acordo sobre Cooperação no Campo dos Usos Pacíficos da Energia Atômica entre a República Federativa do Brasil e a República do Equador.	11/06/1970	Em Vigor		23/10/1970		15/04/1971
Comunicado Conjunto Relativo às Conversações havidas entre os Chanceleres do Brasil e do Equador nos dias 27 a 29 de novembro de 1966, na cidade de Quito.	29/11/1966	Em Vigor				

Ajuste de Implementação do Convênio sobre Bases para Cooperação Econômica e Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	19/05/1965	Em Vigor				07/07/1965
Acordo para a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e Oficiais entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	19/05/1965	Em Vigor				09/07/1969
Acordo que Aprova o Regulamento Interno da Sub-Comissão Técnica de Transportes da Comissão Mista entre os Estados Unidos do Brasil e República do Equador.	14/08/1963	Em Vigor				
Acordo sobre Tráfego Mútuo Telegráfico entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	21/04/1960	Em Vigor				
Declaração Conjunta entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	08/12/1959	Em Vigor				
Declaração de Quito entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	07/03/1958	Em Vigor				21/03/1958
Declaração sobre Intercâmbio Cultural e Técnico entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	05/03/1958	Em Vigor				21/03/1958
Convênio sobre Bases para a Cooperação Econômica e Técnica entre os Estados Unidos do Brasil e a República da Equador.	05/03/1958	Em Vigor				21/03/1958
Acordo para a Criação de uma Comissão Mista para Intensificar o Intercâmbio Comercial entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	04/05/1953	Em Vigor				
Acordo Modificativo, por Troca de Notas, da Cláusula 5 do Acordo Administrativo para a Troca de Malas Diplomáticas Aéreas de 1947 entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	21/03/1951	Em Vigor				07/05/1951
Acordo Administrativo para a Troca de Malas Diplomáticas Aéreas entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	31/05/1947	Em Vigor				15/10/1947
Convênio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Equador.	24/05/1944	Substituído				24/11/1949
Tratado de Extradicação entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Equador.	04/03/1937	Em Vigor				11/08/1938
Acordo Comercial Provisório entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Equador.	24/07/1936	Denunciado				25/07/1936
Acordo Administrativo para Troca de Correspondência Diplomática em Malas Especiais entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Equador.	18/02/1921	Expirado				
Convenção de Arbitramento entre o Governo da República dos Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	13/05/1909	Em Vigor				12/02/1912
Tratado sobre Comércio e Navegação Fluvial entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e o Governo da República do Equador.	10/05/1907	Superado			09/05/1910	
Tratado de Limites entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e a República do Equador.	06/05/1904	Expirado				
Tratado de Extradicação entre o Império do Brasil e a República do Equador.	03/11/1853	Substituído				

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM QUITO

Candidato: FLÁVIO SOARES DAMICO

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Flávio Soares Damico**

Nascido em 5 de março de 1960, em Porto Alegre-RS. Graduiu-se bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1982. Tornou-se especialista em Economia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1984.

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1986. Tornou-se terceiro-secretário em 1987. Foi promovido a segundo-secretário em 1993. Em 1996, completou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas do Instituto Rio Branco. Foi promovido a primeiro-secretário em 1999. Em 2004, foi promovido a Conselheiro. Foi aprovado no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco em 2007, com o trabalho "O G-20 de Cancún a Hong Kong: interações entre as diplomacias pública e comercial", pelo qual recebeu menção "Com louvor". No mesmo ano, foi promovido a ministro de segunda classe. Em 2014, foi promovido a ministro de primeira classe.

Na Secretaria de Estado das Relações Exteriores, foi assistente na Divisão de Ciência e Tecnologia (1988 a 1990), assessor na Secretaria-Geral de Controle (1990-1991), assessor na Secretaria-Geral Executiva (1991), assistente na Divisão das Nações Unidas (1998-2000) e assessor no Departamento de Organismos Internacionais (2000-2001). Chefiou a Divisão de Agricultura e Produtos de Base (2004-2008) e foi diretor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais (2011-2016).

No exterior, serviu na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1992-1995), na Embaixada do Brasil em Montevidéu (1995-1998) e na Delegação Permanente do Brasil em Genebra (2001-2004). De 2008 a 2011, foi ministro-conselheiro na Delegação do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio. Foi embaixador do Brasil em Singapura (2016-2019) e no Paraguai (2019-2022). É Representante Especial do Brasil junto à Conferência do Desarmamento em Genebra desde 2022.

Publicou as seguintes obras publicadas: "A Lei de Say", Ensaios FEE, volume 6, número 1, pp 105-120, 1985; "O G-20 nas negociações agrícolas na OMC", Revista PONTES, volume 3, número 3, junho de 2007; "Agricultural Expansion and Policies in Brazil", co-autor, in Kaush, A; Josling, T.; Thompson, B.H. (org.), U.S. Agricultural Policy and the 2007 Farm Bill. Woods Institute for the Environment, Stanford, California/EUA; "BRICS: o novo "lugar" do conceito", in "O Brasil, os BRICS e a agenda internacional", FUNAG, 2012; e "Antecedentes: do acrônimo de mercado à concertação político-diplomática" in "BRICS: estudos e documentos", FUNAG, 2015.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Pompeu Andreucci Neto, antecessor no Posto)

I – Relações diplomáticas

- Daniel Noboa foi eleito presidente do Equador em 15/10/2023, para mandato de apenas um ano e sete meses, o tempo não cumprido de mandato de seu sucessor, Guillermo Lasso. Este último, ameaçado de afastamento do cargo por denúncias de corrupção em empresas públicas ativou, em maio de 2023, a cláusula constitucional chamada de “morte cruzada”, a qual prevê a dissolução do parlamento e convocação de eleições antecipadas para o Executivo e o Legislativo.
- O presidente Noboa manifestou em seguidas oportunidades seu grande apreço pelo senhor presidente da República. Por ocasião de encontro seu com o VPR Geraldo Alckmin, Noboa solicitou o apoio do Brasil para fazer avançar as negociações que visam a ampliar e a aprofundar o Acordo de Complementação Econômico Nº 59. Afirmou também que o Equador apreciaria investimentos diretos adicionais do Brasil, sobretudo nas áreas de exploração, refino e distribuição de combustíveis e também no setor aéreo. O restabelecimento de voos diretos entre Brasil e Equador, disse, apoiaria, ademais, o crescimento do turismo entre os dois países com benefícios acrescidos, mútuos e recíprocos.
- A importância mutuamente atribuída à relação pode ser constatada pela frequência das visitas de alto nível de parte a parte. As mais recentes incluíram visita do senhor ministro de Estado das Relações Exteriores a Quito no dia 3 de maio de 2023 e também de seu antecessor, em outubro de 2022. Em ambas as ocasiões, os chanceleres brasileiros foram recebidos por seus homólogos e também pelo então presidente do Equador. O senhor vice-presidente, Geraldo Alckmin, representou o Brasil na cerimônia de posse do presidente Daniel Noboa e com este manteve reunião em 23 de novembro último. O ex-presidente equatoriano Guilherme Lasso, por sua vez, compareceu à cerimônia de posse do presidente Lula, com quem manteve reunião em 2 de janeiro de 2023. Lasso participou também da Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, em 30 de maio do ano passado. O então ministro das Relações Exteriores e Mobilidade Humana, Gustavo Manrique, representou o Equador na Cúpula da Amazônia, em Belém do Pará, em agosto do ano passado.
- Países em desenvolvimento que compartilham o espaço sul-americano e a Bacia Amazônica, Brasil e Equador têm posições coincidentes na defesa do multilateralismo, de soluções pacíficas de controvérsias e na promoção do desenvolvimento sustentável e da preservação do meio ambiente, entre outros temas, nos quais suas delegações nas Nações Unidas e em outros organismos internacionais têm buscado coordenar-se e prestar apoio recíproco. As atuações do Brasil e do Equador durante seus respectivos mandatos no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Brasil, 2022-2023; e Equador, 2023-2024) em muito se beneficiaram do diálogo bilateral.
- Reflexo do alto nível das relações bilaterais, candidaturas brasileiras têm contado, invariavelmente, com o apoio do Equador, mesmo na ausência de proposta de troca de votos. Exemplos recentes foram o apoio unilateral do Equador à candidatura do prof. Leonardo Nemer Caldeira Brant para a Corte Internacional de Justiça; a troca de apoios para assento rotativo no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Brasil, 2022-2023; Equador, 2023-2024); o apoio unilateral do Equador à candidatura do Brasil ao Conselho da Organização Marítima Internacional (IMO), categoria "B", mandato 2022-2023; o apoio unilateral à candidatura do Presidente do

Tribunal de Contas da União, ministro Bruno Dantas, à Junta de Auditores das Nações Unidas (BoA), mandato 2024-2030; o apoio unilateral à candidatura da ministra de Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, ao cargo de presidente do Conselho Diretivo do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD), período 2023-2025; e a troca de apoios envolvendo as candidaturas do Brasil e do Equador ao Conselho de Direitos Humanos, período 2027-2029, e também a candidatura da senadora Mara Gabrilli ao Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, mandato 2025-2028.

- Estimam-se em 3.000 a 3.500 os nacionais brasileiros residentes no Equador e entre 6.500 e 7.000 os equatorianos residentes no território brasileiro. A comunidade brasileira é bem integrada à sociedade equatoriana e compreende elevado número de binacionais.

II - Relação econômico-comercial

- O intercâmbio comercial entre Equador e Brasil alcançou USD 1,263 bilhão em 2023, com exportações brasileiras de USD 1,147 bilhão e importações de USD 116 milhões. A balança comercial caracteriza-se por expressivo superávit estrutural brasileiro. Em 2023, o Brasil foi o sexto maior fornecedor para o Equador.
- Quanto aos principais produtos da pauta comercial, destacam-se as exportações brasileiras de veículos de transporte de passageiros e de mercadorias, calçados, polímeros de etileno e medicamentos. Observou-se, no ano passado, aumento expressivo das vendas brasileiras de trigo, açúcar de cana e milho. Já as importações de produtos equatorianos concentraram-se em chumbo em formas brutas, preparações e conservas de peixes, partes de aviões ou de helicópteros, produtos de confeitaria, resíduos e sucata de cobre, crustáceos e pasta de cacau.
- Os investimentos brasileiros no Equador alcançaram, em 2023, o maior montante nos últimos cinco anos, com USD 4,82 milhões. Empresas brasileiras com operações no Equador ou participação majoritária em empresas equatorianas incluem Vicunha Têxtil S.A., CCR S.A. (acionista principal da empresa Quiport, concessionária do Aeroporto de Quito), WEG Equipamentos Elétricos S.A., AB InBev (proprietária da Cerveceria Nacional CN S.A.), Tramontina S.A., Eurofarma Laboratórios S.A., Synergy Group Corp., Brazillink Mobility, Grupo Cutrale e Safra Group (proprietários da empresa Chiquita Brands International, que opera no Equador por meio da Chiquita Banana Ecuador CBBands S.A.), Grupo Hinode, Camil Alimentos e Helisul Aviação.

III – Cooperação técnica e humanitária

- Programas de cooperação técnica mantidos pela Agência Brasileira de Cooperação com o Equador, em execução ou recentemente concluídos, incluem as áreas de produção de frutas, controle de pragas na agricultura, monitoramento da biodiversidade, defesa civil, vigilância sanitária, banco de leite materno, manejo de recursos hídricos (em conjunto com o Japão) e redução de incêndios florestais (em conjunto com a Itália).
- Solicitações equatorianas de assistência humanitária têm sido prontamente atendidas pelo governo brasileiro, o que sempre enseja reconhecimento das mais altas autoridades daquele país. Doações brasileiras alcançaram aproximadamente USD 9 milhões desde 2006. Mais recentemente, destacaram-se o apoio, por 15 dias, de aeronave da Força Aérea Brasileira para missão de apoio ao transporte de produtos de primeira necessidade (remédios e alimentos), durante as mobilizações populares que paralisaram o Equador em junho de 2022, e doações, em

caráter humanitário, de vacinas diversas, medicamentos antirretrovirais, testes para diagnóstico de COVID-19, insulina e equipamentos médicos e hospitalares.

IV – Cooperação em defesa e segurança pública

- Na área de Defesa, é tradicional a cooperação entre as Forças Armadas de ambos os países, sobretudo na formação de militares equatorianos. Academias militares do Equador contam, anualmente, com instrutores do Exército, da Força Aérea e da Marinha do Brasil. Em 2023, 172 militares equatorianos participaram de cursos e outras atividades no Brasil.
- Vertente que se fortaleceu no corrente ano é a cooperação entre autoridades policiais. Após a decretação do estado de exceção, em 8 de janeiro passado, devido ao agravamento da crise de segurança, o governo equatoriano solicitou a cooperação brasileira na área de segurança pública. Em 23 de janeiro, o presidente Lula conversou por telefone com o presidente Noboa, ocasião em que o Senhor PR assegurou ampla cooperação brasileira em segurança pública com o Equador.
- Desde então, a cooperação com o Equador tem seguido dois trilhos: um de nível político, coordenado pelo MRE, e outro de nível técnico, levado a cabo pelos órgãos federais competentes pelo tema, em contato direto com suas contrapartes equatorianas.
- No trilho político, foi realizada, em 30 de janeiro, reunião por videoconferência coordenada pelas chancelarias de ambos os países, da qual participaram também o MJSP e a Polícia Federal.
- No trilho técnico, a Polícia Federal formalizou oferta de ajuda ao governo do Equador em 13 de janeiro. De 25 de fevereiro a 15 de março, a Polícia Federal realizou missão ao Equador, com o objetivo de identificar as necessidades de cooperação das forças de segurança locais. Com base nos resultados da missão, estão sendo organizadas atividades de cooperação com as forças de segurança pública equatorianas.

V – Cooperação educacional

- Milhares de profissionais equatorianos, sobretudo nas áreas de medicina e odontologia, se formaram no Brasil, e contribuem para a difusão da língua e da cultura brasileiras no Equador, as quais encontram excelente acolhida no país. Os estudantes universitários equatorianos beneficiam-se anualmente das ofertas dos Programas de Estudantes - Convênio de Graduação e Convênio de Pós-Graduação (PEC-G e PEC-PG), bem como do Programa de Mobilidade do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras ("GCUB-mob").

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está sendo elaborado.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na promoção das relações do Brasil com o Equador, buscando defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros no relacionamento com esse país, mediante gestões e ações no âmbito da competência do Posto.

MISSÃO DO POSTO

Defender, promover e representar os interesses do Brasil em suas relações com o Equador, junto ao governo, aos setores privados e à sociedade civil locais; promover, no Equador, a política brasileira de integração regional; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro no Equador; promover os interesses econômicos e comerciais do Brasil no Equador; e fomentar parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais do Equador.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover e conduzir, em consonância com a Política Externa Brasileira, iniciativas que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais com o Equador nos diversos setores do relacionamento;
2. Fomentar a parceria política em temas de interesse comum com o Equador;
3. Promover, junto ao governo equatoriano, a política brasileira de integração regional, inclusive relativa ao Consenso de Brasília, à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e à Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC);
4. Buscar convergência de posições e esclarecer, de modo proativo, as posições do Brasil no ambiente multilateral;
5. Oferecer serviços consulares de qualidade e com agilidade ao público brasileiro, bem como a estrangeiros interessados nos serviços oferecidos pelo setor consular;
6. Promover iniciativas de cooperação em ciência, tecnologia e inovação com o Equador;
7. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidades de novas frentes de cooperação;
8. Organizar atividades de promoção do ambiente de negócios no Brasil e de atração de investimentos para nosso país;
9. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
10. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores especializados de ambos os governos;
11. Buscar o apoio equatoriano a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;
12. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira no Equador, como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;
13. Informar sobre a política interna e externa equatoriana, com vistas a subsidiar a formulação da política externa brasileira em relação ao Equador e à região.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos**METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Promover o aumento das exportações do Brasil para o Equador;
- Promover a abertura de mercados atualmente fechados e a manutenção de acesso de mercados atualmente abertos no Equador;
- Promover investimentos equatorianos no Brasil e identificar oportunidades de investimentos brasileiros no Equador;
- Responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores de produtos brasileiros no Equador;
- Facilitar a aproximação entre exportadores brasileiros e potenciais compradores e distribuidores no Equador;
- Produzir e atualizar informações sobre os requisitos para a exportação de produtos para o Equador;
- Realizar eventos de promoção de produtos e marcas brasileiras;
- Responder consultas de empresas equatorianas sobre negócios no Brasil e facilitar sua interlocução com os órgãos brasileiros competentes, conforme o caso;
- Monitorar e relatar sobre alterações de legislação ou de práticas alfandegárias ou tarifárias que representem oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos e empresas brasileiras no mercado equatoriano;
- Monitorar e relatar movimentos de empresas e setores produtivos específicos na jurisdição do Posto que possam constituir oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos e empresas brasileiras no mercado internacional.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos;
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial do Posto;
- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Equador e do Brasil com foco em aumentar o fluxo bilateral de comércio e de investimentos;
- Número e escopo de ações de promoção de produtos e empresas brasileiras;
- Número de participações em eventos com o objetivo de promover o Brasil como destino de investimentos;
- Número de telegramas e outros materiais sobre o ambiente de negócios local, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos e empresas brasileiras e sobre requisitos para a exportação de produtos para o Equador.

II - Relações políticas bilaterais com o Equador

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com a chancelaria e outros órgãos governamentais equatorianos;
- Apoiar a negociação de instrumentos e o estabelecimento de parcerias bilaterais com foco em desenvolvimento sustentável, transição energética, ciência, tecnologia e inovação, descarbonização da economia, economia circular e bioeconomia;
- Explorar possibilidades de convergência de posições e atuação conjunta no ensejo da realização da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP30) no Brasil em 2025;
- Apoiar visitas de autoridades brasileiras ao Equador e estimular visitar de autoridades equatorianas ao Brasil;
- Trocar informações sobre temas da agenda internacional, no âmbito regional e global, com a chancelaria equatoriana;
- Buscar a concertação de posições sobre temas regionais e globais com o governo equatoriano e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio do Equador a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico do Equador;
- Elaborar informações sobre o Equador para atender a demandas oriundas do Ministério das Relações Exteriores ou de outros órgãos públicos brasileiros;
- Representar o Estado brasileiro em cerimônias e outros eventos do governo equatoriano.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do Quadro da Embaixada com autoridades locais;
- Número e pauta das notas verbais enviadas e recebidas da chancelaria equatoriana;
- Contabilização das gestões em prol de candidaturas brasileiras;
- Contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive encontros presenciais e reuniões virtuais;
- Contabilização das gestões presenciais sobre concertação de posições no âmbito regional e multilateral;
- Número de participação em eventos em representação do Estado brasileiro;
- Número de visitas de autoridades brasileiras ao Equador e de autoridades equatorianas ao Brasil;
- Número de contatos entre autoridades brasileiras e equatorianas facilitadas pelo Posto;
- Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa e de economia do Equador.

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa e cooperação em cultura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar a difusão da cultura brasileira e diversificar as referências culturais brasileiras no Equador;
- Promover intercâmbio cultural entre Brasil e Equador
- Promover a indústria cultural e criativa do Brasil, bem como destinos turísticos brasileiros;
- Identificar oportunidades de engajamento e divulgação de artistas brasileiros para atuação no mercado e na agenda cultural equatoriana;
- Identificar continuamente os artistas brasileiros na jurisdição do Posto com os quais se possam realizar parcerias;
- Manter relacionamento com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos culturais do Equador para identificar oportunidades de inserção de artistas brasileiros em sua programação;
- Buscar continuamente o estabelecimento de parceria com empresas privadas equatorianas que possam copatrocinar eventos culturais brasileiros;

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do Posto;
- Número de artigos publicados sobre eventos culturais apoiados ou organizados pelo Posto ou outra atuação sua na promoção da cultura brasileira;
- Número de acessos nas mídias sociais do Posto;
- Número de reuniões, videoconferências e conferências telefônicas realizadas com artistas e produtores brasileiros, organizadores de eventos culturais e representantes de estabelecimentos culturais na jurisdição do posto.

IV - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar, estimular e promover a cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação;
- Colaborar com os entes executores dos projetos de cooperação em andamento com o Equador, no sentido de garantir a inclusão de temas e atividades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação do interesse do lado brasileiro;
- Identificar novas áreas de possível cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação e potenciais parceiros no Brasil e no Equador;
- Acompanhar as iniciativas de Diplomacia da Inovação no Brasil e identificar as entidades brasileiras disponíveis para executar atividades de Diplomacia da Inovação no Equador;
- Realizar e apoiar iniciativas de promoção tecnológica voltadas a promover a imagem do Brasil como nação inovadora, fomentar conexões entre parceiros brasileiros e equatorianos e engajar agentes dos ecossistemas brasileiros e equatorianos de inovação em processos de internacionalização no Equador e no Brasil;
- Estimular contatos e parcerias entre universidades, agências governamentais e institutos de pesquisa do Brasil e do Equador;

- Promover e apoiar a cooperação educacional e a mobilidade acadêmica entre instituições de ensino e universidades do Brasil e de Singapura;
- Fomentar e apoiar encontros e visitas de representantes de instituições científicas e tecnológicas dos dois países, bem como de autoridades do setor;
- Mapear a diáspora científica brasileira no Equador, tanto em universidades e institutos de pesquisa, quanto em empresas;
- Aprofundar o relacionamento com associações que congregam ecossistemas de inovação no Equador.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros e consultas com interlocutores da área de ciência, tecnologia e inovação;
- Número de atividades realizadas atinentes à negociação e conclusão de parcerias bilaterais com foco em cooperação em ciência, tecnologia e inovação;
- Realização de palestras e atividades de sensibilização de interlocutores do setor de ciência, tecnologia e inovação sobre oportunidades de cooperação bilateral com o Brasil e o Equador;
- Número de visitas de representantes de instituições e autoridades no setor de ciência, tecnologia e inovação do Brasil e do Equador ao outro país, apoiadas pela Embaixada.

V – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Aprimorar a assistência consular e a provisão de documentos aos cidadãos brasileiros;
- Aprofundar a comunicação e difusão de temas de interesse da comunidade brasileira por meio do sítio eletrônico e das redes sociais do posto;
- Apoiar iniciativas de empreendedorismo da diáspora brasileira no Equador;
- Estimular e apoiar iniciativas de cunho cultural realizadas pela diáspora brasileira;
- Manter o bom relacionamento com órgãos locais essenciais para o trabalho consular, como autoridades policiais, migratórias, penitenciárias e judiciais.
- Monitorar o contexto de segurança pública no Equador e orientar, conforme necessário, a comunidade brasileira;
- Manter o sítio eletrônico da embaixada atualizado e com informações completas e claras, que facilitem a consulta do público sobre temas consulares e os serviços oferecidos pelo Setor Consular do Posto;
- Contribuir para a atualização regular do Portal Consular do Ministério das Relações Exteriores naquilo que se refere ao Equador;
- Prestar atendimento emergencial célere e efetivo a cidadãos brasileiros em situações do envolvam risco à vida, à segurança ou à dignidade humana no Equador;
- Promover os direitos básicos dos cidadãos brasileiros no Equador, bem como seu acesso a serviços públicos básicos;
- Facilitar o acesso de cidadãos brasileiros presos no Equador a representação jurídica adequada;
- Realizar visitas regulares aos nacionais presos no Equador.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de informações elaboradas pelo Posto sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira no Equador;
- Número de reuniões do Posto com as associações brasileiras no Equador;
- Número de eventos de confraternização com a comunidade brasileira realizados com apoio do Posto;
- Número de consulados itinerantes realizados e de documentos neles emitidos;
- Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias;
- Número de contatos realizados com advogados de brasileiros no Equador;
- Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais essenciais para os serviços consulares do Posto, como policiais, migratórias, penitenciárias e judiciais;
- Número de atendimentos consulares realizados, incluindo emergenciais;
- Número de documentos expedidos pelo Posto.

RELATÓRIO Nº DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 24, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.*

Relator: Senador **CHICO RODRIGUES**

O Presidente da República indicou o nome do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Equador.

Segundo o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o seguinte resumo.

Nascido no Rio Grande do Sul em 1960, o diplomata indicado graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especializou-se em Economia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da mesma instituição. Ingressou na carreira diplomática como Terceiro-Secretário em 1987, após o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Ainda no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de

Aperfeiçoamento de Diplomatas (1996) e o Curso de Altos Estudos, no qual defendeu a tese “O G20 de Cancún a Hong Kong: interações entre as diplomacias pública e comercial.”

Na carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1993. Por merecimento, tornou-se Primeiro-Secretário em 1999, Conselheiro em 2004, Ministro de Segunda Classe em 2007 e Ministro de Primeira Classe em 2014.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata ao longo da carreira destacam-se as de: Assistente da Divisão das Nações Unidas (1998-00); Assessor do Departamento de Organismos Internacionais (2000-01); Primeiro-Secretário da Delegação Permanente em Genebra (2001-04); Chefe da Divisão de Agricultura e Produtos de Base (2004-08); Ministro-Conselheiro junto à Organização Mundial do Comércio (2008-11); Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-Regionais (2011-16); Embaixador em Singapura (2016-19), em Assunção (2019-22); e Representante Especial do Brasil junto à Conferência do Desarmamento (desde 2022).

O diplomata indicado é, ainda, autor de alguns artigos publicados e foi agraciado com diversas condecorações.

Em observância às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a República do Equador, o qual contém informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

As informações que se seguem foram colhidas desse documento.

O Equador é república presidencialista com parlamento unicameral. Localizado na porção noroeste da América do Sul, o país tem seu território banhado pelo Oceano Pacífico e dividido de norte a sul pelas Cordilheiras dos Andes, sendo que a leste delas encontram-se planícies extensas e o golfo de Guayaquil e, a oeste, a Amazônia. Conta com vastos recursos minerais e com uma das maiores diversidades biológicas do mundo.

Convém registrar a crise de segurança pública que vem assolando o país devido à expansão do narcotráfico internacional e que levou, em janeiro passado, à decretação pelo presidente Noboa de estado de exceção e

reconhecimento, por decreto, da existência de conflito armado interno, com mobilização das forças armadas para o combate à criminalidade.

No campo econômico, há que se ressaltar que as reservas de petróleo são responsáveis por parte considerável das exportações do país e das receitas governamentais. O país atravessa momento desafiador para sua economia, com crescente déficit público e empobrecimento da população.

No que concerne às relações bilaterais, Brasil e Equador têm posicionamentos convergentes, inclusive externados em foros multilaterais, em setores como a promoção do desenvolvimento sustentável, a preservação do meio ambiente e o fortalecimento da integração regional.

São estimados em torno de 3.000 a 3.500 brasileiros residentes no Equador e entre 6.500 e 7.000 os equatorianos residentes no Brasil.

O intercâmbio comercial alcançou USD 1,263 bilhão em 2023: o Brasil foi o sexto maior fornecedor para o Equador. As exportações brasileiras foram de USD 1,147 bilhão e importações de USD 116 milhões, sendo expressivo o superávit brasileiro na balança comercial.

Dentre os principais produtos da pauta comercial, destacam-se as exportações brasileiras de veículos de transporte de passageiros e de mercadorias, calçados, polímeros de etileno e medicamentos, com aumento expressivo das vendas brasileiras de trigo, açúcar de cana e milho em 2023.

Por sua vez, as importações de produtos equatorianos concentraram-se em chumbo em formas brutas, preparações e conservas de peixes, partes de aviões ou de helicópteros, produtos de confeitaria, resíduos e sucata de cobre, crustáceos e pasta de cacau.

Quanto aos investimentos brasileiros no Equador, eles atingiram, em 2023, o maior montante nos últimos cinco anos: USD 4,82 milhões.

A cooperação bilateral, por sua vez, alcança os campos militar, policial, educacional, de saúde e humanitário.

Em 4 de julho, foi juntado o Planejamento Estratégico do indicado, em atendimento ao inciso IV do art. 383 do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE de 12/04/2023.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

3

INFORMAÇÃO**CURRICULUM VITAE****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL****MARCOS VINICIUS PINTA GAMA**

CPF.: [REDACTED]

ID.: [REDACTED]

1957 Filho de [REDACTED], nasce em 29 de setembro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1978 CPCD - IRBr

1983 CAD - IRBr

2001 CAE - IRBr, Inserção do Brasil no Sistema Interamericano de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos

Cargos:

1979 Terceiro-Secretário

1981 Segundo-Secretário

1988 Primeiro-Secretário, por merecimento

1996 Conselheiro, por merecimento

2003 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2008 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1979-1982 Divisão da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, assistente

1982-1983 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, assistente

1983-1986 Missão junto à CEE, Bruxelas, Segundo-Secretário

1986-1988 Embaixada em Belgrado, Segundo-Secretário e Encarregado de Negócios

1988-1990 Divisão de Ciência e Tecnologia, Chefe substituto

1990-1991 Departamento de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assessor

1991-1994 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro-Secretário

1994-1996 Embaixada em Santiago, Primeiro-Secretário

1996-1997 Divisão de Direitos Humanos, Chefe

1997-2000 Embaixada em Washington, Conselheiro

2000-2002 Ministério da Justiça, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, Chefe de Gabinete

2002 Apresentação do Relatório do Brasil perante o Comitê das Nações Unidas contra a Tortura, Genebra, Chefe de delegação

2002-2006 Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais, Coordenador-Geral

2002-2006 Grupo 3+1 sobre a Segurança da Tríplice Fronteira, Chefe de delegação (2002 a 2006)

2006-2007 Secretaria-Geral, Assessor Técnico

2006 VII Reunião de Consultas sobre Segurança Brasil-EUA, Washington, Chefe de delegação

2007-2010 Secretaria-Geral, Assessor Especial

2010-2014 Representante Permanente junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres

2014-2018 Embaixada do Brasil em Estocolmo, Embaixador

2019- Secretaria Geral Ibero-Americana, Secretário Adjunto

Condecorações:

2003 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador

2004	Medalha do Pacificador, Brasil
2007	Medalha da Vitória, Brasil
2008	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador
2008	Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
2009	Ordem do Rio Branco, Brasil, Grã-Cruz
2009	Ordem Nacional do Mérito, França, Oficial
2009	Medalha do Mérito Marechal Cordeiro de Farias, ESG, Brasil
2009	Legião de Honra, França, Oficial
2010	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial
2011	Diploma de Mérito COAF, Brasil
2012	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2012	Medalha Mérito Tamandaré, Brasil
2018	Ordem da Estrela Polar, Suécia, Comendador



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 25, DE 2024

(n° 352/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 352

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCOS VINICIUS PINTA GAMA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCOS VINICIUS PINTA GAMA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de junho de 2024.

EM nº 00112/2024 MRE

Brasília, 13 de Junho de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCOS VINICIUS PINTA GAMA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARCOS VINICIUS PINTA GAMA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 459/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **MARCOS VINICIUS PINTA GAMA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

Atenciosamente,

MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta



Documento assinado eletronicamente por **Miriam Aparecida Belchior**, **Ministro(a) de Estado da Casa Civil da Presidência da República substituto(a)**, em 27/06/2024, às 20:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **5852392** e o código CRC **54E623F2** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003493/2024-13

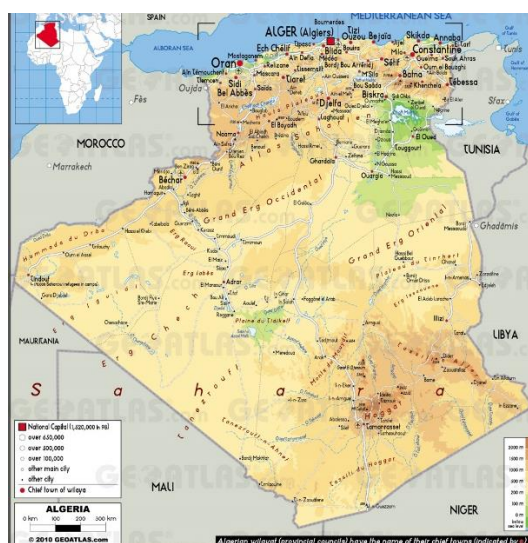
SEI nº 5852392

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

ARGÉLIA



**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2024**

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República Argelina Democrática e Popular
GENTÍLICO	Argelino
CAPITAL:	Argel
ÁREA:	2.381.741 km ²
POPULAÇÃO (2022 WB):	43,5 milhões (CIA, 2021)
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe e tamazigh (oficiais); francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islamismo (99%)
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencialismo com chefias de estado e de governo separadas
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Abdelmajid Tebboune (desde dez/2019)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro Nadir Larbaoui (desde 2023)
CHANCELER:	Ahmed Attaf (desde março 2023)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2022 WB):	US\$ 147,3 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2022 WB):	US\$ 488,3 bilhões
PIB PER CAPITA (2022 WB)	US\$ 3.330
PIB PPP PER CAPITA (2022 WB)	US\$ 11.040
VARIAÇÃO DO PIB (WB)	-5,5% (2020); 0,8% (2019); 1,4% (2018); 1,3% (2017); 3,2% (2016); 3,7% (2015); 3,8% (2014); 2,8% (2013); 3,4% (2012)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH PNUD) (2021):	0,748 (91ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021 WB):	77,79 anos
ALFABETIZAÇÃO (2021):	81,4%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021):	11,7% (CIA, 2020)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar argelino (132,94 por US\$ 1,00)
EMBAIXADOR EM ARGEL:	Encarregado de Negócios, PS Maurício Alves da Costa
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Abdelaziz Benali Cherif (agrément concedido em 22/4)

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ Bilhões FOB)

Brasil-Argélia	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	4,27	2,80	3,50	3,40	2,8	1,95	4,27	2,80	2,66	2,65	4,2
Exportações	1,20	0,99	1,19	1,01	1,03	1,18	1,20	0,99	1,52	1,75	2,4
Importações	3,07	1,81	2,31	2,4	2,73	0,77	3,07	1,81	1,14	0,90	1,8
Saldo	-1,87	-0,82	-1,13	-1,41	-0,70	0,41	-1,87	-0,82	0,38	0,85	0,6

PERFIS BIOGRÁFICOS

ABDELMAJID TEBBOUNE

Presidente da República



Nasceu em Mechéria, em 17 de novembro de 1945. Graduou-se pela Escola Nacional de Administração em 1965 e iniciou sua carreira na área da administração pública. Entre 1984 e 1991, cumpriu mandatos separados como prefeito de Tiaret, Adrar e Tizi Ouzou. Foi ministro da Comunicação e Cultura entre 1999 e 2000, ministro-delegado para o Governo Local de 2000 a 2001 e ministro de Habitação e Planejamento Urbano em 2012. Em maio de 2017, foi nomeado primeiro-ministro por Bouteflika, havendo permanecido na função por três meses. Em dezembro de 2019, venceu as eleições como candidato independente, tendo recebido 58% dos votos, ainda que concorrendo com membros dos principais partidos argelinos. Assumiu o cargo em 19 de dezembro de 2019.

NADIR LARBAOUI
Primeiro-Ministro



Nasceu em Tébessa em 26 de setembro de 1949. Assumiu o cargo de primeiro-ministro em 11/11/2023. Advogado de formação, fez carreira como diplomata, sendo embaixador no Paquistão e no Egito, representante permanente da Argélia na ONU em Nova York. Ocupou o cargo de chefe de gabinete da Presidência antes de ser nomeado primeiro-ministro.

AHMED ATTAF
Ministro dos Negócios Estrangeiros



É chanceler da Argélia desde março de 2023. Havia exercido a mesma função entre 1996 e 1999, durante da Década Negra da Argélia. Nascido em 1953, em Ain Defla, Attaf é formado pela Escola Nacional de Administração (ENA). Antes de tornar-se chefe da diplomacia argelina, em 1996, ocupou o cargo de secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, responsável pelos assuntos africanos e do Magrebe, após ter sido embaixador da Argélia na Índia, na Iugoslávia e no Reino Unido.

ABDELAZIZ BENALI CHERIF**Embaixador em Brasília**

Nascido em 24/1/1961, diplomata de carreira, ingressou no serviço exterior argelino em 1985 após se graduar na Escola Nacional de Administração. Foi encarregado de temas ambientais, diretor-adjunto para Europa meridional, diretor para Europa Ocidental e porta-voz da chancelaria. Foi embaixador em Madagascar (2004-2013), na Argentina (2020-2023) e no Egito (2023-2024). Fala árabe, francês, tamazigh, inglês, russo e espanhol.

APRESENTAÇÃO

A Argélia é o maior em extensão e o 10º mais populoso país da África. Sua economia é a quarta maior do continente, tanto pelo PIB nominal como pelo PIB por paridade de compra (PPP). O país apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais alto entre os países africanos não insulares, situando-se na categoria de “desenvolvimento humano alto”. A Argélia é considerada pelo Banco Mundial como país de renda média alta, com economia baseada principalmente nas exportações de petróleo e gás.

O país busca recuperar seu protagonismo internacional, fiel aos princípios do não alinhamento, após hiato em que esteve voltado para a solução de crises domésticas, provocadas pelo extremismo islâmico (1992-2002) e pelos protestos populares, iniciados em fevereiro de 2019, que levaram à renúncia do então presidente Abdel Aziz Bouteflika.

O país tem-se firmado como potência regional, desempenhando papel de relevo em temas de paz e segurança de seu entorno africano. A Argélia sediou, em novembro de 2022, a cúpula da Liga dos Estados Árabes (LEA).

História

A Argélia foi parte do império romano, do califado omíada e do império otomano. Em 1830, foi ocupada pela França. O período de 132 anos de colonização francesa da Argélia teve efeitos marcantes sobre a sociedade argelina. Líderes locais foram eliminados e terras confiscadas pelos colonizadores. Por outro lado, o contato com os próprios ideais de liberdade franceses influenciou gerações de argelinos. No século XIX, houve diversas revoltas no país. No dia da vitória da II Guerra Mundial, a reação francesa a revolta local levou à morte de mais de 1.500 argelinos. Em 1954, Ahmed Ben Bella e seus colaboradores fundaram a Frente de Libertação Nacional (FLN) e seu braço militar, o Exército de Libertação Nacional – ELN.

A Guerra de Independência (1954-62), com mais de 300.000 argelinos mortos, culminou na libertação do país do jugo colonial.

As primeiras eleições na Argélia independente ocorreram em 1962. A nova Constituição adotou regime socialista e a Frente de Libertação Nacional (FLN) como partido

único. Em 1963, Ben Bella foi eleito presidente e seu governo (1962-1965) priorizou o objetivo de reerguer o país, abalado social e economicamente pela guerra de independência e pelo êxodo de mão de obra qualificada. As propriedades agrícolas e industriais passaram a ser controladas pelo Estado. Implantou-se sistema de autogestão operária, supervisionado por fiscais, eleitos pelos próprios trabalhadores. Esse sistema denominou-se “Socialismo Argelino”.

Em 1964, a FLN promulgou a Carta de Argel, que consolidou conceitos como o da autogestão operária nas fábricas, delineou a estrutura e organização do Estado e definiu o islamismo como fonte cultural da nação argelina. Embora ainda cultuado como herói da independência, Ben Bella passou a enfrentar dificuldades nas áreas política e administrativa. O ministro da Defesa, Coronel Houari Boumedienne, peça-chave até então da sustentação política do Presidente, depôs Ben Bella em golpe de estado em junho de 1965.

Boumedienne dissolveu a Assembléia Nacional, suspendeu a Constituição e estabeleceu um “Conselho Revolucionário”, formado por líderes militares. Em novembro de 1976, foi promulgada a nova Constituição. Boumedienne elegeu-se então com 95% dos votos. Faleceu em dezembro de 1978, sendo sucedido pelo coronel Chadli Bendjedid, que buscou reverter a política econômica centralizada.

Em 1988, séria convulsão sócio-política eclodiu, em decorrência da crise econômica provocada por medidas de liberalização econômica adotadas pelo Governo. Foi declarado estado de emergência em resposta ao “Outubro Negro” e convocadas as Forças Armadas para intervirem.

Reeleito para um terceiro mandato, em dezembro de 1988, Bendjedid empenhou-se na aprovação de emendas à Constituição, que instituíram a legalização de partidos políticos. A recém-legalizada Frente Islâmica de Salvação (FIS), constituída por extremistas, veio a controlar a maioria das administrações locais em junho de 1990 e nas eleições legislativas de 1991. Em decorrência, as Forças Armadas suspenderam o processo eleitoral e obrigaram Bendjedid a renunciar.

Em janeiro de 1992, decretou-se estado de emergência, com a dissolução do Parlamento e a assunção do poder pelo Alto Conselho de Estado, constituído pelo ministro da Defesa, General Khaled Nezzar, e pelo ministro do Interior, Larbi Belkheir.

Em 1994, o General Liamine Zeroual foi nomeado presidente. Seu governo iniciou processo de abertura política. Em 1996, a Constituição foi emendada, introduzindo-se disposições relativas, entre outros pontos, à proibição de campanhas políticas baseadas em fatores religiosos, lingüísticos ou étnicos.

A partir das eleições parlamentares de 1997, foram-se formando coalizões entre a FLN, a Aliança (“Rassemblement”) Nacional Democrática – RND – e partidos islâmicos moderados. Apoiado por esses partidos, Abdelaziz Bouteflika elegeu-se presidente em 1999, permanecendo no cargo até 2019, quando foi levado a renunciar. No mesmo ano foi eleito Abdelmajid Tebboune, atual presidente.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Argélia estabeleceram relações diplomáticas em 1962, ano em que foi instalada a Embaixada do Brasil em Argel.

Durante a década de 1980, houve estreitamento das relações bilaterais, com a criação da Comissão Mista Brasil-Argélia para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica, Tecnológica, Técnica e Cultural e as visitas dos presidentes João Figueiredo à Argélia (1983) e Chadli Bendjedid ao Brasil (1983).

Com o fim da crise argelina da década de 1990, iniciou-se novo ciclo de aproximação, cooperação e aumento dos fluxos comerciais. Também foi intensificada a troca de visitas bilaterais de alto nível, com a assinatura de acordos de cooperação agrícola, comércio e transporte marítimo.

Em 2005, o então presidente Abdelaziz Bouteflika visitou o Brasil; e em 2006 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou a Argélia.

O presidente da Assembleia Nacional Popular da Argélia, Brahim Boughali, esteve presente à posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023.

Brasil e Argélia compartilham posições e interesses em questões internacionais como o fortalecimento do multilateralismo; a prioridade do diálogo político; a solução pacífica de

controvérsias; e o fomento ao desenvolvimento social como forma de promoção da paz e da segurança internacionais.

O mecanismo de Consultas Políticas bilaterais foi estabelecido em 2005. Até o momento, foram realizadas cinco reuniões, sempre em nível de vice-ministro/secretário: em Brasília, em 2006; em Argel, em 2008; em Brasília, em 2010; em Argel, em 2017; e em formato virtual, em 2021. Pelo critério de rotação, a próxima reunião do mecanismo deverá ser realizada no Brasil.

COOPERAÇÃO BILATERAL

Cooperação Técnica

A cooperação técnica Brasil-Argélia é amparada pelo Acordo Básico de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica, de 1981.

A Argélia se situa, historicamente, entre os principais parceiros da cooperação técnica brasileira na África, após os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Em passado recente, foram executados projetos nas áreas de agropecuária, meio ambiente, saúde (cirurgia cardíaca pediátrica e atendimento a pacientes com queimaduras) e artesanato.

Marco importante da cooperação técnica foi o projeto “Transferência de conhecimento para a produção de Gemas Lapidadas, Joias e Artesanato Mineral”, implementado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Itamaraty responsável pela cooperação internacional do Brasil, em parceria com a Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Gemas e Joias e Similares (ABRAGEM) em Tamanrasset, cidade no extremo sul argelino, em região economicamente deprimida e com população predominantemente tuaregue. O projeto, concluído em 2018, é muito positivamente avaliado tanto pelo governo argelino como pela ABC, em particular devido a seu efeito multiplicador sobre a renda local.

Em função do êxito daquela iniciativa, a ABC realizou missão de prospecção à Argélia em 2019, a partir da qual foram elaborados três novos projetos a serem realizados em Tamanrasset:

- a) Projeto na área do couro, a ser desenvolvido em parceria com a Cooperativa de Couro Distrito Ribeira (ARTESA) visa a melhorar a qualidade do couro produzido por artesãos locais;
- b) Projeto na área de cooperativismo, a ser desenvolvido em parceria com o Sistema Organização de Cooperativas Brasileiras (Sistema OCB), tem o objetivo de desenvolver estratégias para aumentar a produção da cooperativa de joias Tertit N Ahhagar (CNTA) e contribuir para a promoção da melhoria das condições de vida dos artesãos locais; e
- c) Projeto na área de lapidação de joias, a ser desenvolvido em parceria com o Instituto Federal de Minas Gerais-Campus Ouro Preto e a ABRAGEM visa a ampliar a capacidade técnica dos artesãos, inclusive por meio da cessão de equipamentos para laboratório de gemologia a ser instalado na Universidade de Tamanrasset.

Cooperação Cultural

Brasil e Argélia assinaram, em 2009, acordo cultural bilateral, o qual foi ratificado pelo Brasil em 2013, mas ainda não ratificado pela Argélia. A ratificação do acordo permitirá o aprofundamento da cooperação no setor, em particular no audiovisual.

Cooperação entre Academias Diplomáticas

Encontra-se em vigor, desde 2018, o Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Diplomático e das Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Argelina Democrática e Popular.

Cooperação Humanitária

Desde 2018 o Brasil realiza doações em espécie ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) para a assistência aos refugiados saarauís que vivem nos campos de Tindouf, na Argélia. Nos últimos cinco anos, foram doados US\$ 400 mil, para atender necessidades alimentares dos refugiados.

Realizou-se, em 26/02/24, na Residência Oficial da Embaixada do Brasil em Argel, a cerimônia simbólica de entrega das novas doações do Brasil no quadro da ajuda humanitária aos campos de refugiados, tanto do governo, quanto da sociedade civil e do setor privado brasileiros, a saber: purificadores de água; 25 toneladas de arroz; 10 toneladas de frango congelado e 15 toneladas de carne enlatada. A cerimônia teve ampla repercussão na imprensa argelina. Acrescentem-se, ainda, as doações, no início de 2024, de 65 painéis solares e 65 baterias estacionárias por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Argélia é hoje o principal parceiro comercial do Brasil na África. Em 2023, o intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 4,2 bilhões (aumento de 35% em relação a 2022), com superávit de US\$ 600 milhões para o Brasil.

As importações provenientes da Argélia em 2023 somaram US\$ 1,8 bilhão (aumento de 54% em relação a 2022), compostas sobretudo por óleos brutos de petróleo (75%), fertilizantes químicos (15%) e óleos combustíveis de petróleo (7,1%). As exportações brasileiras ao país totalizaram US\$ 2,4 bilhões (aumento de 23% em relação a 2022), compostas principalmente de açúcar (39%), milho (19%) e soja (18%).

A Argélia é o segundo maior fornecedor africano de fertilizantes para o Brasil, atrás do Marrocos. O país dispõe de grandes reservas de fosfato e tem investido na sua exploração. Em 2022, foi anunciado o início do Projeto Fosfato Integrado, que permitirá à Argélia triplicar sua atual produção de fertilizantes e se tornar um dos principais produtores e exportadores do mundo.

O grupo privado argelino CEVITAL, o maior da África na área agroalimentar e responsável por cerca de 70% das importações argelinas de produtos brasileiros, investe em projetos de portos no Pará, no valor de R\$ 2 bilhões, com o objetivo de criar um corredor para exportação de soja e milho brasileiros para a Argélia e importação de fertilizantes argelinos.

A WEG e a Marcopolo estão entre as empresas nacionais que buscam ampliar sua presença no país. A WEG iniciou projeto de internacionalização na Argélia em 2018, com

abertura de escritório de representação. As máquinas da empresa brasileira estão presentes em cimenteiras, refinarias de açúcar e usinas de dessalinização argelinas. Em 2020, celebrou acordo de quatro anos com o Grupo CEVITAL, para fabricação local de motores para produtos eletrodomésticos. Essa parceria evoluiu e, em 29/11/22, foi inaugurada a *joint venture* WEG Algeria Motors SpA (WEG com 51% das ações e Cevital com 49%).

Entre 16 e 18/10/23, realizou-se missão comercial brasileira a Argel, da qual participaram, do lado governamental, representantes do MRE e do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). Do setor privado, representantes da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA); da Associação Brasileira dos Exportadores de Carne (ABIEC); e da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira (CCAB), bem como de representantes de empresas brasileiras do setor de exportação de carne "halal". Na ocasião, foram concluídas negociações referentes à abertura do mercado argelino à carne de frango brasileira, após a revisão de certificados e auditorias que subsidiaram a análise e o estabelecimento de requisitos fitossanitários para importação do produto nacional. A missão marcou também a reabertura do mercado argelino de carne vermelha às exportações brasileiras.

A Argélia possui excelente localização geográfica e dispõe de boa infraestrutura portuária, aeroportuária e rede de estradas, o que pode fazer do país uma porta de entrada da África setentrional.

POLÍTICA INTERNA

A política argelina é marcada pela prevalência das Forças Armadas e dos setores de segurança e inteligência, que compõem a espinha dorsal do estado argelino desde sua independência. Após o conflito civil da década de 1990 (o chamado "decênio negro"), o governo do ex-presidente Abdel Aziz Bouteflika, eleito em 1999, promoveu processo de reconciliação nacional que logrou reintegrar à política local setores islamistas moderados, bem como consolidou o retorno do país à normalidade institucional. O êxito na manutenção da estabilidade política e social, mesmo durante a chamada "primavera árabe", em 2011, ensejou a manutenção de Bouteflika no poder, naquela ocasião. No entanto, a estagnação

econômica e a ausência de renovação na cúpula do governo levaram ao seu progressivo desgaste, culminando na queda de Bouteflika em 2019.

Naquele ano, Bouteflika anunciou que se candidataria a um quinto mandato. O anúncio foi recebido com protestos de grande envergadura, que levaram Bouteflika a desistir da candidatura e anunciar o adiamento das eleições *sine die*. A decisão, contudo, foi percebida como manobra para estender o mandato presidencial, e intensificaram-se as manifestações contestatórias pelo país, que passaram a ser chamadas popularmente de hirak (que significa movimento, em árabe).

Após sofrer pressão do então primeiro-ministro, Ahmed Ouyahia, e do chefe do Estado-Maior do Exército, Ahmed Gaid Salah, Bouteflika renunciou ao cargo em 2/4/2019, tendo assumido, em seu lugar, como presidente interino, o então presidente do Conselho da Nação (Senado), Abdelkader Bensalah.

Após a renúncia de Bouteflika, eleições foram convocadas para julho de 2019. A falta de apoio popular à realização do pleito fez com que não houvesse apresentação de candidaturas para as eleições, que precisaram ser adiadas.

Em 12/12/2019, realizou-se a eleição presidencial, amplamente boicotada pelo eleitorado, que levou à vitória de Abdelmajid Tebboune (primeiro-ministro de Bouteflika por três meses em 2017), homem de confiança do estamento militar. A autoridade eleitoral informou o comparecimento de cerca de 40% do eleitorado, taxa mais baixa da história do país, tendo sido eleito com 58% dos votos válidos. Tebboune prometeu realizar amplas reformas políticas, econômicas e administrativas sob seu mandato, com vistas a atender às demandas populares por uma “Nova Argélia”

Em reação à retomada do hirak, o presidente Tebboune anunciou o perdão de dezenas de presos por delitos de consciência, promoveu reforma ministerial, e dissolveu a Assembleia Popular Nacional (câmara baixa), com vistas a antecipar as eleições legislativas e abrir caminho para uma renovação política.

A "Algérie Presse Service" (APS) divulgou, em 27/03/2024, nota à imprensa confirmando a realização das próximas eleições presidenciais para setembro de 2024.

ECONOMIA

A economia argelina apresenta dependência histórica da exploração de hidrocarbonetos, que correspondem a cerca de 34% do PIB, 60% das receitas governamentais e 93% das receitas com exportações. Membro da OPEP desde 1969, a Argélia é o terceiro maior produtor de petróleo da África (atrás de Nigéria e Angola) e figura entre os vinte maiores do mundo.

A estatal Sonatrach desempenha papel preponderante no mercado doméstico. Além das reservas convencionais de petróleo, estima-se que a Argélia detenha a terceira reserva mundial de xisto, inferior apenas às da China e da Argentina. A Argélia também é o maior produtor de gás natural da África e figura entre os dez maiores do mundo. O gás responde também por 63% da oferta primária de energia ao mercado doméstico.

A receita com a exportação de hidrocarbonetos permitiu à Argélia manter estabilidade econômica, acumular reservas internacionais e manter baixo endividamento externo. Apesar disso, a excessiva dependência do setor tornou a economia argelina suscetível a choques externos. A partir de 2014, a economia passou a dar sinais de desaceleração, período que coincide com o início do último mandato do ex-presidente Abdelaziz Bouteflika (2014-2019) e a queda dos preços internacionais do gás e do petróleo. Desde que o fundo de estabilização para o petróleo se esgotou, em 2017, o Banco Central argelino passou a recorrer a financiamentos não convencionais.

A situação resultante da crise do setor de hidrocarbonetos obrigou o governo a repensar a forma e a intensidade da intervenção estatal na economia e no provimento do bem-estar social, em equilíbrio delicado entre os imperativos da modernização e da diversificação econômica, de um lado, e da paz e estabilidade sociais, de outro. Com a posse do presidente Tebboune, em dezembro de 2019, o governo anunciou programa de diversificação da economia com estímulos à agricultura e à indústria. Pretendia-se também atrair novos investimentos estrangeiros em setores como o automobilístico e de bens de equipamento, cuja importação tem onerado tradicionalmente a balança comercial argelina. Nesse contexto, foi revista, na Lei de Finanças de 2021 aprovada pelo Parlamento argelino, a imposição legal

da fórmula 49/51%, segundo a qual investidores estrangeiros devem associar-se minoritariamente (máximo de 49%) a empresas locais; a qual vinha constituindo fator inibidor da captação de investimentos externos diretos.

O governo prossegue em seu programa de diversificação da economia e atração de investimentos, mas não eliminou os entraves ao comércio exterior e as restrições às importações, sobretudo nos setores automobilístico e agroalimentar. Está também empenhado na promoção de reforma do setor financeiro e dos bancos estatais (85% do movimento bancário argelino) com o objetivo de sanar a crise de liquidez, visto que a maior parte da poupança nacional não circula pelo sistema bancário.

A União Europeia constitui o maior parceiro comercial argelino. As divisas geradas com a exportação de hidrocarbonetos contribuíram para que a Argélia se configurasse como importador histórico de bens de consumo, sobretudo equipamentos industrializados; produtos semimanufaturados e alimentos.

Em entrevista em 30/03/2024, o presidente Tebboune tratou da economia, com ênfase no crescimento do PIB, redução da inflação e no investimento da agricultura, tendo identificado três áreas prioritárias: aumentar os salários, preservar o valor do dinar argelino e desenvolver o setor agrícola. Em segundo plano, o chefe de Estado manifestou desejo de colocar a agricultura no centro da recuperação econômica da Argélia, ao informar que o valor da produção agrícola nacional ascende a U\$ 35 bilhões, ou 18% do PIB, contra 5% do setor industrial. Segundo Tebboune, a agricultura exige espírito de iniciativa, e a União nacional dos camponeses Argelinos (UNPA) deve tomar as rédeas, com a ajuda do Estado, particularmente mediante a criação de cooperativas. Outro aspecto desta visão é a orientação dos projetos-pilotos que ocupam uma área de 164 mil hectares para produções específicas, como óleos vegetais, fruticultura e produção de cereais. Em suma, a redução da dependência externa constitui objetivo-chave no processo de desenvolvimento do país.

Relatório do FMI de 27/03/2024, afirma que a Argélia obteve um “bom” desempenho econômico em 2023, e as suas perspectivas a curto prazo são positivas. A economia argelina registrou crescimento de 4,2% em 2023 e o PIB atingiu U\$ 247 bilhões. Segundo previsões do FMI, a taxa de crescimento deverá permanecer alta em 2024, em 3,8%, “apoiada em parte por despesas orçamentárias significativas”. Já entre os riscos negativos, o FMI cita a “inflação persistente”, a volatilidade dos preços internacionais dos hidrocarbonetos.

POLÍTICA EXTERNA

O governo Tebboune aposta na política externa como prioridade, seja para a promoção de reformas econômicas internas, seja na melhora da imagem internacional do país. A política externa argelina atual tem na estabilidade e na segurança regionais uma de suas prioridades, especialmente na região do Sahel e no Norte da África. As questões da Líbia, do Mali e do Níger mobilizam a diplomacia argelina para evitar a escalada de conflitos armados em seu entorno e, em especial, consequências humanitárias e migratórias para a Argélia, além da ameaça de infiltração de grupos terroristas pelas fronteiras ao Sul.

Para o governo argelino, o continente africano é parte integrante da identidade e do destino da Argélia, especialmente no que tange à integração econômica africana. A diplomacia argelina está mobilizada em fomentar as relações econômicas e comerciais com os países do continente.

Em relação à União Europeia, a Argélia tem como prioridade a revisão do Acordo de Associação com o bloco, assinado em 2005, considerado, pelo governo argelino, desequilibrado. Segundo a perspectiva argelina, o acordo resultou na abertura de mercado aos países europeus, sem a contrapartida de investimentos europeus na Argélia. As relações com a França são marcadas por tensões permanentes, com ondas de aproximação, distanciamento e reaproximação desde a independência em 1962.

Nos fóruns multilaterais, a Argélia considera-se um dos principais porta-vozes dos países não alinhados, da África e dos países do Sul, e baseia-se na soberania dos Estados e nos direitos legítimos dos povos à autodeterminação. A Argélia ocupa atualmente assento como membro não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, no período 2024-2025.

Em 2022, a Argélia apresentou pedido de ingresso no agrupamento BRICS como parte de sua estratégia de buscar alternativas às instituições internacionais tradicionais. Em 2023, submeteu proposta de adesão ao New Development Bank (NBD), com contribuição inicial de USD 1,5 bilhão.

Líbia

Desde a queda de Muamar Khadafi, em 2011, a Argélia busca influir junto às facções em luta pelo poder na Líbia, valendo-se do bom diálogo que tradicionalmente cultivava com as lideranças da parte ocidental do Saara líbio (Feezã), próximo à fronteira argelina. A Argélia defende a não interferência estrangeira nos assuntos da Líbia e a realização de eleições livres. A Argélia acompanha o consenso internacional, reconhecendo como legítimo o Governo do Acordo Nacional (GAN), baseado em Trípoli e chefiado pelo primeiro-ministro Abdul Hamid Dbeibah.

Sahel

Com o agravamento da situação securitária no Sahel africano, a Argélia tem procurado renovar sua atuação diplomática na região. No governo de Abdelmadjid Tebboune o Sahel tornou-se prioritário, especialmente Mali e Níger, países com os quais a Argélia compartilha fronteira de mais de 2.000 km.

O Sahel está no centro das atenções securitárias da Argélia. Preocupa a atuação de grupos armados na região; o aumento dos fluxos migratórios oriundos da África Subsaariana que ingressam no território argelino em trânsito para países europeus; e o tráfico ilegal de drogas e de armas através das fronteiras com o Mali, o Níger e a Líbia.

Conflito Israelo-Palestino

A Argélia tem sido, desde sua independência em 1962, defensora da causa palestina, não apenas nos foros regionais árabes e muçulmanos como a Liga Árabe, a Organização da Conferência Islâmica (OCI) e a União do Magrebe Árabe (UMA), mas também na ONU e na União Africana (UA). Foi o primeiro país a reconhecer o então recém-proclamado estado da Palestina em novembro de 1988.

O presidente Tebboune repetiu, em diversas ocasiões, que a causa palestina é "sagrada" para a Argélia e jamais será objeto de barganhas e concessões.

Questão do Saara Ocidental

A questão do Saara Ocidental constitui outra prioridade da política externa argelina. Para a Argélia, o conflito no Saara Ocidental é uma questão de descolonização e somente pode ser resolvido pelo exercício, pelo povo saarauí, de seu direito à autodeterminação e à independência.

Em 1975, após a retirada da Espanha do território até então conhecido como “Saara Espanhol”, o Saara Ocidental tornou-se objeto de disputa de soberania entre Marrocos, Mauritânia e a Frente Polisario, movimento de libertação que declarou unilateralmente a independência da “República Árabe Saarauí Democrática” (RASD).

A disputa eclodiu em conflito militar entre os três lados. O Marrocos ocupou a maior parte do território. A invasão e ocupação marroquina do território do Saara Ocidental, em 1975, reacendeu os temores argelinos de que o vizinho buscasse recriar o chamado “Grande Marrocos”.

O governo argelino passou, então, a apoiar, financeira e militarmente, o movimento de resistência à ocupação marroquina, institucionalizado com a criação da Frente Polisario, e a promover nos foros internacionais o projeto de realização de um referendo para que o povo saaraui exercesse seu direito à autodeterminação e se pronunciasse sobre a proclamação da independência daquele território.

O conflito entre Marrocos e a Frente Polisario foi interrompido com a assinatura, em 1991, de acordo de cessar-fogo, que previa a realização de referendo sobre independência do Saara Ocidental. No contexto do acordo, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) estabeleceu a Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental (MINURSO). Desde então, o Marrocos se distanciou do compromisso de referendo sobre independência, apresentando o seu “plano de autonomia” do Saara Ocidental, a ser aprovado por referendo, mas sem a opção por independência. A Frente Polisario rejeitou o plano marroquino e apresentou às Nações Unidas plano próprio para referendo sobre independência. A Argélia considera que o plano de autonomia marroquino viola o princípio da autodeterminação e ameaça os esforços de desescalada do conflito. O acordo de cessar-fogo foi rompido pela Frente Polisario em 2020.

A Argélia é a principal defensora da realização de referendo sobre a independência política do povo saarauí. Argel reconhece a autoproclamada República Árabe Saaraui Democrática (RASD), cujo governo hospeda em seu território, assim como os milhares de refugiados saarauís. A Argélia abriga quase 200 mil refugiados saarauis em cinco campos do país, localizados nas proximidades da cidade de Tindouf. Dentro dos campos, a Argélia fornece serviços essenciais como eletricidade, gás e linhas de comunicação. O acesso à água potável representa o principal desafio cotidiano dos refugiados. Apenas 25% da população dos campos é abastecida em “pontos de água” locais. Além disso, há carência crônica de alimentos.

Desde 1994, as fronteiras entre a Argélia e o Marrocos estão fechadas. Em agosto de 2021, a Argélia anunciou a ruptura das relações diplomáticas com o Marrocos, alegadamente, devido a atitudes hostis que teriam sido adotadas pelo Marrocos e a recusa marroquina em negociar com a Frente Polisario.

A Argélia propôs a realização da Cúpula de Túnis, em 22/4/2024, com "nova fórmula para a integração do Magrebe" (que excluiria o Marrocos), a qual seria reação à “Iniciativa Atlântica”, proposta pelo Marrocos em 06/11/2023 para franquear acesso dos países do Sahel ao Atlântico pelo porto de Dakhla, no Saara Ocidental.

O Brasil defende para a questão do Saara Ocidental uma solução justa, pacífica e mutuamente aceitável para as partes envolvidas, baseada nas resoluções pertinentes da ONU, sem pré-julgar o status final do território em disputa. O Brasil apoia os esforços da ONU para obter solução definitiva para a questão e contribui, desde 2007, com observadores militares para a MINURSO.

Embora o Brasil não reconheça a RASD, reconhece a Frente Polisario como legítima representante do povo saarauí no âmbito do processo negociador auspiciado pela ONU.

Desde 2018, o Brasil realiza doações ao Programa Mundial de Alimentos (PMA) a título de ajuda humanitária aos refugiados saarauís abrigados nos campos de de Tindouf. Oficiais do exército brasileiro integram o contingente militar da MINURSO

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título do Acordo	Celebração	Status
Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argelina Democrática e Popular.	12/12/2018	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Diplomático e das Relações Internacionais do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Argelina Democrática e Popular.	23/07/2018	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para Implementação do Projeto ³ Fortalecimento da Pecuária Leiteira Na Argélia	19/07/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico	19/07/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para Implementação do Projeto "Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Bacia Hidrográfica do Rio Touil"	23/06/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para Implementação do Projeto "Gestão e Monitoramento dos Ecossistemas Florestais"	23/06/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular para a Implementação do Projeto "Conservação de Recursos Hídricos e Solos em Zonas Úmidas do Rio Tell Oriental"	23/06/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Brasil e a Argélia para a Implementação do Projeto Capacitação Técnica em Procedimentos Cirúrgicos Cardíacos Pediátricos	23/06/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Brasil e a Argélia para a Implementação do Projeto Gestão e Normatização do Atendimento a Pacientes Portadores de Queimaduras	23/06/2008	Em Vigor

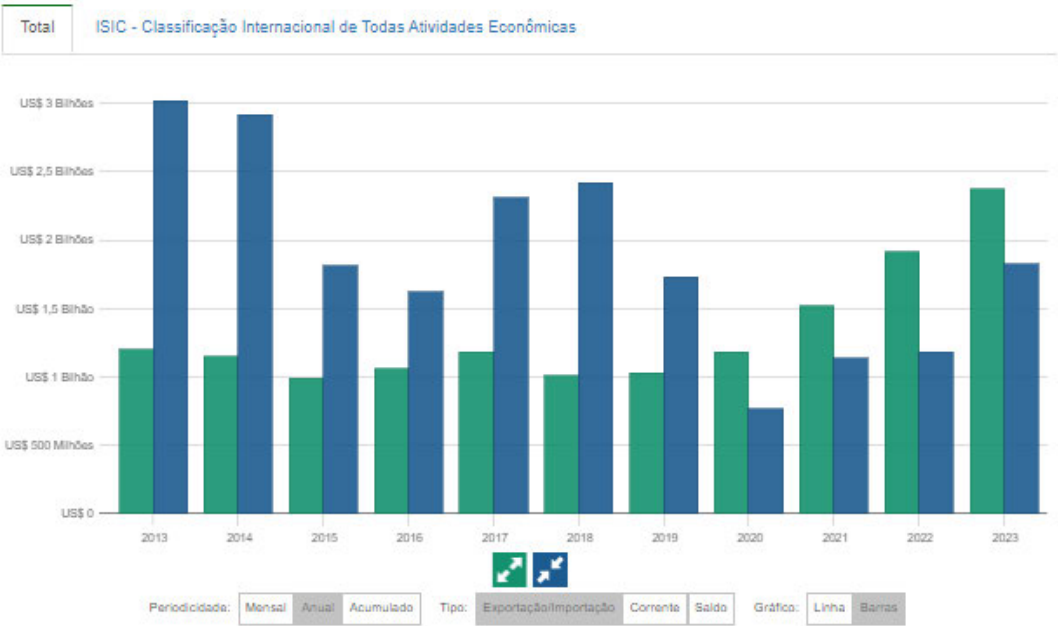
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Brasil e a Argélia para a Implementação do Projeto Transferência de Conhecimento para a Produção de Gemas Lapidadas, Jóias e Artesanato Mineral	23/06/2008	Em Vigor
Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Agricultura	08/02/2006	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Transporte e Navegação Marítima	08/02/2006	Em Vigor
Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular	08/02/2006	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular sobre Isenção de Vistos em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos ou de Serviço	12/05/2005	Em Vigor
Acordo de Cooperação em Matéria Sanitária Veterinária entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Popular	12/05/2005	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática Popular no Campo da Proteção dos Vegetais e da Quarentena Vegetal	12/05/2005	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas	26/02/2005	Em Vigor
Acordo de Cooperação Econômica ente o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular	20/09/1987	Em Vigor
Acordo para Criação de uma Comissão Mista Brasileiro-Argelina para a Cooperação Econômica, Comercial, Científica, Tecnológica, Técnica e Cultural	03/06/1981	Em Vigor
Acordo de Cooperação Científica, Tecnológica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argelina Democrática e Popular.	03/06/1981	Em Vigor

DADOS ECONÔMICOS

Exportações, Importações e Balança Comercial - Parceiro: Argélia



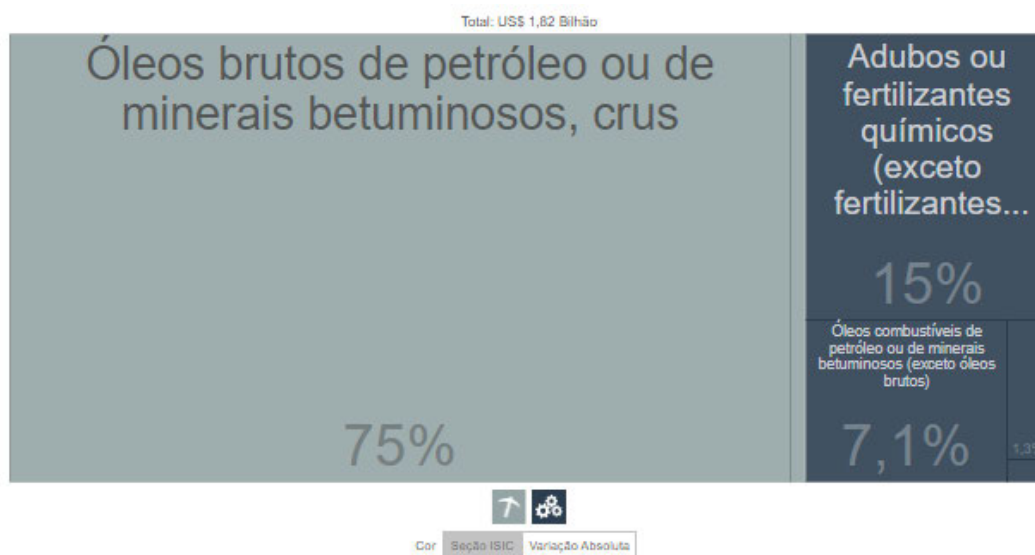
Série histórica - Parceiro: Argélia



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ARGEL

Candidato: MARCOS VINICIUS PINTA GAMA

PERFIL DO CANDIDATO

Embaixador Marcos Vinicius Pinta Gama

Nascido no Rio de Janeiro em 1957, formou-se em 1978 no Instituto Rio Branco.

Serviu na Missão do Brasil junto à Comunidade Europeia em Bruxelas (1983-1986), na Embaixada em Belgrado (1987-1988), na Missão Permanente junto às Nações Unidas em Genebra (1991-1994), nas Embaixadas em Santiago (1994-1995) e Washington (1997-2000).

Chefiou a Divisão de Ciência e Tecnologia (1988-1990), a Divisão de Direitos Humanos (1996-1997) e a Coordenação Geral de Combate ao Crime Organizado Transnacional (2002-2006). De 2006 a 2010, foi assessor especial do Secretário-Geral das Relações Exteriores para assuntos de segurança e defesa.

Atuou no Ministério da Justiça de 2000 a 2002, na condição de Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. De 2002 a 2006, foi membro do Conselho Nacional sobre Drogas, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, do Conselho Consultivo do Sistema Brasileiro de Inteligência e da Estratégia Nacional de Combate à Lavagem de Dinheiro.

Foi Representante Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais em Londres (2010-2014) e Embaixador em Estocolmo (2014-2019).

Em 06/05/2019, por consenso dos países ibero-americanos, foi nomeado Secretário Adjunto Ibero-Americano para o período 2019-2023, tendo sido reeleito em 18/05/2023 para mandato adicional de quatro anos.

PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ARGÉLIA**I – Relações Diplomáticas**

1. Brasil e Argélia estabeleceram relações diplomáticas em 1962, ano em que foi instalada a Embaixada do Brasil em Argel.
2. Os dois países compartilham posições e interesses em questões internacionais de grande importância, tais como: o fortalecimento do multilateralismo e a reforma da governança global; a prioridade do diálogo político e da solução pacífica de controvérsias; e o fomento ao desenvolvimento como forma de promoção da paz e da segurança internacionais.
3. Em 2005, foi estabelecido o Mecanismo de Consultas Políticas entre os dois países. A quinta reunião do mecanismo ocorreu em 2021. O mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Argélia, em nível de chanceleres, foi estabelecido em 2010. Na África, além da Argélia, o Brasil possui mecanismo desse tipo apenas com o Egito e a Nigéria. O Brasil é o único país da América Latina com o qual a Argélia mantém esse tipo de canal diplomático privilegiado.
4. A última visita presidencial ocorreu em 2006, quando o presidente Lula foi a Argel. A mais recente visita ministerial ocorreu em 2018, quando o então chanceler Aloysio Nunes visitou a Argélia. O presidente da Assembleia Nacional da Argélia, Brahim Boughali, esteve presente à posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2023.
5. Atualmente, as relações bilaterais encontram-se em fase de crescimento. O interesse da Argélia pelo apoio do Brasil nas áreas de cooperação, comércio e investimentos abre importantes janelas de oportunidade para ambos os países. O diálogo bilateral é fluido tanto com o governo quanto com a sociedade argelina.
6. O ministro Mauro Vieira encontrou-se com seu homólogo argelino em 24/10/23, à margem de sessão do CSNU sobre a crise israelo-palestina.

II – Relações econômico-comerciais

1. A Argélia foi o primeiro parceiro comercial do Brasil na África em 2023, seguido do Egito e do Marrocos. O intercâmbio em 2023 foi de US\$ 4,2 bilhões (+35%, com superávit de US\$ 600 milhões). O Brasil importa petróleo bruto (75%) e fertilizantes (15%) e exporta açúcar (39%), milho (19%) e soja (18%).
2. O ano de 2023 marcou a abertura do mercado argelino às exportações de gado em pé e carne de frango do Brasil, além da reabertura do mercado às exportações de carne bovina brasileira, após seu fechamento em 2020. De janeiro a maio de 2024, a carne tornou-se o 3º produto de exportação brasileiro para o país. No entanto, problemas logísticos internos começam a afetar as exportações brasileiras para o país, em especial carnes refrigeradas.
3. O grupo CEVITAL, o maior da África na área agroalimentar, está investindo R\$ 2 bilhões nos portos de Barcarena-PA e Miritituba-PA para exportar soja e milho para a Argélia e importar fertilizantes. Em 2022, foi criada joint-venture WEG-CEVITAL para a fabricação de motores na Argélia.
4. A Argélia propôs estabelecimento de comitê gestor do acordo marítimo, visando a restabelecer linha marítima direta entre os dois países.

III – Cooperação técnica e humanitária

1. A Argélia é um dos principais parceiros da cooperação técnica brasileira na África, depois dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Na última década, a pauta de

cooperação técnica entre os dois países foi ampla e diversificada com a execução de projetos em diversas áreas, como artesanato (lapidação de gemas), saúde (cirurgia cardíaca pediátrica), agropecuária (melhoria do couro) e meio ambiente. Atualmente, há três projetos em execução, nas áreas de artesanato com gemas e joias, cooperativismo e produção de couro. Há demandas argelinas na área de ecoturismo, sob análise da parte brasileira, e em agricultura.

2. Desde 2018, o Brasil presta cooperação humanitária aos refugiados saarauís abrigados no campo de Tindouf, no oeste da Argélia, mediante a realização de doações ao Programa Mundial de Alimentos (PAM) e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Em 2024, o Brasil doou 65 purificadores de água, painéis solares e 65 baterias estacionárias por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC). O setor privado brasileiro realizou, também, doações de 10 toneladas de frango congelado e 15 toneladas de carne enlatada, oferecidas pela Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e pela Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC).

IV – Cooperação em defesa

1. O Acordo de Cooperação no Âmbito da Defesa entre a República Federativa do Brasil e a República Argelina Democrática e Popular encontra-se em vigor, abrindo a perspectiva de intercâmbios de experiências entre as forças armadas dos dois países, bem como de exportações de produtos brasileiros de defesa para a Argélia.
2. Em 2023, o Chefe do Estado-Maior do Exército da Argélia, Said Chenegriha, participou da “LAAD Defence and Security”, quando manteve encontro com o ministro da Defesa, José Múcio. Na ocasião, a autoridade argelina manifestou interesse em abrir adidância militar na Embaixada de seu país em Brasília. O Ministério da Defesa confirmou a disposição de receber adido militar argelino.
3. A Embraer faz campanha para a venda da aeronave C-390 Millennium à Força Aérea Argelina.

V – Temas culturais

1. Brasil e Argélia assinaram, em 2009, acordo cultural bilateral, o qual foi ratificado pelo Brasil em 2013, mas ainda se acha pendente de aprovação pelo lado argelino. A ratificação do acordo permitirá o aprofundamento da cooperação no setor, em particular no audiovisual.

VI – Temas consulares

1. A comunidade brasileira na Argélia é muito reduzida (cerca de 50 brasileiros residentes). Os brasileiros residentes são, em geral, membros do corpo diplomático e/ou seus cônjuges, funcionários de organizações internacionais e seus cônjuges, e cônjuges brasileiros de cidadãos estrangeiros residentes na Argélia.
2. A assistência à comunidade brasileira concentra-se na emissão de documentos, sem casos relevantes de assistência consular.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023. Novo ciclo do PEI, que cobrirá o período 2024-2027, está sendo elaborado.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (Alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência junto à Argélia.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa e a Parceria Estratégica definida pela Presidência da República nas relações Brasil-Argélia, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a Argélia e com a África, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro na Argélia.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Diversificar e aprofundar as relações diplomáticas com a Argélia e promover a inserção econômica competitiva das empresas brasileiras nesse país.
2. Promover a imagem e a cultura do Brasil na Argélia.
3. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
4. Apoiar a realização de comissões mistas bilaterais e de outros mecanismos de diálogo e cooperação entre o Brasil e a Argélia.
5. Intensificar a promoção dos produtos brasileiros do agronegócio, diante da insuficiência estrutural de gêneros alimentares na Argélia e da necessidade de diversificar a base produtiva e combater a insegurança alimentar.
6. Promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado para a Argélia, identificando nichos e oportunidades para a indústria brasileira naquele país.
7. Aprimorar as práticas de gestão por meio da revisão dos processos administrativos com ênfase da economicidade e legalidade dos atos administrativos.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
- 1) Promover o incremento e a diversificação do comércio bilateral;
 - 2) Promover a diversificação das exportações do Brasil para a Argélia;
 - 3) Desenvolver atividades de inteligência comercial para identificar potenciais mercados para produtos brasileiros;
 - 4) Realizar gestões para reduzir problemas logísticos que afetam as exportações de produtos brasileiros (em especial carnes refrigeradas) para o mercado local;
 - 5) Entabular diálogos e buscar parcerias de empresas e órgãos brasileiros com instituições, associações setoriais e outros atores locais;
 - 6) Realizar gestões visando a estabelecer linha marítima direta entre os dois países;
 - 7) Acompanhar o desenvolvimento de subsidiárias de empresas brasileiras ou de empresas argelinas de capital brasileiro atuantes na Argélia;
 - 8) Mapear os setores e nichos nos quais há oportunidades para produtos brasileiros;
 - 9) Promover, na jurisdição do posto, produtos agrícolas e industriais brasileiros;
 - 10) Promover a imagem do Brasil e dos produtos brasileiros junto à imprensa e em mídias sociais, bem como em outros canais e eventos; e
 - 11) Promover a abertura de mercados atualmente fechados e manutenção de acesso de mercados atualmente abertos na Argélia;
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Número de ações de promoção comercial;
 - 2) Número de reuniões sobre temas econômico-comerciais com empresas brasileiras e parceiros argelinos;
 - 3) Número de participações em eventos com o objetivo de promover o Brasil como destino de investimentos (feiras, seminários, mostras etc.); e
 - 4) Número de respostas a consultas sobre informação comercial relacionadas à dinâmica econômico-financeira entre o Brasil e Argélia.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS;

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
- 1) Retomar as reuniões dos mecanismos diplomáticos, como o Mecanismo de Consultas Políticas e o Diálogo Estratégico, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado;
 - 2) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política interna da Argélia, com destaque para implementação de reformas políticas e econômicas e evolução do cenário político local;
 - 3) Produzir informações regulares sobre os principais temas de política externa da Argélia e sobre sua inserção regional e global; e

- 4) Elaborar materiais informativos que atendam a solicitações específicas oriundas da Secretaria das Relações Exteriores e de outros órgãos públicos brasileiros.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões de mecanismos diplomáticos;
- 2) Número de visitas de autoridades de parte a parte;
- 3) Número de informes sobre política interna da Argélia;
- 4) Número de informes sobre política externa da Argélia;
- 5) Número de reuniões com interlocutores políticos relevantes (membros do governo argelino, parlamentares, diplomatas, militares, acadêmicos, personalidades da sociedade civil, etc.);
- 6) Número de missões parlamentares recíprocas; e
- 7) Número de acordos bilaterais firmados durante a gestão.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Realizar gestões junto ao governo da Argélia em favor de candidaturas e posições brasileiras em organismos internacionais; e
- 2) Elaborar informações e análises sobre a atuação da Argélia em mecanismos regionais e organizações multilaterais, notadamente as Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA) e a Liga dos Estados Árabes (LEA).

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de gestões junto ao governo local para a obtenção de apoio a pleitos brasileiros em foros internacionais;
- 2) Número de reuniões com representantes e delegados;
- 3) Número de informes; e
- 4) Número de expedientes do posto sobre temas da agenda com as agências multilaterais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Ampliar a difusão da cultura brasileira na Argélia e diversificar as referências culturais brasileiras;
- 2) Promover a indústria cultural e criativa do Brasil na Argélia;
- 3) Realizar gestões para ratificação do Acordo Cultural Brasil-Argélia pelo lado argelino;
- 4) Acompanhar a execução de projetos conjuntos na área de turismo;
- 5) Promover destinos turísticos no Brasil junto à sociedade argelina; e
- 6) Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público argelino;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de iniciativas de promoção cultural (seminários, palestras, publicações, difusões midiáticas, atividades gastronômicas etc.);
- 2) Número de missões culturais recíprocas entre Brasil e Argélia;
- 3) Número de reuniões e visitas referentes a projetos na área de turismo; e
- 4) Número de reuniões e contatos com empresas de turismo argelinas para promoção de destinos brasileiros.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Promover a cooperação com a Argélia na área de desenvolvimento sustentável e mudança do clima, inclusive no contexto da COP 30, a realizar-se em Belém, em novembro de 2025;
- 2) Desenvolver e identificar possibilidades de aproximação de posições brasileiras e argelinas em termos de proteção ambiental;
- 3) Incentivar a cooperação com o governo argelino no compartilhamento de técnicas de agricultura sustentável;
- 4) Difundir informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção do meio ambiente, da biodiversidade e da sustentabilidade de sua produção de alimentos;
- 5) Acompanhar e monitorar a implementação de políticas locais com o objetivo de proteção do meio ambiente; e
- 6) Apoiar eventuais iniciativas de cooperação técnica na geração de energias limpas.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de informes sobre meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;
- 2) Número de comunicações produzidas ou circuladas pela embaixada sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção do meio ambiente, da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Desenvolver e identificar oportunidades de cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Argélia;
- 2) Apoiar o diálogo entre os respectivos ministérios de C, T & I;
- 3) Promover iniciativas nas áreas de C, T & I, bem como de mobilidade e intercâmbio acadêmico;
- 4) Organizar eventos conjuntos entre atores dos ecossistemas de inovação de ambos os países; e
- 5) Elaborar estudos e material de inteligência de mercado para guiar as ações brasileiras na área.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões da embaixada junto a entidades setoriais;
- 2) Número de estudos e informações sobre ciência, tecnologia e inovação preparados pelo posto; e
- 3) Número de ações de promoção científica e tecnológica realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões entre o Brasil e a Argélia.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Divulgar o Programa PEC-G;
- 2) Divulgar os meios de aprendizado da língua portuguesa para a obtenção do CELPE-Bras, o certificado de proficiência em língua portuguesa para estrangeiros;
- 3) Divulgar as iniciativas da Rede Federal de Educação para a promoção do ensino profissionalizante, em sintonia com os arranjos produtivos argelinos;
- 4) Monitorar e relatar os avanços alcançados localmente na área de saúde; e
- 5) Prospectar oportunidades de comércio para os produtos de defesa brasileiros na Argélia.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de ações de cooperação educacional (intercâmbio de professores e seminários online);
- 2) Número de ações realizadas em favor da divulgação da língua portuguesa;
- 3) Número de encontros entre atores dos dois países para a troca de experiências nas áreas acima indicadas; e
- 4) Número de informes elaborados pela embaixada a respeito dos avanços realizados.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Produzir informações e facilitar contatos e intercâmbio de experiências entre entidades governamentais em matéria de políticas de inclusão social de interesse dos dois países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de informes elaborados pela Embaixada a respeito de experiências locais em matéria de políticas de inclusão social e combate às desigualdades;
- 2) Número de encontros entre atores dos dois países para a troca de experiências;

- 3) Número de reuniões técnicas com vistas à identificação de áreas e elaboração de projetos de cooperação técnica; e
- 4) Número de projetos e iniciativas de cooperação para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e para o combate às desigualdades.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

- i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Prestar atendimento consular ágil, eficiente e de qualidade;
 - 2) Assistir a comunidade brasileira; e
 - 3) Familiarizar a comunidade brasileira com os temas e sistemas consulares.
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Tempo médio de espera para pedidos de serviços; e
 - 2) Número de encontros com a comunidade brasileira, inclusive eventos culturais.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

RELATÓRIO Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 25, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

O Presidente da República indicou o nome do Senhor MARCOS VINICIUS PINTA GAMA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores (MRE), para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Argelina Democrática e Popular.

De acordo com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, bem como deliberar por voto secreto sobre a matéria.

Para tanto e em atendimento ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o MRE elaborou currículo do diplomata, do qual extraímos o resumo que segue.

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Nascido no Rio de Janeiro em 1957, o indicado ingressou na carreira diplomática em 1978, após a conclusão do Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Também nesse Instituto, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (1983) e o Curso de Altos Estudos (2001), no qual defendeu a tese “Inserção do Brasil no Sistema de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos”.

Na carreira, ascendeu a Segundo-Secretário em 1981. Tornou-se Primeiro-Secretário em 1988, Conselheiro em 1996, Ministro de Segunda Classe em 2003 e Ministro de Primeira Classe em 2008, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata ao longo da carreira destacam-se as de: Chefe da Divisão de Direitos Humanos (1996-1997); Conselheiro na Embaixada em Washington (1997-2000); Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais (2002-2006); Representante Permanente junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres (2010-2014); Embaixador do Brasil em Estocolmo e, cumulativamente, na Letônia (2014-2018); e, desde 2019, Secretário Adjunto da Secretaria Geral Ibero-Americana em Madrid.

O diplomata indicado foi agraciado com distintas condecorações.

A mensagem presidencial veio acompanhada, também em observância das normas do RISF, de sumário executivo elaborado pelo Itamaraty sobre a Argélia, o qual contém informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

A República Argelina ocupa o maior território entre os países do continente africano. A paisagem dominante é o Deserto do Saara, onde há extração de petróleo e gás natural, atividade que é a base da sua economia. As terras férteis se localizam na faixa litorânea, na qual se encontra 90% da

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

população do país, estimada em 43,5 milhões de pessoas. Essa é composta majoritariamente por árabes, mas também por uma minoria berbere.

O país apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado entre os Estados africanos e se situa na categoria de “desenvolvimento humano alto”. O Banco Mundial classifica a Argélia como país de renda média alta. Esse contexto está associado ao fato de os argelinos serem grandes exportadores de gás natural e terem a 9ª maior reserva mundial desse combustível. Para além disso, o país possui a 17ª maior reserva de petróleo do mundo e a segunda maior da África, conforme dados da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

A Argélia possui, por igual, rica história tendo conhecido muitos impérios e dinastias. Em tempos recentes, o país esteve concentrado na solução de desafios domésticos provocados pelo extremismo islâmico (1992-2002) e pelos protestos populares, iniciados em fevereiro de 2019, que levaram à renúncia do então presidente Abdel Aziz Bouteflika. No momento presente, os argelinos buscam resgatar seu protagonismo internacional, fiel aos princípios do não alinhamento.

No plano bilateral, o relacionamento diplomático foi estabelecido em 1962, ano de instalação de nossa embaixada em Argel. As relações ganharam densidade na década de 1980 e apresenta novo ciclo de aproximação, cooperação e ampliação dos fluxos comerciais no começo dos anos 2000. O novo período das relações entre os dois países tem sido marcado por intensa troca de visitas de alto nível, bem como pela assinatura de acordos de cooperação nos domínios agrícola, comércio e transporte marítimo.

Na atualidade, a Argélia é o principal parceiro comercial do Brasil na África. No ano passado, o intercâmbio comercial mútuo alcançou a cifra de U\$S 4,2 bilhões, com superávit de U\$S 600 milhões para nosso país. Importamos óleos brutos de petróleo (75%) e fertilizantes químicos (15%). Já nossa pauta de exportações está concentrada em açúcar (39%), milho (19%) e soja (18%).

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Cent
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100

E-mail: sen.esperidioamin@senado.leg.br



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

Merece destaque, ainda, a crescente presença de empresas brasileiras em território argelino. Dentre elas, a WEG, empresa de Jaraguá do Sul/SC, que iniciou projeto de internacionalização na Argélia em 2018, com abertura de escritório de representação. As máquinas produzidas pela empresa estão presentes em cimenteiras, refinarias de açúcar e usinas de dessalinização argelinas. Em 2020, o grupo brasileiro celebrou acordo de quatro anos com o grupo privado argelino CEVITAL para a fabricação local de motores para produtos eletrodomésticos. Essa parceria avançou com a inauguração, em novembro de 2022, da *joint venture* WEG Algeria Motors *SpA*, com controle acionário da empresa brasileira (51% das ações).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator